

A política brasileira e seus agentes

Grandeza do Brasil

De repente, o Brasil se levantará. A ascensão do Brasil não passará por ódios e guerras, nem se fundará sobre novidades deslumbrantes na maneira de organizar a sociedade. As novidades -- instituições diferentes -- virão, porém só depois. Será um milagre de iniciativas óbvias e singelas, por falta das quais uma vitalidade desmedida não conseguia, até então, ser fecunda.

Juntando homens e mulheres que não confundem o realismo com a rendição, o Brasil reinventará o desenvolvimento no ato de retomá-lo. Democratizará o mercado, descentralizando o acesso aos recursos da produção. Com isso, dará oportunidade aos dois terços da população adulta que hoje tentam sobreviver na economia informal.

O Brasil rejeitará a escolha entre um Estado que pouco faz pela produção e um Estado que, em nome da produção, distribui favores entre apaniguados. Governos e empresas trabalharão juntos, sem favorecimentos, para identificar o que falta. Em vez de impor uma única estratégia de cima, deixarão que muitas estratégias convivam. Não teremos medo de crescer, porque teremos aprendido a diminuir nossa dependência de importações e dinheiro de fora, sem nos fechar ao mundo.

A chegada do Brasil ao concerto das grandes nações forçará a substituição de um consenso autoritário por uma diversidade libertadora. Acercando-nos de outros grandes países, como a China e Índia, e construindo com os Estados Unidos uma relação não desnortada pelo medo, trabalharemos por uma ordem mundial que ajude os países a manter e construir, por rumos próprios, civilizações diferentes.

Nossos impostos, ainda altos, deixarão de onerar a produção. Nossas poupanças serão organizadas para servir aos produtores e para nos dar os meios de nos integrar no mundo sem deixar de desbravar nosso caminho.

Haverá ordem no Brasil. Os criminosos, sejam brancos ricos ou pretos pobres, cumprirão penas mais longas em prisões humanizadas.

A política brasileira e seus agentes

Neste ambiente ordeiro, nossa obsessão nacional será consolidar um ensino público que capacite os brasileiros e aproveite seus talentos. E que prepare uma sociedade sem classes.

Entre nossas crianças pobres e morenas, serão revelados gênios, até aquele dia ocultos e mudos, que acordarão a humanidade do torpor do desencanto. Imaginando o possível, nossos pensadores compreenderão melhor o existente. Nossos artistas criarão uma arte visionária, que nos abrirá os olhos para a magia do mundo.

Continuaremos tão tortos quanto éramos antes. Entretanto, menos temerosos de tornar o Brasil brasileiro e menos dispostos a tolerar as injustiças que nos dividem e abatem, seremos mais fortes. E, por isso, mais magnânimos. Não mais teremos de escolher entre a decência e a doçura.

O engrandecimento do Brasil soará, em todos os recantos da terra, como o grito de uma criança ao nascer, prometendo novo começo para o mundo. Presos em seus afazeres, tentando esquecer que morrerão, homens e mulheres pararão, por um instante, perturbados por uma esperança inesperada. Ouvirão neste grito a profecia do casamento da grandeza com o amor.

O Brasil dos emergentes

A mudança mais importante por que vem passando a sociedade brasileira é o surgimento de nova pequena burguesia: uma classe média sedenta de oportunidades, dedicada à auto-ajuda econômica, educativa e espiritual e impaciente com as imposturas dos políticos, a frivolidade dos ricos e a irrelevância dos intelectuais.

Qualquer estratégia nacional fecunda no Brasil de hoje tem de vir ao encontro desses grupos. Exercem papel cada vez maior na economia, na política e na consciência da nação. E constituem o ímã a que são atraídas as massas populares: seguir o exemplo dos emergentes talvez seja hoje o projeto de vida mais difundido no país.

A política brasileira e seus agentes

A base econômica dos emergentes são tanto os pequenos empreendimentos urbanos ou agrários quanto as carreiras meritocráticas dentro das grandes empresas. A base social são as igrejas, sobretudo evangélicas, as associações, os clubes e as cooperativas.

Acalentam os emergentes uma visão de mundo que implica virada profunda nas atitudes e nas idéias que têm pautado a vida brasileira. É visão que privilegia o cumprimento da palavra dada, a independência no sustento da família, a iniciativa nos negócios e na carreira e a tenacidade em subir de nível econômico e cultural. Costuma ser severa com os preguiçosos e os malandros, ainda quando bem vestidos. Promete salvação aos esforçados.

Aonde fôr essa classe, irá o Brasil. Seu rumo não está predeterminado. Depende das opções que forem criadas pelo pensamento e pela política. Os emergentes podem refugiar-se no materialismo econômico e na intolerância moral. Podem imitar o estilo de vida da classe média americana. Podem contentar-se em reivindicar apenas seus próprios interesses e valores.

Mas também podem liderar a reconciliação do desenvolvimento com a justiça. Três iniciativas ajudariam a levantar e a reformar o Brasil dos emergentes, para que eles pudessem, por sua vez, ajudar a soerguer o Brasil.

A primeira iniciativa é econômica: assegurar a essa classe acesso aos instrumentos da produção: crédito, tecnologia e conhecimento. A rede notável porém desigual do Sebrae demonstra que o Brasil já começa a inventar uma forma não burocrática de parceria entre o Estado e os empreendedores. Esse é o caminho para combinar a democratização do mercado com a aceleração do crescimento.

O segunda iniciativa está na política social. Temos de conquistar os emergentes para a escola pública e a medicina pública, livrando-os do fardo da escola particular e do plano de saúde. O resultado seria elevar a situação econômica dos emergentes, transformá-los em aliados poderosos de um Estado comprometido com o social e incorporar ao sistema público de ensino e de saúde fiadores exigentes de sua qualidade.

A terceira iniciativa é social e ideológica. Um adensamento da vida associativa -- de cooperativas, clubes e igrejas -- inspirado pelo pensamento

A política brasileira e seus agentes

político e religioso e estimulado pelo Estado (inclusive por meio de incentivos fiscais e de facilidades jurídicas) desviaria os emergentes do egoísmo individualista e familiar. Eles já representam a vanguarda de uma nova cultura brasileira de iniciativa e cooperação. Precisamos que essa cultura, reconstruída, passe a nortear o Brasil, em proveito de todos os brasileiros.

Por que o Brasil ainda não ouve

O Brasil se aproxima de um daqueles momentos em que um povo pode mudar seu destino. Os dois maiores obstáculos que enfrentamos ao chegar a esse momento são espirituais, não econômicos ou políticos. O primeiro obstáculo é a difusão no Brasil da idéia, importada dos Estados Unidos e da Europa contemporâneos, de que acabou a política das grandes alternativas. O segundo obstáculo é o enfraquecimento do sentimento nacional. Ambas essas orientações proliferam numa intelectualidade vidrada nas modas dos países centrais. Dela se irradiam.

Em vez de sepultar a política das grandes alternativas, precisamos reconstruí-la na forma e no conteúdo. Ela deve versar inovações institucionais que delineiem um trajetória de mudanças, não rupturas sistêmicas. Em vez de sacrificar o sentimento nacional a um cosmopolitismo fraudulento e servil, temos de reafirmar e de reinterpretar o compromisso com a nação à luz da interdependência entre os povos.

Está pronto o Brasil para isso? Onde o país é mais sério, ele está mais frustrado. Busca saída que coloque soluções no lugar de frustrações.

Os empresários mais sérios sabem que precisam do Estado como parceiro. Mas como ser parceiro do Estado sem ser lobista? Só reorganizando a relação entre o governo e a iniciativa privada. Os políticos mais sérios sofrem com a anarquia partidária. Mas como escapar dela sem construir um regime de partidos fortes? Os trabalhadores, dois terços deles presos na economia informal, querem oportunidades, não caridades. Mas como assegurá-las sem democratizar o acesso à educação de qualidade, às carreiras e ao crédito e sem forjar mecanismos de financiamento interno da nossa economia?

A política brasileira e seus agentes

Não é a política leve e açucarada dos marqueteiros que realizará essa obra. É a política exigente da reorganização institucional, animada por uma idéia do Brasil e de seu futuro.

Pode tal política ser praticada com êxito nas condições reais da vida brasileira? É verdade que num país em que só pequena minoria da população tem contato com a palavra escrita, a luta pelo poder e pela mudança se trava na escuridão.

Dou, porém, o testemunho de minha experiência quando, no curso de campanha como pré-candidato a prefeito de São Paulo, discuti os problemas da cidade nos bairros mais pobres. Desprovido dos atributos que me abririam caminho fácil a meus interlocutores, só encontrei, contudo, calor humano, angústia cívica, persistência no debate das alternativas e devoção ao país e a seu engrandecimento.

Se os que estamos tentando mudar o rumo da discussão nacional não tivemos até agora êxito maior, o bloqueio só secundariamente resulta da desilusão com a política e do enfraquecimento do sentimento nacional, da estrutura da sociedade e da desinformação do povo. A causa principal da pobreza do que conseguimos está nos nossos defeitos morais. Não nos despojamos o bastante das nossas comodidades e vaidades para sermos ouvidos, com convicção, pelo Brasil. Nossas palavras andam, não voam, porque continuam a ser apenas palavras. Teriam de ser expressões de sacrifício e de amor.

Brasil desacorrentado

O Brasil precisa de outro rumo. Um rumo que reconcilie a retomada do crescimento com a democratização das oportunidades e das capacitações. Não é nem utópico no conteúdo nem radical nos métodos. Exige moderação e paciência. Passa pela reconstrução de idéias e de instituições. Nem por isso, porém, esse novo caminho é inviável. Ele é apenas difícil. A condição de país muito desigual e relativamente desorganizado não nos impede de trilhá-lo. Pelo contrário, o Brasil reuniria hoje melhores condições do que a grande maioria das nações, ricas ou pobres, para percorrer uma trajetória que interesse a nós e anime a muitos, mundo afora.

A política brasileira e seus agentes

Reuniria, se não fôsse pelo efeito combinado de quatro realidades. Essas realidades dificultam o surgimento do movimento de forças e idéias que ofereça ao país a alternativa de que precisamos. E negam ao Brasil a posse de si mesmo.

A realidade institucional é a falta de regime de partidos políticos fortes e democráticos. Nossos partidos costumam ser, ao mesmo tempo, fracos e despóticos. A realidade social é a desinformação popular. A maior parte da população, sem contato com a palavra escrita, só tem o rádio e a televisão para descobrir o que acontece no país e para identificar agentes da mudança. A realidade psicológica é a resistência, comum entre os endinheirados e a classe média, a identificar-se com o país e a acreditar em sua originalidade e em sua grandeza. A realidade ideológica é a rendição de nossos quadros dirigentes e pensantes às idéias prestigiosas nos Estados Unidos e na Europa. Idéias que rejeitam como aventuras voluntaristas qualquer tentativa empreendida por um país como o nosso para fazer diferente.

Essas quatro realidades se reforçam. E colocam o Brasil de joelhos.

Há duas maneiras de entender e de encaminhar a solução. A primeira maneira não tem mistério. Temos de enfrentar cada uma das quatro realidades que nos escravizam. Enfrentá-las através de reformas gradualistas que comecem a enfraquecer esses constrangimentos.

Embora sensata, essa resposta ao problema do nosso cativo sofre de um defeito. Contrapõe aos interesses individualizados e concretos que sustentam cada uma daquelas limitações apenas o interesse vago e difuso em dotar o país de meios para se libertar e se reconstruir. Não basta.

A segunda maneira de entender e encaminhar a solução é misteriosa. Ela insiste em tratar o Brasil como a nação livre que ele ainda não é. Propõe soluções para os problemas do dia-a-dia que, embora adequadas e atraentes, parecem irrealistas. Irrealistas porque desprovidas de base social e política num país que não tem partidos fortes, não lê, não confia em si e não pensa por si.

Segundo esse ponto de vista, o melhor método para quebrar as correntes que nos tolhem é insistir na tentativa de obter o que elas nos impedem de alcançar: justiça e oportunidade, segurança e emprego, educação e saúde, para todos. De

A política brasileira e seus agentes

tanto tentar estender os braços sem conseguir, acabaremos por nos desacorrentar.

A solução sem mistério e a solução misteriosa retratam dois lados da verdade. Complementam-se. Juntas mostram como libertar o Brasil.

A entrega e a sucessão

A proposta de emenda constitucional que abre a mídia para o capital estrangeiro no limite de 30% passou em primeira votação na Câmara dos Deputados por maioria avassaladora. Os votos favoráveis se dividem em três grupos: os convictos, os intimidados e os interessados, estes os numerosos parlamentares proprietários de meios de comunicação -- um quarto do Congresso -- que votaram ilegalmente em causa própria. Na Câmara só um partido fechou questão contra: o PDT. No país só dois líderes políticos se posicionaram contra: Leonel Brizola e Ciro Gomes. Não é que todos os outros concordem com a direção imposta ao Congresso pelos donos da mídia. É que muitos têm medo de dizer o que pensam.

A fórmula escolhida para justificar a adesão dos partidos de esquerda foi grotesca. Não serve para enganar nem os deputados mais desesperados para se enganarem. Reservam-se aos brasileiros a condução da linha editorial dos veículos e a escolha da programação. Como se jamais houvessem faltado no Brasil, ou em qualquer outro país, jornalistas e produtores dispostos a fazer tudo o que o dono e seus parceiros mandam.

Não têm os donos, porém, o que comemorar. Recebem cálice duplamente envenenado. Evenenado pela orientação dos investidores estrangeiros que quase sempre encaram suas parcerias estratégicas como maneira de impor suas produtos e de adquirir, pouco a pouco, o controle. E envenenado pelo ressentimento de dezenas de parlamentares que se deixaram humilhar. Decidiram que a auto-preservação lhes exige render-se ao que se diz ser o lobby mais poderoso do país. As vítimas voluntárias da intimidação irão à forra na primeira oportunidade.

Entre os partidos que se rendem está o PT, perdido entre o esquerdismo retórico e o oportunismo tático e determinado a se fazer confiável aos que

A política brasileira e seus agentes

mandam. Foi o PT uma das melhores coisas que aconteceram ao Brasil contemporâneo. Vem-se esforçando, porém, para exemplificar o princípio de que a falta de idéias abre espaço para a falta de caráter.

E aí a tentativa do Congresso de se entregar aos donos da mídia e a tentativa da mídia de se entregar ao dinheiro de fora se ligam à sucessão presidencial. Vejam o espetáculo que se arma. De um lado, a busca de candidaturas como a de Roseana Sarney que exploram a desinformação e o desencanto, substituindo a discussão de um projeto pela manipulação de símbolos. Usa-se o tempo de televisão assegurado a um partido dependente do caciquismo local para apresentar candidatura no estilo americano: o pré-moderno embrulhado no pós-moderno. De outro lado, um PT que reveza entre prestar homenagens a Hugo Chavez e dar apoio envergonhado ao leilão da mídia.

A única maneira segura para mudar o país é construir e consolidar na classe média uma corrente de opinião que dê conteúdo prático a uma alternativa produtivista, capacitadora, democratizante e nacional. E chegar, através da classe média, ao eleitorado popular, inventando no meio do caminho linguagem que fale a todos os brasileiros. A luta, que começa no escuro, terá de produzir sua própria luz.

Para executar essa obra é preciso ter visão e coragem. A visão é impotente sem a coragem. A coragem necessária -- aquela que é livre do narcisismo e da fantasia -- não nasce da visão. Ela nasce do amor.

O poder e as cinzas

"És pó e a pó reverterás". A advertência da liturgia da Quarta-Feira de Cinzas se aplica não só a todos nós e a nossas vidas passageiras mas também aos impérios e às vaidades com que se compraz o mundo. Aplica-se até ao sistema de poder instalado no Brasil, pequeno império submisso a império grande. Por alguma razão, os impérios pequenos costumam sofrer ainda mais do que os grandes de um defeito que os corrói: a falta de imaginação.

No fundo, é simples. O Brasil, sempre cheio de vitalidade, cansou-se de

A política brasileira e seus agentes

vinte anos de estagnação econômica e de prostração nacional. Poucos acreditam, até mesmo no círculo íntimo do poder, nos pretextos e nos fatalismos em nome dos quais se impôs esse empobrecimento ao país.

O tema central da campanha se reduz a uma palavra -- emprego -- ou a duas -- emprego e segurança. Trabalhar com segurança, produzir com segurança, morar com segurança. Reorganizar o país em torno dos interesses e dos valores do trabalho e da produção, não das conveniências do dinheiro vadio. Assegurar crédito, tecnologia e condições para competir a quem produz e empregos e direitos a quem trabalha. Acabar com a divisão entre quem trabalha protegido pela lei e quem está obrigado a trabalhar fora da lei. Só nesse ambiente de iniciativa é que poderemos cuidar com eficácia do social, educando e sarando a nação. E prosseguir no esforço de nos integrar no mundo, sem usar essa integração como motivo para abandonar o esforço de desbravar nosso próprio caminho.

Não se deve subestimar a dificuldade de traduzir esses compromissos singelos em políticas e em instituições. Para isso é que começou o debate programático. Entretanto, pode e precisa haver continuidade entre o discurso elaborado e o discurso simplificado: as linguagens têm de ser diferentes, mas a mensagem tem de ser a mesma.

O confronto de propostas no Brasil está constrangido pela desinformação popular e pela desorientação elitista. Não há, porém, hoje país, rico ou pobre, em que a discussão das alternativas esteja mais adiantada do que no Brasil.

O atual presidente foi reeleito alegando que precisava de um segundo mandato para fazer pelo emprego o que fizera pela estabilidade da moeda. Deu no que deu. Agora, no velho estilo mexicano, apontou entre seus auxiliares mais próximos um sucessor. Este pede um terceiro mandato para o mesmo pessoal fazer diferente do que fez nos outros dois mandatos. Apesar do esforço quase unânime da mídia, não funcionou até agora essa impostura.

O eleitorado simpático à candidatura de Roseana Sarney é oposicionista. A própria candidata demonstra impulsos de oposição ao modelo -- tudo pela confiança financeira, migalhas para a pacificação social -- montado pelos fatalistas neocoloniais de Brasília e de São Paulo. O partido dela, porém, não quer saber de oposição ao Palácio ou ao modelo. O tempo tratará de traduzir essa contradição de

A política brasileira e seus agentes

intenções em inibição política.

Já o candidato do PT, o opositor que o sistema prefere, afunda no discurso inócuo e pastoso das políticas sociais compensatórias. E transmite a sensação de que está lá só para perder. Não surpreenderá vê-lo entrar em declínio eleitoral precoce e acelerado.

Sobra grande espaço. Esse é o espaço para ganhar o poder e mudar o Brasil.

Vale-tudo contra a república

Na semana passada, de 25 de fevereiro, o processo sucessório ultrapassou os limites da legitimidade e entrou na faixa do perigo. Perigo para as instituições republicanas e para o império do direito, em defesa dos quais, independentemente de simpatias políticas, estão obrigados a acorrer todos os cidadãos. A forma específica do mal é a manipulação política do direito e do judiciário: "para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei". A lei dirigida. Começou o vale-tudo para assegurar a vitória de uma candidatura oficial indesejada pela grande maioria da população.

Há argumentos de peso tanto a favor da imposição das mesmas coligações em todos os níveis da federação quanto contra ela. Sou a favor, até mesmo como regra legal, porque creio que, ao lado de outras iniciativas, pode contribuir a um regime de partidos fortes. Beneficiará a candidatura que apóio, a de Ciro Gomes. Não há, porém, base legal para a imposição dessa reforma pelo judiciário. A lei vigente proíbe aos partidos fazer coligações divergentes na mesma circunscrição. Num estado federativo como o nosso, a circunscrição nacional só existe para eleição de presidente. O entendimento contrário é pura invenção, sem precedente e sem paralelo. Invenção, supõe-se, motivada menos por interpretações do direito do que por ligações da política.

A reinvenção judicial das regras eleitorais foi seguida por um esforço espalhafatoso e canhestro para intimidar Roseana Sarney. À falta de controle judicial adequado dos atos de um procurador somou-se a suspeita de estímulos entre os quais já não se podem distinguir com clareza o governismo de uns e o

A política brasileira e seus agentes

petismo de outros.

Enquanto isso, circulam os dossiês de achincalhes pessoais. Instrumentalizam-se jornalistas para servir ao plano continuísta. A Rede Globo dá mostras de se haver acertado com o candidato oficial, regridindo da maior independência que parecia querer. Para compor o clima mexicano à antiga, só falta assassinar candidatos.

Os hábitos da política estudantil, com sua pobreza de escrúpulo e de medida, renasceram no encaminhamento, desesperado, da sucessão. Convenientemente ausente nos dias em que se aprofundava o gangsterismo político, o atual presidente parece menos interessado em defender a integridade das instituições do que em procurar um cargo que lhe assegure imunidade após sua saída.

O sistema cultiva duas opções. Uma, que ficou mais difícil, é recompor com o PFL. A outra é atrair o PMDB e o PSB para o apoio ao candidato oficial, aureolado de progressista. (Com progressistas como esse pequeno déspota, unam-nos em favor do atraso.) Voto, porém, isso não dá.

De tudo, o mais desolador é ver o PT, a que tanto deve o país, aceitar fazer dobradinha -- "moderna" e paulista -- com homens que estão subvertendo as instituições republicanas. Se o PT não mudar já, será impiedosamente tragado pela opinião nacional.

Todas as divisões entre candidatos se tornaram agora menos importantes do que um imperativo transcendente: a defesa da República e do direito contra a tentativa de sacrificar a democracia ao continuísmo despótico e de impor aos brasileiros um presidente que os brasileiros não querem. O vale-tudo sofre de dois defeitos como tática eleitoral. Não dá voto. E semeia indignação. Acabará por levantar o país contra a candidatura oficial.

O assalto e a resposta

Como responder ao envenenamento do processo sucessório? A resposta necessária tem duas partes. A primeira parte é resistir à subversão das regras que

A política brasileira e seus agentes

resguardam nossa democracia defeituosa porém vibrante. A segunda parte é insistir em focalizar a política no que importa: a construção de uma alternativa nacional e o encontro dos agentes capazes de executá-la. Luta, luta, luta: agora como sempre, não há salvamento sem luta.

O mal começou com a reinvenção judicial das regras eleitorais. Continuou com o uso impróprio da polícia federal e com o vazamento ilegal de informações. Prosseguiu com o afastamento dos policiais que investigavam auxiliares financeiros do candidato oficial e com a substituição dos investigadores por amigos do candidato. Tudo contra o pano de fundo da fabricação de dossiês difamatórios e de uma propaganda federal feita para ecoar a publicidade do sucessor escolhido em Palácio.

Anuncia-se que o maior grupo de mídia do país, cuja influência política se supõe enorme, espera ser resgatado pelo Estado de um negócio ruinoso em que se metera. Ao mesmo tempo, muda-se a Constituição para permitir que estrangeiros entrem na propriedade dos meios de comunicação. O comprometimento da mídia converge com o uso político da legalidade para enquadrar nossa democracia.

O atual presidente se orgulha de haver atacado o conchavo entre poder público e interesses privados. Nada valeu na hora da onça beber água: é a história da emenda da reeleição, piorada. O governo acabou triste e pequeno. Rendeu-se às práticas definidoras do nosso atraso, executadas por homens que se apresentam como expoentes da modernidade. O presidente se mostrou incapaz de impor limites. O poder já passou para as mãos do candidato oficial, incapaz de aceitar limites.

Não basta a reação constitucionalista numa sociedade tão desigual e desinformada quanto a nossa. Essa reação encontrará, porém, um aliado no instinto de sobrevivência da casta dirigente, que começa a reconhecer no estilo da campanha oficial o prenúncio, amedrontador, de um estilo de governo.

A solução, por isso, é enfrentar o assalto, juntando aos adversários de princípio do esquema, os adversários de ocasião que ele vem produzindo todos os dias. E esquecer a resistência em meio à resistência, voltando as atenções para a definição de um novo rumo para o país e para a identificação dos que podem desbravá-lo.

A política brasileira e seus agentes

Um pequeno número de iniciativas, simples e práticas, na desoneração dos produtores e portanto na multiplicação dos empregos, na regularização dos que trabalham sem carteira assinada, na democratização do acesso ao crédito e à tecnologia, na melhora da qualidade do ensino e da saúde e no financiamento público das campanhas eleitorais, dará braços e asas ao Brasil. Não é a saída, mas é o começo da saída.

Dezenas de milhões de brasileiros forjaram uma cultura de auto-ajuda. Estão sendentos de oportunidades para educar-se, trabalhar e progredir. Só precisam de um pouco de meios. Equipados, levantarão o país.

Empatia genuína, indisfarçável, com a sorte dos brasileiros comuns e clareza sobre a essência do que querem são as condições básicas para dar o sinal que o Brasil procura. Dos movimentos sutis da intuição popular, à busca desse sinal, dependerá o desfecho da luta pelo poder.

Aliar-se ao PFL

Deve um candidato presidencial progressista buscar o apoio do PFL? O PFL tem pré-candidata à presidência. Justifica-se, porém, a impertinência de considerar uma possível aliança com aquele partido à luz tanto da gravidade da situação nacional quanto da instabilidade das candidaturas.

O que tenho a dizer em seguida exprime apenas meu ponto de vista, não o do candidato que apoio, Ciro Gomes, muito menos o da aliança de partidos que sustenta sua candidatura. O interesse do tema ultrapassa os limites da sucessão: trata-se de identificar quem é direita no Brasil.

A resposta a essa indagação é inequívoca. A direita está hoje no grupo político que se apossou do poder central. Depois de dois mandatos presidenciais marcados por estagnação econômica e por rendição nacional, esse grupo apela à intimidação e ao dinheiro para arrancar um terceiro mandato. Escolheu candidato que rejeita limites morais e jurídicos à ambição.

Direita anti-nacional, anti-social e anti-republicana é hoje o PSDB tanto na

A política brasileira e seus agentes

orientação econômica quanto na prática política. O atual governo sacrificou as exigências da produção e do trabalho às conveniências do dinheiro vadio. Por isso mesmo, foi nesse governo que se consolidou o paradoxo fatal da nossa economia: os bancos lucram sem trabalhar; o resto do país, inclusive o empresariado produtivo, trabalha sem lucrar. A maioria dos trabalhadores foi jogada na informalidade, sem direitos nem perspectivas.

Daí por que já se reuniram em torno do candidato oficial os banqueiros, além dos conglomerados da mídia. O grande capital, sobretudo o capital financeiro, não tem dúvida de quem cuidará de seus interesses. Mobilizou-se em favor dos social-democratas de impostura. Sabe onde estão os melhores negócios, negócios de sanguessuga.

Também nas práticas políticas é o PSDB que merece hoje o título de direita. Nada nos hábitos clientelistas das outras forças conservadoras se iguala à coerção e à sujeira que emanam hoje do Palácio. O Brasil já viveu sob duas ditaduras -- a de 37 e a de 64. Nunca, porém, sofremos, em período de relativa liberdade, ameaça tão séria de retrocesso no vigor das instituições republicanas e na lisura do processo eleitoral: o comprometimento de elementos decisivos da Polícia Federal, do Judiciário, do Ministério Público, da Receita Federal, da mídia e das organizações de pesquisa configura quadro sem precedente na nossa história constitucional. Derrotar os autores desse esquema liberticida é hoje o imperativo superior da política brasileira.

E o PFL? É o PSD de hoje: confederação de chefias locais. Não tem vínculo orgânico com a linha de Wall Street e de Washington. A maior parte de suas lideranças preservou o sentimento do nacional e da identidade de seus Estados dentro da federação. As práticas atrasadas que persistem nele, como em todos os partidos brasileiros, são falhas menores comparadas com a fujimorização e com o neocolonialismo econômico e mental que nossos arautos da modernidade promovem.

Muitos no PFL serviram ao regime militar. Em política, porém, o presente e o futuro devem falar mais alto do que o passado na construção de alianças. O apoio do PFL a uma candidatura progressista que derrote o candidato oficial atenderia aos interesses do Brasil.

A política brasileira e seus agentes

São Paulo e a sucessão

São Paulo, onde mora um em cada quatro eleitores, é o tema tabu na sucessão. Entre as elites paulistas prevalece a convicção de que a campanha eleitoral marcha para final paulista, com a vitória do candidato oficial sobre o candidato do PT. Final tida por essas elites como expressão de modernidade. Fora de São Paulo, os quadros dirigentes vêm com ceticismo as perspectivas das duas candidaturas paulistas. Hostis ao que consideram uma hegemonia danosa ao país, muitos estão determinados a enquadrar São Paulo.

Como pode haver divórcio entre São Paulo e o Brasil se toda a nação está presente em São Paulo? Entretanto, há.

A política que, nos dois mandatos do atual presidente, trouxe a estagnação e o desemprego está associada, na imaginação nacional, à predominância de São Paulo, embora São Paulo tenha sido sua maior vítima. Porém, a camarilha de plutocratas, de parasitas e de deslumbrados à frente do projeto falsamente paulista que comanda o país não tem o direito de falar por São Paulo. Não exprime o que São Paulo é nem o que ele quer.

Quem viaja pelo Estado, debatendo com organizações e com lideranças e formando quadros para a ação política, descobre força desconhecida e poderosa. Uma multidão de novos empreendedores e profissionais faz milagres, produzindo muito com pouco. Atrás dela vem a massa popular, ansiosa para lhe seguir os passos. O que não fariam os emergentes se encontrassem nos governos do Estado e da República os aliados que lhes faltam? São Paulo é irresistível porque São Paulo é vitalidade. A vitalidade de uma cultura de auto-ajuda e de iniciativa que, ultrapassando as fronteiras de São Paulo, começa a sacudir todo o Brasil.

Passei minha vida entre livros. Dei primazia às opções institucionais e ideológicas. Nada me preparou para a realidade humana avassaladora que encontrei nas ruas e nas cidades de São Paulo. Hoje sei que as mudanças que quero para meu país não acontecerão se não tiverem por base uma resposta generosa a esse dinamismo frustrado.

A política brasileira e seus agentes

A primeira condição para reconciliar o Brasil com São Paulo é assegurar a vitória de uma candidatura presidencial que faça prevalecer os interesses do trabalho e da produção na próxima fase da vida brasileira. É quase inevitável que esse projeto de poder venha de fora de São Paulo para que atenda a todo o Brasil e seja por ele aceito.

A segunda condição é organizar em São Paulo movimento político que ofereça alternativa ao Estado. Nenhuma das pré-candidaturas postas à sucessão estadual representa as prioridades de São Paulo: desenvolver o ensino capacitador e usar os poderes e os recursos do governo estadual para facilitar o acesso aos meios de qualificar-se, de ganhar emprego e de produzir -- crédito, tecnologia e conhecimento. Nos Estados Unidos e na Europa, as experiências mais bem sucedidas de renovação econômica partiram de parcerias entre governos estaduais e iniciativa privada. Por que não no Estado brasileiro que tem melhores condições para abrir o caminho?

Os dois projetos -- o do Brasil e o de São Paulo -- encontram-se na idéia de reorganizar o país em torno dos valores do trabalho e da produção. Em nome dessa idéia, o poder será disputado e a eleição será ganha. Em prol dela, a nação se reconciliará com seu maior Estado. À luz dela, o país será transformado. E por causa dela, o Brasil, tendo aprendido a aproveitar a energia dos seus, trará alento à humanidade.

Nossa fraqueza e nossa força

O Brasil tem hoje grande força e grande fraqueza. Compreender como usar nossa força para superar nossa fraqueza é requisito para o avanço que podemos dar nesse momento de nossa história. O governo a ser eleito nas próximas eleições será apenas um dos agentes desse avanço. Agentes teremos de ser todos.

Nossa grande força é a energia que desponta na nação. Essa energia tem três manifestações sociais mais importantes.

A primeira manifestação é a renovação de padrões produtivos que ocorreu

A política brasileira e seus agentes

em parte da indústria e da agricultura brasileiras. Nesse longo período em que nossos governantes sacrificaram as necessidades da economia real à conquista ilusória da respeitabilidade financeira, muitas empresas reagiram criativamente ao aperto. Estão prontas para crescer quando assegurarmos as condições para diminuir os juros e para simplificar os tributos. E nossos bancos, entre os mais eficientes do mundo, têm tudo para mudar de ramo, passando a financiar a produção.

A segunda expressão de energia latente está na multidão de empreendedores e profissionais emergentes que representa o traço social mais notável do Brasil de hoje. Nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, tem cultura mais difusa e multiforme de iniciativa quanto o Brasil. O vigor dessa cultura ultrapassa os limites das atividades econômicas: deita raízes numa idéia mais ampla de auto-ajuda em todos os campos da experiência. Nossas instituições ainda não estão organizadas para apoiar esse impulso construtivo.

A terceira encarnação da energia brasileira é a mais obscura e a mais significativa. Por um processo secreto de auto-preservação, boa parte da massa de trabalhadores dá sinais de optar por ideal pequeno-burguês: de querer seguir a trilha dos emergentes. Até mesmo a vida de biscateiro a que está condenada hoje mais da metade da nossa população adulta passou a servir, para milhões de pessoas, como introdução impiedosa à religião do esforço e ao culto dos esforçados.

Dar oportunidades e recursos a toda essa energia representa o caminho para o soerguimento do país. Indica a essência da obra do futuro governo. É no cumprimento dessa tarefa, anterior a opções programáticas mais arrojadas, que se poderão encontrar hoje os representantes de muitas vertentes da política e do pensamento brasileiros. Não é trabalho para sectários.

Se a energia que corre pelo país é nossa grande força, nossa grande fraqueza continua a ser a dúvida a respeito do nosso destino nacional. Os brasileiros de todas as classes ainda não se convenceram de que o Brasil pode ser um grande país. Ainda não acreditam que o Brasil pode desenvolver, em proveito de toda a humanidade, uma forma própria de vida. Essa dúvida constitui um obstáculo maior do que a deficiências do ensino, as faltas dos partidos ou os excessos dos juros.

A solução é deixar que a energia sepulte a descrença. Definir e construir os

A política brasileira e seus agentes

meios para ampliar a base social das atividades produtivas e das práticas de auto-ajuda. Fazer do produtivo o social e do social o produtivo, em vez de tratar o produtivo e o social como compartimentos separados. Centrar a política na demarcação de um rumo que instrumentalize e capacite a energia frustrada do país. Trazer o Brasil à consciência e à posse de si mesmo.

Debate já

Não é possível reorientar o rumo do país sem saber para onde. Um conservador não precisa ter idéias. Um progressista convencional, que queira apenas humanizar a ordem existente, necessita de poucas idéias fracas. Quem se proponha, porém, a obra transformadora requer muitas idéias fortes. Engajar um movimento no esforço para desdobrá-las. E fazê-las viver na imaginação coletiva.

Até agora, porém, não conseguimos instaurar a discussão programática no Brasil. As elites do dinheiro e do poder tratam propostas nacionais como ramo da propaganda. A massa popular, desinformada e aflita, é obrigada a recorrer à intuição para penetrar o nevoeiro das palavras e das imagens. A classe média, que seria o reduto do debate nacional, ameaça render-se ao desencanto com a política.

Dois episódios da semana passada mostram o tamanho do desafio. O candidato do PT assustou alguns ao falar em alíquotas de até 50% no Imposto de Renda da Pessoa Física. A imprensa festejou. Não se comentou o erro relevante: os endinheirados têm como se proteger do Imposto de Renda, que funciona como tributo sobre o salário da classe média.

Pouco depois, o candidato oficial afirmou ser "delirante" a proposta de Ciro Gomes de fazer com que o peso maior da tributação incida sobre o gasto ou o consumo, em vez de incidir sobre a renda. Sobre essa declaração, que demonstra despreparo ou má-fé, guardou silêncio a imprensa. Na Europa, parte mais igualitária do Primeiro Mundo, a tributação do consumo, na forma do imposto sobre o valor agregado, já virou a fonte principal da receita pública. Não é imposto que permita cobrar mais de quem ganhe ou de quem gaste mais. Gera, porém, muito dinheiro com pouco desincentivo. A justiça social, sacrificada à eficiência

A política brasileira e seus agentes

econômica no desenho da arrecadação, volta redobrada na hora do gasto público. Importa arrecadar sem prejudicar o crescimento. E investir pesado no social o que se arrecadou.

No Brasil temos de fazer o mesmo, simplificando o regime tributário, desonerando a produção e ampliando a base de contribuintes, graças à regularização da economia informal. O sacrifício, porém, só se justificará se ocorrer no bojo de projeto maior que democratizar o acesso ao emprego, ao crédito, à tecnologia e ao ensino. E se servir como ponto de partida para construir sistema tributário que não se contente em ser justo apenas nas aparências.

A tributação mais severa do consumo de luxo preparará imposto que individualize a tributação do consumo, combatendo a desigualdade radical no padrão de vida. E a tributação efetiva das heranças e das doações familiares ajudará a conter a desigualdade extrema de oportunidades.

O exemplo revela a dimensão do problema. Debate programático sério é debate complicado. Por isso mesmo, quem, com seriedade, propõe alternativa democratizante arrisca ter discurso que só seus adversários entendem. Uma proposta nacional se compõe de temas que, embora técnicos na aparência, são políticos e sociais no fundo. O conjunto dá sentido às partes. Seu cerne não está nas abstrações retóricas nem nos pormenores técnicos. Está na imaginação de uma trajetória composta por inovações sucessivas e combinadas e por alianças sociais e políticas que as sustentem. Trajetória traduzida em palavras simples, em medidas de impacto, em símbolos que ajudem a decifrar propostas e a revelar intenções.

O Brasil precisa do debate programático e não sabe como tê-lo. Qual a solução? A solução é persistir.

A sucessão em São Paulo

Qualquer paulista que saia pela rua perguntando o que pensam os eleitores dos pré-candidatos a governador de São Paulo encontrará como tônica das respostas a frustração. Como pode nosso maior Estado, o centro da economia

A política brasileira e seus agentes

brasileira, uma das grandes regiões produtivas do mundo, o lugar a que toda a nação ocorreu em busca de oportunidades, agora ameaçado na posse daquilo que sempre lhe foi essencial -- condições para trabalhar -- ter de escolher seu Governador entre nulidades malogradas e aproveitadores desacreditados? Bloqueado no exercício do dinamismo que lhe define a natureza e culpado pelo Brasil por um modelo econômico do qual tem sido a maior vítima, São Paulo é hoje mais do que nunca o fulcro do problema brasileiro. Precisa de rumo e de agente.

O governo de São Paulo não pode reorientar a economia brasileira. Pode, contudo, conseguir muito com pouco, graças ao efeito combinado de iniciativas em três áreas cruciais: emprego, ensino e segurança. São Paulo, que sempre acreditou na suficiência da ação privada, precisa hoje de ação pública para escapar do imobilismo a que se deixou condenar.

A política de emprego tem de incluir três elementos. O primeiro, intervenção direta e pontual: obras públicas, sobretudo na construção de habitações populares, à base da regularização da posse da terra nos loteamentos irregulares e da parceria com as comunidades, para gerar empregos em regime de emergência. O segundo, incentivo sistêmico: benefício fiscal para as empresas, grandes ou pequenas, que se comprometerem a contratar empregados menos qualificados e a trabalhar com o governo para qualificá-los. O terceiro, parceria capacitadora: associação com o Sebrae e com outras entidades para dar à multidão de empreendedores emergentes, que constituem a principal riqueza da economia paulista, meios para ganhar acesso ao crédito, ao conhecimento, à tecnologia, aos mercados e, pela cooperação entre os produtores, à escala. Se não pode mudar a macroeconomia do país, um governo estadual pode ajudar a reverter expectativas na microeconomia da produção.

A política de ensino deve concentrar-se em objetivo central e viável, da alçada do governo do Estado: a generalização da escola média e a multiplicação de escolas médias públicas que sejam melhores do que as escolas particulares. Retreinar os professores para um ensino capacitador. E ir ao encontro dos alunos mais aplicados ou talentosos, oferecendo-lhes bolsas de sustento integral tanto no ciclo secundário quanto no superior. O resultado, no acalentamento de ambições, seria imediato.

A política brasileira e seus agentes

A política de segurança precisa avançar em linhas paralelas: na criação de uma polícia inteligente, apoiada em tecnologia e conhecimento, e na aliança dessa polícia com as comunidades, organizadas e equipadas para vigiar. O crime organizado é desbaratado pela força instruída; o crime desorganizado, pela vigilância associativa.

São Paulo está cheio de homens e de mulheres capazes de liderar processo norteado por essas diretrizes. Só que ou não são políticos ou não são conhecidos. Como tornar alguns desses desconhecidos conhecidos, transformar alguns desses não políticos em políticos e livrar São Paulo de escolher entre os que nada fazem e os que fazem qualquer coisa? Usando o jogo partidário e político para desafiar as regras desse jogo. Alcançando o difícil por meio do surpreendente.

Criando, quando menos esperada, a alternativa que falta.

O Brasil tem jeito?

Parece que não tem. Mas é só aparência. O segredo é colocar as idéias no lugar, transformando dificuldades em oportunidades.

Comecemos com a crise atual de confiança na capacidade do governo -- o atual ou o sucessor -- de administrar sua dívida interna e de equilibrar suas contas externas. Essa crise já saiu do controle. Nem por isso precisa ser destruidora da economia real se seguirmos alguns princípios elementares. Compreender que gerar excedentes fiscais, longe de nos render aos mercados financeiros, ajuda-nos a nos libertar da ditadura deles. Reconciliar o respeito aos contratos da dívida pública -- e à poupança que eles representam -- com o exercício agressivo do poder de barganha e de influência do governo junto às instituições financeiras. E impor limites severos à fuga de capitais brasileiros. Obedecidas essas diretrizes, a crise atual, qualquer que seja seu desfecho, marcará o fim de um ciclo de ilusões e de submissões. Isso, porém, é só preliminar.

Cinco conjuntos de iniciativas viáveis, com amplo apoio potencial no país, dariam nova vida ao Brasil. Aproveitariam a energia imensa e frustrada dos

A política brasileira e seus agentes

brasileiros. Inaugurariam fase de crescimento econômico e de afirmação nacional.

A primeira iniciativa é aprofundar o mercado de consumo de massa. A redistribuição necessária da renda tem de ocorrer por programas que imitem a aposentadoria rural na transferência direta de recursos aos grupos mais pobres. E por uma política de valorização dos salários mais baixos e de legalização dos trabalhadores informais.

A segunda iniciativa é mobilizar a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo (novo modelo de previdência, mercado hipotecário) ao mesmo tempo em que se instaure regime tributário desonerador da produção. Sem isso, não ampliaremos a base produtiva nem diminuiremos nossa dependência do capital estrangeiro.

A terceira iniciativa é revirar o ensino: definição de mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola para assegurar ensino público de qualidade capaz de atrair a classe média; associação dos governos federal, estaduais e municipais em órgãos transfederais para cumprir os mínimos; retreinamento dos professores para o ensino capacitador; promoção, por meio de bolsas de custeio, dos alunos mais aplicados ou talentosos, sobretudo quando pobres e de cor. O resultado imediato da reviravolta do ensino seria inspirar escalada de ambições e de esforços.

A quarta iniciativa é reorganizar a política. O Brasil carece de partidos. Antes de 1964, começava a tê-los. Para voltar a construí-los, tem de reformar regras eleitorais, fundir partidos existentes e assegurar financiamento público das campanhas eleitorais. Fecharia, com essa última medida, a fonte principal da corrupção.

A quinta iniciativa é ter política exterior, não apenas negociar sozinho. O Brasil precisa de espaço no mundo e de ordem global mais propícia a alternativas de desenvolvimento. Outros países grandes e periféricos também precisam. E quem tem hoje melhores condições para reunir esses países em ações comuns somos nós.

A conjugação dessas cinco séries de iniciativas não nos trariam o paraíso sobre a terra. Não exemplificariam o projeto de reconstrução institucional que

A política brasileira e seus agentes

defendo. São apenas um primeiro passo: o bom senso libertador. Resolveriam problemas presentes. Abririam possibilidades futuras. Tirariam as amarras que imobilizam o Brasil.

Não obstante as aparências, estamos pertos. Bastam um empurrão e um meio abrir de olhos para chegarmos lá.

A reviravolta

A sucessão presidencial tem tudo para acabar em reviravolta. A reviravolta não será repentina nem espetacular. Resultará de esforço paciente em demonstrar que há outro rumo a seguir e que já apareceu quem possa liderar o país em trilhá-lo. E acabará por triunfar sobre arsenal de intimidações que já inclui desde o dinheiro dos banqueiros até o desvirtuamento da Polícia Federal.

O rumo de que o Brasil precisa consiste na recuperação da capacidade financeira e estratégica do Estado, no reposicionamento internacional do país, na ampliação do acesso às oportunidades para qualificar-se, empregar-se e produzir, na valorização do salário real, com conseqüente aprofundamento de um mercado de consumo de massa, e na construção de rede de ensino público e de saúde pública capaz de atrair a classe média em proveito de todos os usuários do serviço. A crise de confiança financeira que vivemos é por sua própria natureza efêmera. Contrariamente ao que se supõe, não faltam estratégias de transição capazes de superá-la. Temos de escolher entre elas de acordo com dois critérios: assegurar a primazia dos interesses da produção e, ao assegurá-la, democratizar a economia de mercado no Brasil.

A essência da liderança necessária -- liderança a ser desempenhada por grupo, não apenas por indivíduo -- está na capacidade de reconciliar dois imperativos: negociar e mobilizar. Quem propõe mudança sem negociar com os interesses poderosos e organizados descamba para a aventura e a derrota. Quem negocia sem mobilizar as maiorias desorganizadas -- inclusive a maioria desorganizada da classe média -- acaba refém das elites econômicas e políticas. Sem negociação, a mobilização se perde. Sem mobilização, a negociação se esteriliza.

A política brasileira e seus agentes

Pode o país, com seus instrumentos falhos de política e de informação, descobrir onde e com quem iniciar o caminho? Pode sim, porque a campanha que começa agora terá riqueza suficiente de incidentes e de exposições para servir como processo rápido e concentrado de aprendizagem coletiva. A frustração em ouvir o que parece um mesmo discurso adotado por todos os candidatos presidenciais se dissipará à medida que se comecem a perceber os contrastes decisivos de orientação e de compromisso. A tentativa quase unânime da mídia de declarar a sucessão definitivamente polarizada entre o candidato oficial e o candidato do PT e de insistir na estreiteza da margem de manobra do futuro governo apenas estimulará o eleitorado a buscar a opção que se lhe querem sonegar. A fabricação de dossiês e difamações por colaboradores negociastas de um candidato que encara o embate menos como campanha eleitoral do que como campanha militar não desviará o foco do eleitorado. Apressará, porém, a incriminação desses negociastas.

Apesar do desencanto com a política, o Brasil tem hoje fome de projeto e de liderança. O momento é de constância na elucidação de propostas e na reunião de forças. Nenhum país no mundo, rico ou pobre, ostenta hoje cultura de auto-ajuda e de empreendimento mais vigorosa, embora desequipada, do que o nosso. E nenhum tem discussão mais viva e rica, ainda que confusa e truncada, sobre seu futuro nacional. O Brasil, esse país de intuitivos e de improvisadores, em que o sincretismo tem sido o problema e a solução, chegou ao dia de olhar para dentro de si mesmo. Descartando o roteiro que lhe prepararam, escreverá outro melhor. A reviravolta na sucessão será o sinal.

A sucessão refocalizada

Agora que a campanha eleitoral entra em fase decisiva, ficam claras as três grandes questões em jogo na sucessão presidencial. Cada um delas aponta para divisão profunda na política brasileira.

A primeira questão é a integridade das instituições republicanas. O desdobramento da campanha confirmou os temores suscitados por seus passos

A política brasileira e seus agentes

iniciais. Está em curso tentativa de instaurar no Brasil o regime do antigo PRI mexicano. Os aparatos do Estado mais importantes para a lisura das eleições, a começar pela Justiça Eleitoral e pela Polícia Federal, foram convertidos em instrumentos de luta. Nessa luta, usam-se as armas da intimidação e da espionagem. Jornalistas foram contratados, guiados e manipulados em massa. Tudo isso prefigura regime de fachada constitucional, atrás da qual possam os detetores do poder se acertar mais comodamente com os senhores do dinheiro. Seus escribas denunciam como anti-democráticas propostas para desenvolver democracia de alta energia que limite a influência do dinheiro na política, crie regime de partidos políticos fortes e dê ao Congresso e ao Presidente meios para juntos superarem os impasses que surjam entre eles. Nada de apelar ao eleitorado por cima do Congresso e dos partidos. Não é o presidencialismo plebiscitário que se propõe; é a aceleração, institucionalizada, das mudanças e a elevação, institucionalizada, da participação popular.

A segunda questão é a independência do Brasil. Não se afirma com retórica nacionalista. Depende de dois conjuntos de iniciativas. Uma das premissas é mobilizar os recursos do país para diminuir nossa dependência do capital estrangeiro. Para isso, é preciso aumentar a poupança interna e canalizar a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. A outra premissa é reposicionar o Brasil no mundo. Ou o Brasil fica em prática defensiva de negociações comerciais ou coloca essas negociações no bojo de um projeto audacioso. Um dos elementos de tal projeto é construir relação com os Estados Unidos que subordine o livre comércio nas Américas a mecanismos de diminuição das desigualdades sociais. Outro elemento é liderar a reunião dos outros países continentais periféricos para trabalhar em favor de ordem mundial mais pluralista, livre de hegemonias, de poder ou de ideologia.

A terceira questão é a mudança do modelo econômico. Querer resuscitar uma política industrial ao estilo da década de 70 e falar em promover as exportações, como se o Brasil tivesse como e o que exportar sem reativar e reorientar sua economia, é senilidade programática. É continuísmo, baseado em confusão intelectual e em rendição a "lobbies". Nessa campanha, há quem defenda rumo completamente diferente, orientado tanto para a ampliação do acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento quanto para o aprofundamento do mercado interno. Aprofundamento que passa pela valorização gradativa do salário real e

A política brasileira e seus agentes

pelo resgate de mais de metade da população da economia informal, em que, sem carteira de trabalho, continua aprisionada. Democratizar a economia de mercado -- não apenas regulá-la ou atenuar suas desigualdades por meio de políticas sociais compensatórias -- é a palavra de ordem dessa proposta. Proposta que abrange também o compromisso com a construção de ensino público de qualidade que rejeite a decoreba e privilegie a capacitação conceitual e prática.

Sim ou não? O contraste é claro e o momento é agora.

O dever das oposições

A eleição de 6 de outubro oferece oportunidade sem precedente para mudar o país, retomando o desenvolvimento com base na redistribuição da renda e na democratização das oportunidades e construindo a independência do Brasil. Não é possível alcançar esse resultado com a eleição do candidato oficial e a continuidade da trama de interesses que se agrupa em torno de sua candidatura. Só é possível atingi-lo com a vitória das oposições. O dever das oposições diante do quadro que se estabeleceu no país é reunir-se tanto quanto possível, ainda que de última hora, para assegurar ao candidato opositor líderante os poucos votos que lhe possam faltar para ganhar a eleição em primeiro turno.

Se fosse o Brasil democracia consolidada, se os aparatos do Estado mais responsáveis pela lisura das eleições, a começar pela Justiça Eleitoral e pela Polícia Federal, tivessem guardado isenção, se os magnatas da mídia não estivessem envolvidos em negócios com os detentores do poder, se não houvesse proliferado nessa campanha a falta de escrúpulo com que se distorceram fatos e se destruíram reputações, se os partidos políticos gozassem da confiança popular e pudessem com autoridade apontar ao eleitorado na eleição de segundo turno seus preferidos e se, por fim, existisse, entre o primeiro turno e o segundo, tempo bastante para neutralizar as violências que se preparam para fazer triunfar o continuísmo e para mexicanizar o Brasil a pretexto de não argentinizá-lo, não haveria por que temer a eleição de 27 de outubro. Nenhuma dessas condições, entretanto, vigora. Não lutar hoje para evitar o segundo turno seria irresponsabilidade para com a república.

O movimento para reunir as oposições em torno do candidato do PT, além

A política brasileira e seus agentes

de ajudar a garantir a decisão eleitoral, antecipa o tipo de governo necessário à execução da obra transformadora: um governo das forças progressistas, com a participação dos empresários, que dialogue com todas as vertentes da sociedade brasileira.

Há vinte anos, polemizo contra as idéias e as práticas do PT. Há uma semana, reafirmei diretamente ao candidato do PT minha convicção de não ser ele, entre os candidatos de oposição, o melhor agente da alternativa. Minha convicção é irrelevante. O veredicto do país está claramente desenhado. Tratem-se de fazê-lo executar. Os dois outros candidatos de oposição devem renunciar em favor do candidato do PT. E os partidos que os apóiam devem exigir que renunciem.

Os compromissos pessoais são elemento indispensável de ordem moral na política. Encontram, porém, limite na subordinação de tais compromissos à responsabilidade para com as tarefas e para com o país. Transposto tal limite, amesquinham os indivíduos e corrompem a vida pública.

A idéia da grandeza é o princípio central da política. A grandeza se manifesta na conjugação da audácia com o sacrifício. Fazer política é despojar-se.

A energia desmedida do Brasil é a promessa de seu engrandecimento. Promessa até agora descumprida pela experiência quotidiana da humilhação que sofrem dezenas de milhões de brasileiros. Aproximamo-nos da hora em que poderemos dar combate decisivo a essa perversão de nossa humanidade. Que esse período de engrandecimento nacional seja prefigurado por atos de grandeza de parte dos que atuam na vida pública. Se faltarem tais atos, que o povo brasileiro -- sereno, confiante, sem medo nem rancor -- faça, no dia 6 de outubro, justiça a si mesmo.

Como enfrentar os perigos da transição

Suponhamos Lula eleito presidente ao final dessa ainda arriscada campanha de segundo turno. O Brasil e seu novo governo enfrentarão a crise de confiança financeira e a má vontade dos Estados Unidos. Entender a relação entre

A política brasileira e seus agentes

esses dois problemas é condição para conduzir com êxito a transição de poder e de rumo.

Ao enfrentar a crise de confiança, a preocupação prioritária deve ser evitar que a confusão financeira contamine a economia real -- o sistema produtivo. Setores importantes da economia brasileira renovaram seus padrões de eficiência. Estão prontos a avançar, tanto para fora do país quanto para dentro dele, se a desorganização da economia monetária não estrangular o ímpeto produtivo.

Duas iniciativas, encaminhadas no início do novo governo, podem ser decisivas para lançar as bases do crescimento e para ganhar a confiança. A primeira iniciativa é simplificação tributária que transforme imposto federal sobre o valor agregado, com participação dos estados, no instrumento principal da arrecadação, como ocorre na maior parte do mundo, e compense o cunho regressivo desse imposto com medidas de justiça tributária. A segunda iniciativa é a imposição de teto único da previdência aos funcionários públicos e aos assalariados privados. Essas medidas melhorarão dramaticamente a situação fiscal do governo. Seu encaminhamento ajudará desde já a restabelecer a confiança.

Nada garante, porém, que bastará. Por isso mesmo, constitui temeridade instituir nesse ambiente a independência do Banco Central. O objeto oculto da contenda sobre essa autonomia é a faculdade de controlar a saída de dinheiro. O novo governo nascerá cerceado no manejo tanto da política fiscal quanto da política monetária. Ter-se-á desarmado se também ceder a um financista, entrincheirado em Banco Central independente, o poder de não responder ao eventual agravamento da crise com controles seletivos sobre nossas divisas e defesas de nossas reservas. Se a crise se agravar, o governo desarmado terá de fazer tudo o que o mercado financeiro e os líderes americanos quiserem.

Surge aí o segundo perigo da transição: a possível hostilidade dos Estados Unidos. Nova política externa brasileira terá de reconciliar duas tarefas: reconstruir a relação com os Estados Unidos sobre bases que ultrapassem a agenda das negociações comerciais e trabalhar com os outros países continentais periféricos em defesa dos nossos interesses comuns.

Antecipou-se para já a dificuldade dessa operação desafiadora e delicada. Começa a se formar no governo e nas elites dos Estados Unidos a convicção de

A política brasileira e seus agentes

que o futuro governo brasileiro pode ser antiamericano, se não for apenas incompetente. Na iminência ou na seqüela da guerra, não se concederá o benefício da dúvida. A mera suspeita de prevalecer a tendência de afrontar os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, e de se aproximar de seus inimigos, produzirá acirramento instantâneo, com consequências onerosas para a economia. Para evitar isso, é preciso atuar já, junto aos americanos e aos europeus, explicando, sem rodeios, o que se fará.

O mercado quer no Brasil um Fox, que subordine compromissos sociais à ortodoxia econômica. Os governos do Atlântico Norte querem um Mandela, que mova mundos na oposição mas que no poder se resigne às desigualdades, do país e do mundo. O Brasil, porém, quer mudança. Para poder mudar, precisa agora precaver-se na transição, usando a inteligência cautelosa a serviço da intenção transformadora.

Os progressistas e o governo do PT

O novo governo será governo do PT. Relegadas a posição acessória no governo, as outras forças progressistas devem responder generosamente a essa marginalização, apoiando um presidente que carrega as esperanças da nação. O apoio precisa, entretanto, ser consistente com clareza e energia na construção de alternativa eficaz. O contexto em que se dará essa construção é o confronto entre dois caminhos: um, que o governo se arrisca seguir, condenado ao fracasso; o outro, aparentemente mais difícil de executar, indispensável ao desenvolvimento democratizante. Convidados a desempenhar papel de figurantes, os progressistas fora do PT precisam reescrever o roteiro.

Três vertentes formam o primeiro rumo. 1) Primazia dada à conquista da confiança financeira (sem, contudo, conquistá-la): garantir condições, como liberdade irrestrita de movimentação do capital e autonomia do Banco Central, que impeçam qualquer desvio nosso da falsa ortodoxia recomendada pelos países ricos ao resto do mundo. 2) Negociações setoriais ("pactos"), sob a égide do governo, entre os interesses organizados da sociedade brasileira, para acertar o que muda e quem paga. 3) Políticas sociais de compensação, como programas contra a fome,

A política brasileira e seus agentes

destinadas a atenuar o sofrimento dos mais pobres.

Como essa é trajetória que rejeita a inovação estratégica e a reconstrução institucional, ela se completa com política exterior apequenada: agarrar-se aos restos do Mercosul para tentar arrancar vantagens dos Estados Unidos.

Se o governo do PT tomar esse caminho, produzirá agravamento da situação econômica e frustração das expectativas populares. A crise recrudescerá. Terá como desfecho rendição definitiva ou reorientação tardia.

Seis diretrizes definem o outro caminho. 1) Manutenção do sacrifício fiscal, não para agradar aos interesses financeiros, mas para se libertar deles. 2) Uso do poder de barganha produzido pelo sacrifício fiscal para pressionar os juros para baixo. 3) Restrição à livre saída do capital brasileiro, imposta como escudo protetor temporário de uma política de crescimento e de reconstrução. 4) Reformas, como participação nos lucros, desoneração da folha salarial e simplificação dos impostos, que aumentem a parcela da renda nacional destinada aos salários e que ajudem a salvar da informalidade dois terços dos trabalhadores. 5) Ruptura das relações incestuosas entre o poder e o dinheiro, começando com o financiamento público das campanhas e com a privatização do resgate de empresas falidas. 6) Choque meritocrático, por meio de políticas que, ao assegurar educação para todos, propiciem também o financiamento amplo das crianças mais talentosas ou aplicadas, sobretudo quando pobres e de cor.

Passa esse segundo rumo por política exterior audaciosa que dê base política a nossas reivindicações comerciais, buscando aliados dentro dos Estados Unidos, da Europa e dos países continentais periféricos. Sem isso e sem êxito em retomar e em reorientar nosso desenvolvimento, integração sul-americana é miragem.

A articulação dessa proposta tende a dividir o PT, mas a unir os progressistas fora do PT. A tarefa destes é evitar que o malogro do primeiro caminho -- se o novo governo insistir em trilhá-lo -- deixe o país sem opção e prepare a volta dos derrotados na última eleição. Reunir-se para defender o outro rumo é, para os progressistas fora do PT, a melhor maneira de ter futuro. A tarefa dos progressistas é apoiar o novo governo, mas também monitorá-lo, também construir bases para a etapa seguinte, também manter viva a visão de uma alternativa nacional.

A política brasileira e seus agentes

Passado e futuro do governo Lula

1. O tema latente na sucessão presidencial foi "mudança do modelo econômico". Concorravam os quatro principais candidatos na necessidade de criar condições para diminuir nossa dependência dos ciclos de liquidez na economia mundial e para democratizar o acesso às oportunidades de emprego e de ensino.
2. Apoiei a candidatura de Ciro Gomes por identificar nela a disposição mais clara de levar a sério o discurso de mudança do modelo.
3. Inviabilizada essa candidatura e previsto Serra como concorrente de Lula no segundo turno, a prioridade era defender as instituições republicanas. Apesar dos méritos do candidato oficial, sua eleição se arriscava a sufocar, num continuísmo carregado de intimidação, a ainda frágil democracia brasileira. Cabia aos dois outros candidatos de oposição renunciar a tempo de definir a eleição no primeiro turno, evitando o risco de golpes baixos que rondava o segundo turno.
4. Esse risco acabou por não se consumir, não sem alguns sustos. Frustrou-se, porém, o outro objetivo a ser viabilizado pela retirada de Ciro e de Garotinho: pactuar a composição e, portanto, o rumo do futuro governo e impedir que se adiasse para as calendas gregas a mudança do modelo. Desobrigado, o novo presidente organizou governo da ala dominante do PT, que reduziu as outras forças progressistas a satélites. Deu prioridade a duas propostas: reforma da previdência, orientada no mesmo sentido fiscalista da reforma buscada pelo governo anterior, e campanha humanitária contra a fome. Seria apenas transição. As supostas transições, porém, costumam se perpetuar.
5. O governo do PT já teve a virtude de demonstrar seriedade em três compromissos de importância capital: com a moralização do Estado, com o socorro aos mais pobres e com a atuação ousada do Brasil no mundo, embora esse último compromisso ameace ser desvirtuado por iniciativas provocadoras, de alto custo e de pouco benefício.
6. A divisória definidora do destino do governo está nos temas que compõem o cerne de um projeto libertador no Brasil hoje: aumento do salário real e

A política brasileira e seus agentes

democratização do acesso ao trabalho e ao crédito; mobilização da poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo; ampliação de ilhas de excelência no ensino público para radicalizar a meritocracia e fundação das instituições de uma democracia de alta energia, que gerem partidos políticos fortes, limitem a influência do dinheiro na política e engajem os cidadãos, de baixo para cima, na solução dos problemas coletivos. Sem redistribuir renda e poder, nenhum país na história moderna se engradeceu.

7. Duas pontes podem ligar o programa de transição ensaiado pelo governo do PT e esse projeto democratizante. A primeira ponte é econômica: para evitar crise cambial, equacionar a dívida pública e baixar os juros, é preciso contar com mais poupança e com mais dólares. Controles cambiais podem vir a ser necessários. A segunda ponte é política: para avançar em reformas democratizantes, é preciso reconciliar a negociação política e social com a pressão que resulta da mobilização popular. A melhor maneira de evitar que a "transição" se torne permanente é insistir no que precisamos fazer para não ficar de joelhos diante dos interesses poderosos, fora ou dentro do Brasil.

8. A tarefa dos aliados críticos do governo do PT é nos organizarmos, intelectual e politicamente, para apoiar e para monitorar o governo. E, se o governo malograr no esforço transformador, para impedir que o eixo da política brasileira, na forma de alternância entre o PSDB e o PT, se reduza a rodízio entre duas vertentes de um mesmo projeto, incapaz de libertar os brasileiros.

O salário é onde pega

A luta -- justa, fecunda e inevitável -- pela recomposição e pelo aumento dos salários será o fato decisivo dos próximos meses. A maneira pela qual o governo do PT reagir a essa luta revelará a natureza desse governo e determinará seu destino.

O governo já fêz opção que ameaça resultar na violação do compromisso essencial em nome do qual se elegeu: o de assegurar que a retomada de crescimento se apoie na democratização das oportunidades. Optou por continuar a política econômica do governo que denunciara e por escolher como carro-chefe de

A política brasileira e seus agentes

sua política social um projeto -- o Fome Zero -- que só pode ser qualificado de retrógrado. Nem os críticos mais ferinos do PT teriam suposto que sua primeira experiência de governo nacional seria marcada pela combinação da primazia atribuída à confiança financeira com a imitação de um programa social secundário dos Estados Unidos da década de 1970.

Falta qualquer indício de seriedade, clareza e competência na execução da tarefa básica: a democratização do Brasil e de sua economia. Se quiserem modelo estrangeiro, o exemplo é Roosevelt, que centrou seus esforços no uso audacioso e experimental do poder público para ampliar oportunidades de trabalhar, produzir e inovar. Programa como o dos "food stamps" foi, na concepção e na prática, apenas um reforço menor, entre muitos, dessa diretriz.

Alegam os novos governantes que precisam trilhar esse caminho, de pseudo-ortodoxia econômica e de caridade paternalista, para evitar o colapso das finanças públicas e para granjear o respeito internacional. Estão mentindo a si mesmos e acorrentando as próprias mãos. Ao contrário do que se publica na imprensa brasileira, as declarações internacionais do presidente foram vistas como novo ponto baixo no ritual dos chavões irrelevantes. A dinâmica da dívida continua a degenerar ferozmente. E a popularidade do governo impressiona menos quando se lembra que perde para a popularidade inicial de Fernando Collor, que também viria a se atrapalhar com a diferença entre ser e parecer.

A realidade, entretanto, chegará na forma da luta salarial. O preço mais importante em nossa economia ainda relativamente fechada não é o câmbio; é o salário. O aviltamento salarial foi a verdadeira âncora do Plano Real; sua importância aumentou ainda mais depois que o regime do câmbio fixo ruiu. Entre países em nível semelhante de desenvolvimento, o Brasil, depois de décadas de crescimento medíocre e antipopular, ocupa um dos piores lugares em critérios que medem a participação dos trabalhadores na renda nacional. Sem transferência direta de renda aos trabalhadores mais pobres e sem democratização iniciada nas escalas superiores do assalariado, por meio da efetivação do princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros nas empresas, não construiremos bases para desenvolvimento sólido e democratizante.

A tarefa agora é organizar as reivindicações salariais, para que abranjam

A política brasileira e seus agentes

desde o salário mínimo até os salários mais altos. O resultado será forçar o governo a se definir e resgatá-lo do pântano de ilusões sedutoras em que precocemente afunda. Ou o governo muda de rumo, ou se coloca, de vez, ao lado dos patrões contra os trabalhadores. Nesse caso, a perplexidade do país se transformará em indignação quando se souber que os mesmos que conspiraram para reprimir os salários multiplicaram seus próprios salários com participações em conselhos de empresas públicas. Desorientados e desmoralizados, obrigarão o Brasil a superar o que terá sido um triste e trágico desvio.

Como avaliar o governo Lula

Avaliar a primeira fase do governo Lula é definir a reorientação do debate nacional de que precisamos. A avaliação precisa ser implacável: não coonestar o fatalismo nem transigir com a descrença. E deve ser magnânima: não atribuir apenas ao governo defeitos que refletem os limites não superados do país.

As maiores virtudes do governo Lula são a honestidade e a prudência. Não convém subestimar o valor do esforço para desfazer o conúbio entre o poder e o dinheiro. Há tempo que o Brasil não tem governo tão livre de bandidos. Duas iniciativas são necessárias para institucionalizar esse avanço: o financiamento público das campanhas eleitorais e o abandono pelo Estado de seu papel de garantidor implícito de qualquer grande negócio. Se o governo não conseguir mudar o Brasil, que pelo menos crie, por meio dessas reformas, condições para que o Brasil possa mudar-se por si mesmo.

A exceção decisiva ao compromisso com a honestidade é o aliciamento da mídia por meio da distribuição das verbas de propapaganda oficial. Não é exagero chamar de corruptora e liberticida essa atuação, ainda mais fatal para a imprensa que não a revela do que para o governo que a comete.

A cautela do governo Lula reforçou sua boa-fé. Entendeu a importância de resguardar a estabilidade monetária, o realismo fiscal e a abertura comercial criteriosa. Evitou regressões e aventuras.

A política brasileira e seus agentes

O defeito básico do governo Lula é sua mediocridade continuísta, imprópria para país como o potencial e com os problemas do Brasil. De tanto se excederem no "marketing", no entendimento com os empresários e na cooptação das forças políticas, acabaram os novos governantes por não saber o que fazer. O vazio aberto pela falta de projeto foi preenchido pela primazia atribuída à confiança financeira (portanto, à sua agenda de reformas) e ao socorro humanitário.

É opção ruínosa sob dois aspectos. Em primeiro lugar, porque esvazia a democracia e semeia o cinismo: Lula foi eleito para substituir a orientação que se dedica a aperfeiçoar. Em segundo lugar, porque não pode funcionar. É estratégia, com dois desfechos; difícil saber qual o pior. Se a economia mundial acalamar, o Brasil vegetará em crescimento baixo, incapaz de multiplicar empregos e oportunidades no ritmo necessário. Se as economias centrais afundarem em recessão, o Brasil cairá em crise. Não há país grande que tenha conseguido, na história contemporânea, escapar do atraso por meio do rumo que nos indicam como o único realista. Mesmo países pequenos só o fizeram recorrendo a heresias excluídas pela doutrina do bom comportamento a que nos entregamos.

Todo o Brasil é co-responsável, junto com o governo, por esse malogro. Não enriquecemos o debate nacional com a demarcação de alternativas práticas. Os quadros mais preparados da nação foram mentalmente colonizados; os outros não sabem onde começar.

A solução é perseverar. Persistir no pensamento: organizando ideário que ofereça ao país a alternativa produtivista e democratizante que ele continua a buscar. E persistir na política: tentando, mais uma vez, construir a força consistente de centro-esquerda que o PMDB, o PSDB e o PT deixaram, sucessivamente, de ser. Esse é o caminho -- estreito e exigente -- para derrotar Lula e o PT em 2006 em nome dos compromissos que Lula e o PT dedicam 2003 a violar. Começar tudo de novo? Sim, tudo de novo.

O precipício

Três conjuntos de fatos, sem conexão aparente, demarcam o abismo em que

A política brasileira e seus agentes

o governo Lula ameaça cair. E impõem aos inconformados uma grande tarefa.

O primeiro grupo de fatos é o descompasso entre a impressão do estado em que se encontra a economia brasileiro e o estado em que ela de fato está. A impressão é de êxito no afastamento de crise de confiança, aplausos mundiais à solidez da política econômica, reversão do déficit das contas externas e consequente prontidão do país para iniciar novo ciclo de crescimento. A realidade é de rendição a um ideário que jamais assegurou crescimento em qualquer país grande na história contemporânea. As políticas monetária e fiscal continuam a conspirar contra o crescimento. Com a valorização do real, o equilíbrio das contas externas depende cada vez mais da estagnação interna. Não há o menor sinal de medidas que troquem as ilusões do fiscalismo e do mercantilismo pela mobilização da poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo, pela valorização sustentável dos salários, pela democratização do acesso ao instrumentos do trabalho e da produção e pela multiplicação de exemplos de excelência no ensino público. Agradando aos mercados e ajudando a calar os trabalhadores, o suposto progressista no poder consegue ser aceito pelos que mandam no mundo. Nunca, porém, esse estratagema de confusão e de medo traz desenvolvimento ou justiça. Sempre acaba mal.

A segunda série de fatos é o esvaziamento das instituições e das práticas republicanas em proveito da hegemonia política. Já frágeis, os partidos da "base aliada" foram humilhados e reduzidos a linhas-auxiliares, com filiações e desfiliações estimuladas pelo Palácio. A mídia, em grande parte quebrada, vem sendo aliciada por um governo que parece determinado a tirar o máximo proveito da dependência econômica dela; basta ligar a televisão para ver. Os "lobbies" e as corporações são contemplados ou punidos de acordo com o mesmo cálculo de intimidação e de cooptação. E tudo isso encontra pretexto na pretensa necessidade de reconciliar com os interesses endinheirados o poder político dos ex-militantes de esquerda.

A terceira soma de fatos é a mais obscura e a mais perturbadora. Nada indica que o primeiro escalão do governo se aproveite pessoalmente da relação com a plutocracia. Mas se a obsessão com a hegemonia enfraquecer o respeito pelos limites morais e legais? Se grandes empresários forem convocados ao Palácio para que se lhes peçam contribuições destinadas a saldar dívidas de campanha do PT e

A política brasileira e seus agentes

de partidos aliados? Se se abrirem as portas para negócios do interesse de contribuintes à campanha passada? A víbora evenenaria o governo antes mesmo de amadurecerem os frutos amargos da política econômica de rendição. Tudo isso se evitaria com o financiamento público das campanhas eleitorais. Carente desse remédio, a República precisa de cidadãos que a socorram, armados da primeira virtude cívica, que é a coragem.

O país, paciente, continua, em sua maioria decisiva, a apoiar o governo Lula. Todos nós que nos decidimos a resistir não devemos confundir nossa causa com qualquer sectarismo de esquerda. Não sabemos hoje onde começar ou com que instrumentos. Não podemos prever se, ao final, seremos acompanhados por cinquenta brasileiros ou por cinquenta milhões. Tanto maior, imerecidamente maior, a sorte daqueles que iniciarem a luta agora.

O Nordeste e o Brasil

Como pode o Brasil, ao ajudar os nordestinos a resolver os problemas do Nordeste, abrir caminhos para o país? Como transformar drama que cansa e desilude em campanha que energiza e orienta?

Estar livre de dogmas, de fórmulas, de preconceitos ideológicos é a exigência fundamental para quem queira corrigir grandes desigualdades regionais. O experimentalismo desassombrado deve, porém, pautar-se pelo que muito que já se aprendeu no mundo a respeito desse tema.

Em primeiro lugar, a região atrasada precisa fazer diferente de como se faz no resto do país. Em determinados setores e lugares, regime tributário, tarifário, trabalhista e previdenciário especial tem de desonerar a produção, compensando a falta de economias de escala.

Em segundo lugar, o uso de regras extraordinárias para induzir febre empreendedora deve ser acompanhada de mecanismos de mercado, ou de mímica do mercado, que ponham fim rápido aos empreendimentos malogrados e que afastem os catadores de dinheiro público fácil. O objetivo não é evitar erros; é

A política brasileira e seus agentes

cometê-los depressa, como se diz da ciência.

Em terceiro lugar, convém tratar a região atrasada, paradoxalmente, como terreno para iniciativas vanguardistas: como laboratório da nação e como arauto de seu futuro, não como beneficiária de sua caridade. Em vez de tentar generalizar, de roldão, a base de energia, de água, de transporte e de comunicação, focalizá-la em pólos irradiadores onde se possam reunir capacidades e empreendimentos. Em vez de aceitar que a classe média continue a ser o única fonte de quadros técnicos e profissionais, identificar em todas as classes sociais as crianças mais talentosas e aplicadas e apoiá-las integralmente. Em vez de deixar o mercado com a produção e o Estado com o social, engajar as empresas na provisão de bens públicos e fundar novas empresas públicas para produzir os materiais e as máquinas que faltarem. Em vez de ver tecnologia avançada como imprópria para região pobre, empregá-la para produzir maquinária simples, barata e adaptada ao meio. Em vez de esperar que o mercado chegue, usar o poder público para difundir acesso ao mercado, multiplicando centros e fundos públicos que possam investir em empreendimentos emergentes e monitorá-los como "venture capitalists". Tratar a capacidade de criar o novo -- o novo produto, a nova técnica, a nova maneira de organizar as relações entre governos e empresas -- como arma de superação do atraso, não como luxo de primeiro mundo.

Em quarto lugar, a redistribuição automática de recursos das regiões mais ricas do país para as mais pobres, a ser embutida nas regras tributárias, deve desdobrar-se em automatismo semelhante nas providências de avaliação. Avaliação a ser praticada por peritos recrutados no mercado e nas organizações técnicas, dentro e fora do país e sempre longe dos influentes. Linha de atuação que fôr mal avaliada será cortada, respeitado o direito de governos eleitos de rejeitar as recomendações públicas dos avaliadores.

É natural que os nordestinos reivindicuem como sua a causa do Nordeste. Encaminhar soluções para os problemas do Nordeste, onde se concentram muitos dos sofrimentos da nação e muitas de suas forças morais, é, entretanto, preocupação e privilégio de todos os brasileiros. Nada faria tanto bem ao país quanto um movimento generoso de imaginação e de vontade que reconhecesse no soerguimento do Nordeste o primeiro requisito da libertação do Brasil.

A política brasileira e seus agentes

Os falsários

A radicalização de herança denunciada como maldita pelos que a radicalizam; o adiamento indefinido de qualquer esforço para retomar e para reconstruir o desenvolvimento brasileiro; a destruição dos instrumentos de uma política desenvolvimentista, sejam carreiras públicas, sejam organizações públicas como a Embrapa; a delegação da política econômica (e agora de parte das negociações da Alca) a quadros de terceira ordem intelectual, embasbacados diante das lições de seus professores americanos; a degeneração da reforma previdenciária em fiscalismo desesperado e truculento; o abandono de qualquer tentativa de simplificar e de reorientar o regime tributário; a redução da política social a medidas compensatórias cujo desacerto é ocultado por sua inoperância; a ausência de iniciativas destinadas a desconcentrar o acesso às oportunidades de trabalho, de crédito e de ensino; o fatalismo com que se encaram o aviltamento do salário e o aumento do desemprego como se fossem o preço a pagar pelo controle da inflação; o apelo à necessidade de manter a confiança financeira como justificativa genérica para esses males; o aproveitamento da fragilidade dos partidos para fragilizá-los ainda mais e a desfaçatez dos acertos que se começam a fazer, em nome da hegemonia política, com os grandes empresários e com a grande mídia -- tudo isso pressagia duplo desastre para o país.

Desastre de desmoralização da democracia: foi para interromper tudo isso que o país votou em outubro de 2002. E desastre de desperdício de oportunidade histórica: agora temos de começar tudo de novo para forjar o instrumento político de alternativa nacional, trabalhista e produtivista.

Há quem veja na política externa do governo exceção a essa passividade. Não é. No tema mais urgente -- a Alca -- a visita do presidente aos Estados Unidos mostra que o esvaziamento estratégico das negociações foi substituído por fórmulas e por procedimentos que nos devolveram ao rumo da rendição. Tudo contrabalançado pela busca de sub-hegemonia na América do Sul, por homenagens a tiranetes latino-americanos do agrado do PT e pelas reclamações de sempre contra as injustiças da globalização. Washington e Wall Street não se impressionam com esses gestos; comemoram, embora como fato menor e

A política brasileira e seus agentes

previsível, a prostração dos governo brasileiro, assumida pelo próprio Lula na metáfora reveladora e humilhante do boxeador nocauteado. Enquanto não tiver projeto interno, o Brasil não terá política exterior. O objetivo de ajudar a mudar a situação mundial será substituído pela ambição de figurar como potência média nos foros internacionais. Figurar sem dar aborrecimento. Figurar para não ser. Salvam-se o compromisso de reerguer o Mercosul e a promessa de aproximação aos outros países continentais em desenvolvimento.

A base dessa abdicação interna e externa é a falta de fibra e de clareza: a disposição de assumir o papel do bom operário que cuida dos pobres sem causar problema aos patrões e é, por causa disso, bem visto pelos graúdos do mundo. É também a determinação (até nisso míope) de manter a hegemonia política a qualquer preço, mesmo que seja a preço de infidelidade ao povo brasileiro. Dá nojo. A reação do país pode demorar. Quando vier, porém, virá par arrasar os que traíram o Brasil para gozar do poder.

Raízes da rendição

A primeira raiz da rendição do governo Lula é a confusão de flagelação do país com prudência econômica. O governo se sentiu forçado a responder com política recessiva aos constrangimentos que pesam sobre a economia e sobre o Estado brasileiros. Quando sobra dinheiro fácil no mundo, qualquer diretriz econômica parece boa. O teste vem na hora do aperto. Há sempre a mesma escolha severa: forjar resposta criadora e arrojada ou entregar-se a políticas que resguardam a confiança financeira na esperança de restabelecer condições propícias ao investimento. Um país como o nosso pode não ter êxito ao responder ao sumiço do capital com estratégia inovadora de desenvolvimento. Ao evitar, porém, esse risco, privilegiando a busca da confiança, condena-se ao malogro. Só lhe resta esperar a retomada do crescimento nas economias centrais para tentar beneficiar-se, de longe, das irradiações do êxito alheio.

A segunda raiz da rendição é o silêncio das idéias. O espaço de alternativa consequente à política recessiva vem sendo ocupada, na discussão brasileira, por

A política brasileira e seus agentes

mercantilismo superficial e irrealista. A proposta mercantilista é mobilizar o país para exportar, gerando excedentes que nos libertariam do constrangimento externo. A realidade é que exportação só vem com produção. É consequência, não preliminar. Quatro condições são necessárias para iniciar crescimento incluyente e duradouro: o abandono de política macroeconômica que sacrifica a economia real à confiança financeira, a valorização sustentável do salário, a democratização do acesso às capacitações para trabalhar e para produzir e a construção de ensino público de qualidade como primeira prioridade do Estado. Ao que se deve acrescentar: experimentalismo, despido de preconceito, sobre maneiras de combinar iniciativa pública com empreendimento privado no deslanchar de novos investimentos.

A terceira raiz da rendição é a perversão das práticas. Aparentemente poderoso, o governo se considera posicionado precariamente em país ainda controlado por plutocracia bem relacionada no mundo. O núcleo do PT identifica na consolidação de sua hegemonia política o pressuposto para o salvamento do Brasil. Daí para as inversões conceituais e morais é só um passo: superar o fiscalismo por meio do fiscalismo e o fisiologismo por meio do fisiologismo acaba por ser ao mesmo tempo o objetivo e o método. Tudo justificado pelo imperativo de manter o poder.

A quarta raiz da rendição é a perversão das pessoas. Viciam-se o Presidente e seus colaboradores em forma corruptora de gozo. A história do boné exemplifica o que ocorre com todas as políticas públicas. Lula põe o boné do MST para poder não fazer a reforma agrária -- gestos em troca de realizações. Como amigo dos pobres que sabe calá-los, faz-se indispensável aos endinheirados. Nada melhor, refletirá o homem mediano sensual, impressionado com as seduções e com as bajulações do mundo e descrente das abstrações do pensamento, para poder continuar a divertir-se por muito tempo, com os seus, nos palácios e nas viagens.

Para começar a organizar a luta contra os interesses avassaladores que, dentro e fora do país, sustentam todo esse desvio e se aproveitam dele, não basta ter clareza nas idéias e constância nas ações. É preciso deixar-se arrebatado por força invencível -- ela, só ela, amor.

A política brasileira e seus agentes

Mediocridade

A situação do Brasil parece ruim. Duas semanas observando e discutindo pelo país afora convenceram-me de que ela é muito pior do que parece.

Visto do ângulo de sua vida econômica, o país marcha (no melhor caso) para a perpetuação da mediocridade: crescimento baixo e frágil, gestos inconsequentes de política social, abdicação nacional premiada com respeitabilidade internacional. Visto da perspectiva de sua vida republicana, o Brasil regride: imprensa comprada, partidos suplicantes, conchavos entre os poderosos e os endinheirados, silêncio do direito diante do poder.

O tom do regime é o de uma pequena burguesia entusiasmada com os confortos mais vulgares -- desde os robes de algodão egípcio até as comilanças intermináveis. As fisionomias desfibradas e sorridentes, as figuras fofas e gozadoras, pródigas em brincadeiras, bebedeiras e choradeiras, dadas a comer, a viajar e a falar, mas sem apetência para fazer, construir e inventar, a frouxidão generalizada nas mentes e nos corpos encarnam deboche que o país prefere desconhecer. Talvez porque, ao se identificar com o presidente, a população ainda não tenha recolhido a lição do provérbio turco: Quando o machado entrou na floresta, as árvores disseram -- “O cabo desse machado é um de nós”.

O chefe de Estado encena papel gasto: o do humanizador do inevitável -- preocupado com os pobres, confiável aos ricos, e disposto a sacrificar a classe média para demonstrar tanto a preocupação quanto a confiabilidade. Papel a que a mídia brasileira, quase toda ela quebrada, dá cobertura, com entrevistas bajuladoras do presidente, transmitidas em veículos agraciados com dinheiro público.

Não seria possível cair tão baixo se o pensamento brasileiro não houvesse renunciado à tarefa de repensar as possibilidades do país. Se as vozes mais influentes não sustentassem todos os dias a tese absurda (e jamais posta em prática em qualquer lugar) de que é preciso ser Hoover para poder ser Roosevelt. E se os

A política brasileira e seus agentes

que ocupam posições de prole em todos os departamentos da vida nacional não se sentissem tão desorientados, impotentes e pequenos.

Que conclusões devemos depreender desse desastre, que é moral e intelectual antes de ser político ou econômico? A primeira conclusão é que o PT se está revelando um desvio na história do Brasil. Veio, com a ajuda da Igreja e da intelectualidade, para substituir o velho trabalhismo brasileiro. A substituição não presta: acabou em rendição. É preciso voltar atrás e retomar o fio da história brasileira ali onde ele foi rompido.

A segunda conclusão é que a degradação que vivemos condiz com apenas metade da realidade do Brasil de hoje: a metade podre. A outra metade é um país que transborda em formas desencontradas e reprimidas de energia e de engenho.

Faltam agente e instrumento para impor este Brasil àquele. Os partidos estão desacreditados. Os políticos conhecidos nacionalmente estão acumpliciados com o mal que nos aflige. Eis uma situação como aquela que os matemáticos chamam de caótica: superficialmente estável, porém sujeita a reversão repentina e radical. Só há um jeito de provocar tal reversão: lutar contra, até que outro rumo se patenteie e seus agentes se identifiquem. Até que os brasileiros sintamos vergonha de esperar tão pouco do Brasil.

Emergência

Há emergência no Brasil.

1. O país faz sacrifício fiscal acachapante, mas só consegue pagar metade dos juros da dívida pública interna. A outra metade engrossa a dívida, sustentando juros sem precedente na história das finanças públicas modernas. Não há país que prospere quando o custo do capital é bem superior à taxa média de retorno dos negócios.

2. Não há saída por meio de corte radical do gasto público fora juros. Implicaria diminuir ainda mais a ajuda do Estado à classe média ou aos trabalhadores. Não acontecerá. O brasileiro é paciente mas insiste em sobreviver.

A política brasileira e seus agentes

3. O Brasil não tem dólar para pagar o que deve em 2004 por sua dívida externa (perto de 30 bilhões de dólares) sem recorrer ao capital financeiro, atraído por juros ruinosos, ou ao FMI, atraído por submissão ruinososa.

4. O agronegócio, a mineração e os bancos vão bem. Tudo o mais vai mal. Há grande dinamismo reprimido na economia brasileira: centenas de empresas que se renovaram nos melhores padrões internacionais e milhões de pessoas com ânimo empreendedor. Bloqueiados todos.

5. Começou corrida dos empresários em busca de dinheiro dos trabalhadores (no BNDES) e da classe média do setor público (nos fundos de pensão). O governo vê nessa corrida oportunidade para praticar política industrial casuística, a serviço de mistura de dirigismo, hegemonismo e fisiologismo. Pululam como nunca as conspirações político-empresariais a respeito do dinheiro dos outros. O ambiente é propício a bandalheira.

6. A mídia está quase toda quebrada e dependente do governo. Sobram poucos espaços livres.

7. O governo ficou sem agenda. Seu projeto seria devolver o país ao crescimento e conseguir recursos para a política social. Falta-lhe qualquer idéia de como fazer isso. Desorientado, espera que a recuperação das economias centrais traga alívio. É bem possível que traga, encobrendo a gravidade de nosso descaminho.

8. O presidente continua popular com o eleitorado, que se identifica com ele até em sua leviandade. Os partidos políticos supostamente progressistas, exceto o PDT, se deixaram cooptar. O país não vislumbra agente capaz de executar a virada prometida na campanha de 2002.

Impõem-se duas levadas de respostas emergenciais a essa situação emergencial.

A primeira leva reestabeleceria condições para investimento privado e público: renegociar as dívidas interna e externa, fechar temporariamente as saídas de capital brasileiro, e, sobre essa base, usar todo o poder de barganha e de pressão do Estado para desvalorizar o câmbio e para baixar o juro. Não teremos dólar por 5 reais e juro real de 3% -- os níveis que a situação exige -- só por querê-los. Não os

A política brasileira e seus agentes

teremos jamais, porém, se aceitarmos a idéia de que o mercado há de fixar soberanamente esses preços enquanto o Estado apenas cala e banca.

A segunda leva desmontaria os acordos entre o poder e o dinheiro: assegurar o financiamento público das campanhas eleitorais, deixar os falidos falirem, confiar os fundos de pensão a gestores independentes e colocar sob holofotes qualquer contato entre governante e empresário.

A primeira leva injetaria dinheiro; a segunda, direito. Se faltar coragem para a primeira, podemos começar com a segunda. Não é possível dispensar ambas. Sem dinheiro e sem direito, o Brasil continuará a sufocar.

Que fazer?

O horizonte de um governo eleito para mudar tudo restringiu-se cedo à combinação de pseudo-ortodoxia econômica com homenagens inócuas aos pobres. Como começar a reação e construir a alternativa?, perguntam, perplexos, muitos. Com que partidos e líderes? Alguns ainda esperam que o governo se reoriente, tangido pela ocorrência ou pela ameaça da derrota eleitoral. Outros já têm por definitiva sua rendição, mais por pequenez dos homens do que por imposição dos fatos. Os dois grupos enfrentam, porém, o mesmo imperativo de ação. Se houver como mudar a direção do governo, não há de ser sussurrando nos ouvidos das poucas pessoas que o conduzem; é fazendo com que a nação ouça outra voz e exija outro rumo.

Convém partir da correção de um erro. Nos anos que antecederam a eleição de 2002, insistiu-se em afirmar a superioridade de candidaturas apoiadas por grandes partidos sobre outras supostamente personalistas ou messiânicas. Os grandes partidos protagonizariam opções sólidas, fundadas na representação das forças organizadas da sociedade brasileira. E o vínculo do candidato com tais partidos seria necessário para assegurar ao governo eleito condição para governar.

Tudo falso. Os grandes partidos brasileiros não oferecem alternativas claras nem possuem bases fixas. Tanto assim que o atual governo do PT -- o maior e mais

A política brasileira e seus agentes

organizado dos partidos -- logo aderiu ao ideário da coalizão que acabara de derrotar. Esforçou-se por trocar de base, substituindo a pequena burguesia radicalizada e organizada (que agora aponta como vilã) por aliança entre os financistas e os famintos. E entregou-se, em nome do resguardo da hegemonia política, ao fisiologismo a que se contrapusera.

Por outro lado, a história recente demonstra que, eleito o governo, os partidos, com poucas exceções, só militam na oposição quando não lhes sobra pretexto ou oportunidade para aderir. Isso não quer dizer que regime de partidos e elenco de alternativas não sejam indispensáveis ao país. O problema é como chegar lá: não chegaremos fingindo que já chegamos.

A solução é aceitar o Brasil como ele é para poder transformá-lo. A primeira preocupação dos que quiserem hoje construir alternativa não deve ser fundar partidos ou negociar com eles. Deve ser reunir gente na sociedade civil -- e sobretudo entre todos que se identificam com os interesses do trabalho e da produção -- em torno de propostas simples, práticas e arrojadas para soerguer o país. Hipotecada a televisão ao governo, é inevitável que esse processo comece dentro das minorias da classe média politizada que continuam a ser o centro de gravidade da política brasileira. A prática de resistência, de instigação e de persuasão formará líderes e organizações. A mensagem, abafada no início, acabará por se fazer ouvir. O eleitorado encontrará a quem se voltar; não terá de escolher entre as vertentes petista e tucana do mesmo projeto malogrado. Nessa hora, surgirá de repente a base partidária da alternativa.

Não é partido que nos falta para trilhar esse caminho áspero. O que nos falta é ânimo. Se não pudermos atuar por esperança, que atuemos por indignação. Esperança, tal qual partido, virá depois.

Farsa e tragédia

Uma ministra viaja para Buenos Aires a custo do Erário. E arruma -- dizem que às pressas, para justificar a viagem custeada -- reunião com sua contraparte argentina. A ministra, mulher negra de origem pobre e portanto vítima fácil, exerce sem brilho, sem diretriz e sem dinheiro cargo para o qual foi irresponsavelmente

A política brasileira e seus agentes

escolhida por presidente mais atento a calar bocas do que a desempenhar tarefas.

Zum-zum no país. Com ar de superioridade moral, o presidente compungido defende a ministra, mas não muito. O mesmo presidente que, durante uma das viagens incessantes que tanto prazer lhe dão, acaba de declarar que ser presidente "é difícil mas é gostoso". O mesmo que não disfarça sua euforia com as prerrogativas materiais do poder. Entre os que condenam a alegada transgressão da ministra primam os políticos -- como, por exemplo, os congressistas que se divertem cada ano em Nova Iorque a título de emprestar suas luzes à ONU.

Atrás da ilegalidade constrangedora porém menor que haja cometido a ministra desastrada, perpetra-se em silêncio -- sem reação e sem comentário -- crime, esse sim vasto na dimensão e violento nos efeitos, contra o povo brasileiro. Atrás da farsa dos aproveitamentos pessoais desenrola-se a tragédia do abraço entre o poder e o dinheiro, entre o governo do Brasil e a plutocracia brasileira.

O governo do PT não inventou o sistema pelo qual grandes empresários tratam de colocar políticos no bolso enquanto políticos cortejam e apertam grandes empresários. Há, porém, por que temer que o governo do PT leve esse regime a grau de fortalecimento nunca antes visto. (Não é à toa que os plutocratas tratam com temor reverencial certo tesoureiro de partido político.) O pretexto será sempre o mesmo: realismo político a serviço de hegemonia partidária. Dinheiro para partido em troca de favorecimento de empresário, dirão, não é roubo; é regra do jogo.

Acabar com isso não é mistério. Financiar campanhas eleitorais com dinheiro público. Obrigar candidato a falar na televisão diante de fundo branco, sem truque de marqueteiro ganancioso. Deixar falido falir, impondo o capitalismo aos capitalistas. Parar de redistribuir, por meio dos bancos públicos, recursos de quem trabalha muito para bolso de quem se relaciona bem. Profissionalizar a gestão dos fundos de pensão e afastar os negociastas que pululam em sua volta. Abandonar a prática do grampo telefônico, destinada a municiar com bisbilhotagem o pacto entre o poder e o dinheiro e a intimidar os insubmissos. Exigir platéia e transcrição para encontro entre governante e empresário. Acender, enfim, as luzes.

É natural que o brasileiro, preocupado com o emprego e o salário e

A política brasileira e seus agentes

indignado com as mini-maracutaias narradas pela mídia, não pense nisso. Sem divórcio entre o poder e o dinheiro, contudo, não mudaremos o rumo do país.

A melhor maneira de levantar o jugo que pesa sobre nossa vida republicana é abrir novo caminho político para o Brasil. Agora quando o presidente, ainda bafejado pela empatia das multidões, já vislumbra sua reeleição para cumprir o que seria o quarto mandato de seu antecessor, pode parecer quixotesco preparar alternativa progressista que o derrote em 2006. Alternativa que mostre como botar o Brasil para trabalhar e produzir e como ter governo que não esteja no bolso de alguém. Melhor, porém, começar assim mesmo, do quase nada, sem ilusões mas também sem esmorecimento, confiantes na justiça de nossa causa e na ressurreição de nossa esperança.

Golpe de estado permanente

Já se consolidou na minoria relativamente mais informada do país a convicção de que as políticas de governo praticadas pelo PT e pelo PSDB se exaurem num mesmo projeto. Esse projeto se define por dois traços: modelo de desenvolvimento que prioriza as exigências da confiança financeira, mesmo quando em prejuízo da economia real, e esforço para atenuar a desigualdade e a miséria por meio de "redes de proteção social" -- políticas sociais compensatórias. Nós que nos opomos a uma política marcada por essas diretrizes e que propomos outro rumo ainda não conseguimos fazer com que nossa proposta viva na imaginação popular e se faça representar por uma grande força política.

O programa compartilhado por petistas e tucanos tem terceira parte, menos visível e ainda mais danosa do que as outras duas. A suposta modernidade que ele oferece ao Brasil repousa sobre o que há de mais atrasado entre nós: a perpetuação e a radicalização de práticas que corrompem as instituições republicanas e minam o império do direito. A população não quer saber disso. Quer saber de emprego e de segurança, de saúde e de educação. Em vão: se não reagirmos ao envenenamento da vida republicana, não alcançaremos o que mais almejamos. Continuaremos a ter pacificação e mentira em lugar de direito e mudança.

A política brasileira e seus agentes

Das heranças malditas que o governo atual herdou do anterior, a mais maldita é conjunto de práticas liberticidas que o governo de hoje trata de agravar sem que qualquer força poderosa se levante para combatê-lo. Em primeiro lugar, cooptação de partidos políticos, manobrados à base de fisiologismo devastador. Em segundo lugar, multiplicação de tratos casuísticos com o grande capital. Entendimento discreto com empresário e financiamento de empresário para partido são considerados legítimos desde que o dinheiro não vá para o bolso de pessoa física. Em terceiro lugar, compra da complacência de boa parte da mídia mais influente, que, quebrada, desfrutável e desfrutada, vive seu momento mais ignominioso em toda nossa história nacional. Em quarto lugar, fortalecimento de armas de intimidação como o grampeamento telefônico, que se propõe praticar sem a já fraca supervisão judicial.

Queremos o golpe de estado permanente instalado no coração de uma democracia de arremedo? Queremos ser coniventes no deboche generalizado a que se ameaça reduzir nossa vida pública? Queremos ser crianças manejadas por arranjos plutocráticos ou cidadãos libertados e engrandecidos pelo desfazimento dos acertos entre o poder e o dinheiro?

A realidade indica qual o primeiro passo: pôr a mão na ferida. As privatizações e os negócios que se constituíram sob sua sombra fornecem o fio que levará dos desvios da época anterior aos desvios da época atual. Basta seguir esse fio, na polêmica pública, no jornalismo investigativo e na cobrança judicial, para expor a podridão antinacional, antisocial e antirepublicana sobre a qual repousa o projeto que estava e que continua no poder -- o projeto da pílula da rendição econômica, dourada (porém pouco) pelo açúcar das políticas sociais compensatórias.

De tudo o que precisa o país, o de que ele mais precisa hoje é coragem cívica, a coragem que diz: Começamos com quase nada, mas agora não esmoreceremos até ver o Brasil acordado. Até ver removidos do poder os que traíram, perverteram e amesquinham, por um prato de lentilhas e por falta de imaginação, a república.

Oposição

A política brasileira e seus agentes

A política brasileira está sendo organizada para negar ao país oposição capaz de oferecer a alternativa democratizante, produtivista e moralizadora que o eleitorado tentou obter na eleição de 2002. Surgem duas oposições incapazes de desempenhar esse papel.

A primeira oposição incapaz é o PSDB. Não pode ser oposição porque já está no poder em tudo menos na identidade dos que ocupam cargos de governo. Apesar do afã de ambos os lados para emprestar credibilidade ao embate entre o PSDB e o PT, não há como esconder que o projeto tucano-petista é um só. A diferença é que o PT no poder representa a versão fossilizada e medrosa da causa comum. Por isso mesmo, radicaliza na primazia dada à confiança financeira, na orientação meramente compensatória da política social e na complacência com acordos entre plutocratas e governantes. Acordos articulados por negociatas que atuam dentro e fora dos fundos de pensão e dos bancos públicos. A semelhança psicológica entre o atual presidente e seu antecessor -- ambos descrentes, charmosos, mundanos e desfrutáveis -- realça a irmandade dos dois governos.

A segunda oposição incapaz é a esquerda do PT. Tem proposta estreita e sectária que reflete os interesses e as idéias da base histórica que o PT no poder abandonou. Nada mais cômodo para o governo do que reivindicar contra essa esquerda o realismo e a moderação. E continuar trocando homenagens com o PSDB, ansioso para representar a ponta avançada da estratégia comum.

Hoje a tarefa prioritária na política brasileira é preparar oposição ampla que ponha no centro do debate nacional a democratização das oportunidades de trabalho e de ensino e o rompimento dos vínculos entre os poderosos e os endinheirados. A obra dessa oposição é capacitar os brasileiros que não têm padrinhos, instrumentalizando-lhes a energia. Não pode ser preconceituosa ou excludente; precisa reunir todas as forças inconformadas com políticas e práticas que nos renderam mistura venenosa de estagnação econômica, corrupção política e submissão nacional. E tem de enfrentar com coragem e clareza o tema tabu da política brasileira: o lugar de São Paulo na Federação.

Aos olhos do país, o projeto tucano-petista -- de modernização sem imaginação e sem insubordinação -- é o projeto de São Paulo, idealizado e

A política brasileira e seus agentes

executado por paulistas sob a égide de idéias, urdidas em São Paulo, que desdenham como populista ou oligárquica a política que se faz fora de São Paulo. Paradoxalmente, a maior vítima desse projeto tem sido São Paulo, atacado não só em seus interesses materiais mas também em seus valores característicos -- os valores dos esforçados. E atormentado pela ascensão dos malandros políticos e empresariais que deitam e rolam no ambiente instaurado pelo esquema tucano-petista. Que a rebelião contra o modelo pseudo-paulista se inicie e se aguace em São Paulo, reconciliando São Paulo com o Brasil.

Agora é o momento de reunir forças sociais e de firmar diretrizes programáticas. Só depois virá a hora para tratar com os partidos. Faltam lideranças conhecidas em todo o país que encarnem a alternativa necessária; elas se revelarão no curso da luta. O projeto tucano-petista acabará por ser repudiado porque ofende e sufoca uma nação que quer decência e venera vitalidade.

Cartilha do inconformado

É verdade que quem ataca o governo ("popular", "de esquerda") do PT ajuda a direita?

Ninguém é de esquerda ou de direita como é de tipo sanguíneo. Depende do que faz, de como evolui. O PT virou a maior força de direita da política brasileira. Um governo do PFL não seria tão hostil aos interesses do trabalho e da produção nem tão resignado a política social retrógrada.

Mas o governo não opera apenas transição necessária?

A idéia de que era preciso ser Hoover para poder ser Roosevelt sempre foi absurda. Já pararam de falar em transição e passaram a falar em colheita. A transição acabou antes de começar.

Foi erro eleger Lula?

Que o candidato do PT seria como presidente o mais conservador dos quatro candidatos principais alguns pensávamos e escrevíamos. O próprio candidato situacionista teria conduzido governo mais comprometido com a produção nacional e com a capacitação dos brasileiros. O continuísmo, porém, vinha eivado

A política brasileira e seus agentes

de veneno autoritário e negociista. Reduzidas as candidaturas viáveis a Lula e Serra, era preciso deixar o país respirar. República é ainda mais importante do que crescimento econômico.

O governo Lula não faz o que disse que faria?

A "Carta aos Brasileiros" diz que o governo do PT honraria compromissos e evitaria aventuras, não que subordinaria a economia real à confiança financeira. É vital distinguir. Não temos como crescer por meio de populismo inflacionário ou mesmo de política anticíclica convencional. O sacrifício fiscal continua imprescindível para recuperar a capacidade de ação do Estado. Nada disso, porém, justifica a política do governo. Entregou-se acorrentado aos mercados financeiros.

O governo Lula se apóia sobre nova base social?

Trocou de base. Colocou os endinheirados, que chantageiam o governo e são por ele chantageados, e os pobres, que têm muito voto, pouca informação e baixa expectativa, no lugar do operariado e da classe média organizados, que só criam problemas. No centro e nos arredores do governo, um bando de arrivistas usa ministérios, bancos públicos e fundos de pensão para misturar dirigismo e fisiologismo.

O governo não se curva às realidades da época?

Poucos países ainda exemplificam e pouca gente -- afora a turma de sempre -- ainda defende o tipo de opção que fez o governo brasileiro. É surto regressivo, movido por mescla de medo, ignorância e deslumbramento. É facultado pela falência da mídia, pela desmoralização dos partidos e pela falta no Brasil de tradições intelectuais fortes.

E agora?

O PT foi um desvio na história do Brasil. Temos de retomar o fio dessa história. Como vivemos todos em tempo biográfico, não em tempo histórico, é fácil cair no desalento. Começemos mais uma vez a esclarecer idéias e a reunir forças. As lideranças e os partidos aparecerão no curso da luta. Quando o efeito lento do desemprego e do arrocho salarial convergir com o impacto rápido dos escândalos que a nova/velha prática do poder acabará por produzir, o humor do

A política brasileira e seus agentes

país mudará radicalmente. Preparemos-nos para organizar as consequências políticas desse momento de inversão. O inconformado não chora; atua. Ele sabe que a esperança não é condição da iniciativa; é seu resultado.

Por que oposição?

Por que opor-se a governo que ainda parece contar com o apoio e a esperança da maioria do povo brasileiro? E por que não contentar-se com a oposição feita pelas forças derrotadas na eleição presidencial de 2002?

A melhor razão para fazer oposição agora não é lutar contra a política econômica mais nociva aos interesses do trabalho e da produção que já se executou no Brasil desde o governo do Marechal Dutra. Também não é combater política social que, em vez de capacitar todos e de fortalecer a classe média, prefere os programas "focados só em pobres" que as autoridades do Primeiro Mundo recomendam aos governos do Terceiro.

A razão maior para fazer oposição está no dever de resistir ao assalto em curso contra as instituições republicanas e a idéia democrática no Brasil. A relativa obscuridade desse assalto, quase invisível aos olhos da nação e distante das preocupações da população, aumenta-lhe os perigos. Jamais daremos outro rumo ao Brasil se não derrotarmos esse ataque contra a república e a democracia, removendo do poder, pelo voto, os que o desfecharam.

Compõe-se o assalto de dois elementos: um, fincado no imaginário; o outro, nas instituições e nas práticas.

No imaginário, o assalto é o esforço de reduzir, de vez por todas, o horizonte da política progressista à humanização daquilo que seria economicamente inevitável. Essa abdicação do espírito foi consumada por meio de reviravolta que escarneceu da democracia, enfraquecendo-a. Por mais que se diga que o PT avisara, em letra miúda, que conduziria o país no figurino dos mercados financeiros, o eleitorado julgava votar por mudança de orientação. Foi enganado. E, como os falsários diziam encarnar a idéia da alternativa nacional, a trapaça

A política brasileira e seus agentes

ameaça desmoralizar, ao mesmo tempo, essa idéia e o voto.

Nas práticas e nas instituições, o assalto é a neutralização das forças que, em nossa sociedade tão desigual e em nossa democracia ainda frágil, podem oferecer contrapeso ao poder central. A doutrina do governo não é social-democracia nem neoliberalismo. É simplesmente hegemonia: o poder como meio e como fim. Com uma única exceção, os partidos progressistas fora do PT e as vertentes do PT fora do núcleo governante foram reduzidos a massa de manobra. A mídia, quase toda ela em situação pré-falimentar, foi quase toda posta de joelhos. Fundiram-se as agências reguladoras, os bancos públicos e os fundos de pensão num só instrumento grosseiro de manipulação de negócios. Os grandes empresários estão mais intimidados e acorados de que nunca. Agora o Palácio quer enquadrar os procuradores, cuja responsabilidade mais importante é enquadrar o Palácio. A próxima instituição a ser ameaçada com mordaca e tacão será a universidade.

Resistir a tudo isso e reabilitar a idéia de alternativa nacional são as tarefas prioritárias na política brasileira hoje. Não as podem cumprir as forças, batidas em 2002, que já brincavam com esse fogo anti-democrático e anti-republicano. Só a pode cumprir uma oposição que, despida de ilusões e de concessões porém rica em propostas e em virtudes, aceite começar do quase nada. E que anuncie ao país, ainda descrente, que se baterá em 2006 pela Presidência da República e que a ganhará.

A política do vazio

Dissipa-se a ilusão de que a política de dar tudo para a confiança financeira era só tática de transição. Agora sabemos que é para valer. E que nada será feito para estancar a transferência maciça de riqueza das mãos de trabalhadores e produtores para os bolsos de rentistas.

O governo aposta em crescimento puxado por exportações e bafejado por novo ciclo de liquidez na economia mundial. Essa aposta tem tudo para dar errado. Em primeiro lugar, porque lhe falta base interna. Que crescimento sólido pode haver quando a renda popular continua sob o arrocho mais severo e duradouro de

A política brasileira e seus agentes

nossa história moderna, quando o juro real permanece superior à taxa média de proveito dos negócios, quando sacrifício fiscal arrasador paga apenas metade dos juros da dívida pública interna e quando não se esboça esforço para equipar, com acesso a crédito, a tecnologia e a conhecimento, a vitalidade empreendedora que persiste no Brasil? Em segundo lugar, porque a recuperação econômica é tão frágil que qualquer trauma externo pode revertê-la. Basta, por exemplo, que o juro suba nos Estados Unidos e que os homens do dinheiro reavaliem mais essa efêmera euforia com "mercados emergentes" para que se instaure a crise. O presidente, porém, está por fora; cercado por assessores que lhe põem na boca versão simplificada de discurso de estudante latino-americano formado em curso de economia nos Estados Unidos na década de 1980, ele mistura Herbert Hoover com Hugo Chavez.

Enquanto isso, alastra-se, em nossa democracia ainda frágil, um vácuo de resistência. Neutralizar adversários, cooptando ou intimidando-os, é a única especialidade praticada com afinco no Palácio. A construção de base política balofa e fisiológica, a consequente desmoralização de partidos políticos, a compra bilionária dos favores da mídia, os agrados às Forças Armadas, o plano em marcha para amordaçar os procuradores e amedrontar os juízes, a fusão de fundos de pensão, de bancos públicos e de agências reguladoras em central de negócios político-empresariais -- tudo isso faz com que o governo do PT já haja chegado aos limites da legitimidade constitucional. Por isso, o que está em jogo no Brasil hoje não é mais apenas o destino dos interesses do trabalho e da produção, sacrificados no altar de ideário malogrado em todo o mundo. O que está em jogo é a integridade da República.

Não estamos mais no Brasil hoje em circunstância normal de governo e de oposição. Encontra-se o país sob o comando de pessoas vazias de idéias, ávidas de poder e carentes de escrúpulos. Tudo o que é mais característico e fecundo no Brasil -- a começar por sua capacidade de dar a volta por cima -- vem sendo sufocado. As práticas e as instituições republicanas, que nos asseguram a possibilidade de traduzir em atos a vontade nacional, mudando o rumo do país, estão sendo solapadas.

As correntes políticas que antes governavam o Brasil não têm credibilidade para oferecer aos brasileiros a alternativa por que eles votaram em 2002; é a

A política brasileira e seus agentes

política delas -- repudiada pelo eleitorado -- a que o governo do PT optou por radicalizar. O primeiro passo para começar a construir a oposição necessária é reconhecer que ela ainda não existe. O que pode surpreender é a rapidez com que ela se imporá se os que a fundarem souberem dar clareza à inconformidade da nação.

O chamamento

O problema maior do país hoje não é mais o descaminho de um governo infiel aos compromissos em nome dos quais se elegeu, a começar pelo crescimento econômico socialmente includente e pelo desfazimento de vínculos corruptores entre o poder e o dinheiro. O problema principal do Brasil agora é a dificuldade de construir força capaz de representar a alternativa que a nação continua a buscar.

Três acontecimentos ocorridos nos últimos dias confirmam a urgência dessa construção. O primeiro acontecimento foi o sinal dado pelo governo de que pretende impor reforma trabalhista no figurino das chamadas reformas de segunda geração do Consenso de Washington. Aprofundará desigualdades dentro do assalariado. Rompe-se, com isso, o último elo entre o Partido dos Trabalhadores e a causa dos trabalhadores. O segundo acontecimento foi o reconhecimento pelo presidente de que desapareceu justificativa para a separação entre o PT e o PSDB. Só a disputa pela posse do poder os separa. Representam o mesmo projeto, sediado conceitual e politicamente em São Paulo, de que São Paulo, entretanto, tem sido a maior vítima. O terceiro acontecimento foi escândalo -- o primeiro de série previsível e prevista. A série resultará de esforços para consolidar hegemonia política sem respeitar limites morais ou legais. Resultará também do abandono das iniciativas que cortariam o mal pela raiz: o financiamento público das campanhas eleitoriais e a regra de que candidato tem de falar a eleitor diante de fundo branco, sem truque milionário de marqueteiro.

O destino do governo do PT está traçado. O efeito corrosivo do desemprego e do arrocho salarial será reforçado pelo efeito explosivo de escândalos repetidos. À medida que o governo afundar no descrédito, oscilará entre apelos custosos à confiança financeira e apelos baratos à confiança popular.

A política brasileira e seus agentes

Tudo isso coloca o país diante de obstáculo que ele ainda não tem como transpor. A oposição de que o Brasil precisa não pode ser feita pelos partidos que antes ocupavam o poder central e promoviam o mesmo projeto que o governo do PT optou por radicalizar. E não pode surgir como sectarismo de esquerda, fácil de isolar e pobre em respostas aos problemas nacionais. Hoje o único partido que, por insistência destemida de seu líder, se oferece para desempenhar o papel da oposição necessária é o PDT. Não basta.

Só há um caminho: reprimir nosso pendor para o curto-prazismo e trabalhar, sem medo e sem ilusões, para o futuro. Que um punhado de homens e mulheres passe a atuar fora dos partidos e dentro da classe média, das universidades e das organizações sindicais e populares, recrutando quadros, reunindo forças e demarcando outro rumo -- produtivista, trabalhista, educador, democratizante e nacional -- para o Brasil. Que esses brasileiros criem condições para que indivíduos capazes de encarnar a alternativa se façam conhecidos da nação. Que aguardem, pacientemente, a hora de ganhar os apoios partidários que a luta pelo poder exigirá, sem sacrificar coerência constante a conveniência efêmera. E que reconheçam não lhes caber determinar se a execução da tarefa com que se haverão comprometido levará dois anos ou vinte. Começar tudo de novo? Sim, tudo de novo. Sorte dos que puserem mãos a essa obra terem razões e ocasiões para se engrandecerem.

O caminho agora

O governo do PT condena o Brasil à soma da estagnação com a desmoralização. Estagnação que pode ser interrompida por surtos de crescimento, mas que só será substituída por crescimento duradouro e incluyente quando houver mudança de concepção e de estratégia. Desmoralização que nega ao país meios políticos com que formar e fazer valer a vontade nacional. O que era suposto de marcar novo começo para o país já virou epílogo da fase mais frustrante de nossa história moderna.

Temos pela frente quase três anos de governo encolhido: amedrontado pelos

A política brasileira e seus agentes

mercados financeiros, pelos credores estrangeiros, pela base partidária, pela mídia e pelos endinheirados com que os governantes tiverem negociado acordos político-empresariais. Falsa é a tese de que se enfraqueceram as forças que dentro do governo se preparavam para reorientar a presidência Lula. Nunca houve alternativa dentro desse governo; somente as ansiedades de alguns indivíduos, aferrados ao poder e confusos nas idéias, que gostariam de ver os juros baixarem e os investimentos subirem e que não conseguem distinguir entre retórica e pensamento.

O problema maior agora não é com o governo; é com o país. Se a reação -- sadia e necessária -- da classe média se resumir à indignação moral, degenerará, mais uma vez, em moralismo estéril. Enquadrado o governo por escalada de protestos, haverá mais recato no Palácio. O resto, porém, continuará na mesma. Saída real exige combinação de três iniciativas.

A primeira parte da saída é aproveitar o movimento em favor do financiamento público das campanhas eleitorais e do voto em listas partidárias. Quem conhece esse assunto no Brasil está calado. Quem não conhece está, de boa fé, em campanha contra. A experiência internacional é inequívoca, independentemente do nível de desenvolvimento e de honestidade em cada país. Os abusos e os custos do novo regime político seriam numerosos. São insignificantes comparados com os dois benefícios que aos poucos se imporiam: desatar vínculos entre o poder e o dinheiro e criar partidos fortes.

O segundo elemento da saída é insistir na formação do outro ideário. Não acreditamos no Brasil no poder das idéias; essa talvez seja a causa mais poderosa de nossa desgraça. O que adiantam cobranças se não se sabe o que fazer? Colaborando, em cursos e escritos, com homens tidos como os principais executores na América Latina da diretriz que o governo do PT seguiu, constato que nenhum deles hoje quer defender a pseudo-ortodoxia conformista -- a mistura de idéias neoliberais e social-democratas -- que virou o discurso geral da política latino-americana. Reconhecem a necessidade de abrir outro caminho. Se ninguém tiver paciência para prestar atenção ao conteúdo da alternativa, não haverá alternativa. Ficaremos onde estamos.

O terceiro ingrediente da saída é começar a organizar força social e política

A política brasileira e seus agentes

para disputar o poder. A reação, acalentada dentro da classe média, contra a corrupção é o que excita. Não é o que fecunda. O momento da virada só ocorrerá quando a antevisão de outro rumo nacional se associar na imaginação do país a lideranças que ganharem visibilidade e credibilidade no curso da luta que se inicia. Ânimo, Brasil! Nunca estiveste tão perto de tua libertação.

Hora de dizer não

Quando, há mais de duas décadas, o Brasil ingressou no rumo empobrecedor que vem trilhando, a nação tinha, entre os maiores países em desenvolvimento, companheiros nessa trajetória. Agora não tem nenhum. O país teima sozinho em caminho que os outros já rejeitaram com maior ou menor clareza. De todos eles, é hoje o que menos cresce.

O que temos pela frente? Recuperação medíocre, porque limitada por falta de renda e excesso de juro, e precária, porque sujeita a ser interrompida por qualquer choque externo. Um Estado que parou de investir para honrar sua dívida só consegue pagar metade do serviço dela. Caímos sob o domínio de idéia que esses anos de estagnação e conformismo já provaram falsa: que agrados sucessivos aos mercados financeiros -- na condução das políticas monetária e fiscal e na definição da agenda de reformas -- propiciam investimentos e empregos. A primazia dada à confiança financeira ajudou a levar o Brasil à breca.

Enquanto isso, o país se pergunta quantos escândalos ainda estão por transparecer, por conta de acertos político-empresariais negociados num ambiente em que se confundem hegemonismo, dirigismo e fisiologismo. Falta pouco para que o presidente -- cada vez mais escapista e incoseqüente -- comece a ser vaiado por onde ande no país.

Com o enfraquecimento do governo, patenteia-se a relação de convergência e de comprometimento entre o PSDB e o PT: duas agremiações, sediadas em São Paulo, que, embora ricas em quadros que reivindicam o crescimento includente, se juntaram em defesa de estratégia pelo menos tão nociva aos paulistas quanto aos brasileiros em geral. Defesa impelida menos por interesse partidário ou empresarial do que por desorientação, a mesma desorientação que aflige a grande mídia, que,

A política brasileira e seus agentes

mendigando ajuda do Estado, continua, quase toda ela, a apoiar a política que a quebrou. Diante de tudo isso, é preciso afirmar três verdades que definem ponto de partida para a ação de que o Brasil necessita.

Em primeiro lugar, não falta alternativa de rumo. A alternativa está muito clara. Acarreta riscos e reações. Só mistura de confusão e covardia, porém, explica que se insista, em nome da prudência, em caminho que faz o Brasil minguar, econômica e espiritualmente.

Em segundo lugar, não atua como estadista quem, da suposta oposição, se apresenta, em nome da "governabilidade", para escudar o governo. Trabalhar para derrotar, pelo esclarecimento e pelo voto, nossos governantes infieis é hoje o dever mais premente de todos os cidadãos.

Em terceiro lugar, o país não deve optar entre um não-governo, que executa política que foi eleito para substituir, uma não-oposição, que só pode criticar o governo como executor menos competente da mesma política malograda que ela protagonizou, e um sectarismo de esquerda, que se contenta em fazer contraponto em vez de se esforçar por fazer diferença. Temos de construir, começando dentro da classe média e das organizações da sociedade brasileira, outra força. Força que represente a alternativa -- capacitadora de energias e democratizadora de oportunidades -- desejada pelos brasileiros. Que a construção dessa força pareça quase impossível, em meio aos constrangimentos que cercam nossa vida pública, só torna a tarefa mais atraente para os espíritos magnânimos e fortes.

A sucessão é a solução

O eleitorado votou em 2002 por mudança de rumo. Recebeu em 2003 continuísmo travestido de prudência. Em nome da rejeição de aventuras, aventurou-se o governo a aposta temerária. Apostou em bonança trazida pelo juro baixo nos Estados Unidos; pela demanda forte da China; pelo contentamento dos mercados financeiros e dos governos do Atlântico norte com seu conformismo; pela paciência aparentemente inesgotável do brasileiro; e pela ausência de correntes e de personalidades que pudessem dar voz à vontade nacional. Apostou que recuperação econômica tímida, dependente dessa constelação de circunstâncias

A política brasileira e seus agentes

favoráveis e balizada por arrocho fiscal e social, bastaria para estabilizar a dinâmica da dívida pública e para abrir espaço ao dinamismo intrínseco do país.

Por conta dessa aposta -- motivada por falta de coragem, competência, clareza e imaginação -- o Brasil aproxima-se de colapso financeiro em quadro de desesperança social, sangria econômica, acefalia administrativa e vácuo de opção política. Qualquer trauma vindo de fora -- seja subida do juro americano, ou queda da demanda chinesa -- ou de dentro -- seja tentativa, após derrota nas eleições municipais, de diluir a pseudo-ortodoxa econômica para não ter de abandoná-la, ou início de salve-se quem puder entre os partidos aliados ao governo -- poderá ser o sinal de que a aposta deu errado. Em poucas dias, a política montada nas areias da confiança financeira poderá ruir. E o governo, culpando os astros por se haver entregue a eles, mendigará novas operações internacionais de resgate e renegociará, em desordem e em pânico, suas dívidas.

Esse é o futuro provável do governo. Não é, porém, o futuro necessário do país. O futuro do Brasil depende de como encaminharmos a sucessão presidencial de 2006. Se não tomarmos iniciativa para transformar a situação sucessória, o eleitorado terá de escolher entre dois representantes de projeto que não deu e que não pode dar certo: o atual presidente e o presidente anterior, ou algum substituto deste, como o governador de São Paulo. Todos realistas demais para enfrentar a realidade. Todos mundanos demais para mudar o mundo.

O eleitor procurará quem faça o que ele mandou fazer em 2002. Há pessoas e forças capazes de desempenhar esse papel. Não são conhecidas da população; nada mais difícil em nossa política do que se fazer conhecido nacionalmente. Fica, por isso, a nação refém dos poucos que o conseguiram. Há, porém, o outro lado: o processo do conhecimento, tão difícil de iniciar, corre, uma vez iniciado, velozmente. Os partidos políticos, em número suficiente, vêm atrás.

Ânimo! Desprezando o pragmatismo anti-pragmático, demonstrando coerência e constância, credenciando o ardor com o sacrifício, comecemos a reunir forças e a demarcar rumos. Atuando primeiro dentro da classe média e das organizações sociais, lutemos para difundir nossa mensagem. Declaremos que entre nós surgirá candidato à Presidência da República em 2006. E tenhamos fé na capacidade da nação de reconhecer, em meio à escuridão que se lhe impõe, os

A política brasileira e seus agentes

agentes de seu soerguimento.

O governo traiu seu mandato e apostou no número 13. Entreguemo-nos a nossa tarefa e apostemos na intuição do país.

Resistência

Há razão para ter esperança. Aproxima-se o Brasil de um dos momentos mais fecundos de sua história. Ninguém que acompanhe a vida nacional ouvindo o que dizem quase todos os políticos e lendo o que escrevem quase todos os jornalistas teria como saber disso. A sucessão estaria encomendada. Transcorreria como embate entre duas facções -- uma agrupada em torno do presidente atual; outra, em volta do anterior -- que disputariam o poder em nome do mesmo projeto. Na ausência de forças e pessoas capazes de liderar alternativa politicamente viável, tudo ficaria como briga em família.

Esse entendimento demonstra incompreensão das realidades do Brasil e das possibilidades da política. Das realidades do Brasil, porque o país de hoje, está mais, não menos, determinado do que o país de 2002 a mudar de rumo. Parte grande e crescente do eleitorado só votará num daqueles dois candidatos se não tiver outra opção. Das possibilidades da política, porque a nação só deixará de ter essa opção se nos conformarmos os inconformados.

Os eleitores brasileiros têm demonstrado, repetidamente, audácia e abertura de espírito na escolha do presidente. Do contrário, não teriam eleito o ex-operário que logo em seguida viria a revelar sua fraqueza e sua infidelidade. Escolhem entre os poucos nomes que lhes são oferecidos por um sistema de política e de mídia corrompido por dinheiro e por cinismo. Os eleitores são capazes de milagres de percepção. Não podem, porém, optar por possibilidades que não lhes são apresentadas.

Daí o dever de todos que tiverem condição para fazê-lo de colaborar na construção de candidatura que transforme a sucessão. Candidatura que demonstre como fazer prevalecer os interesses do trabalho e da produção e como ancorar o

A política brasileira e seus agentes

crescimento econômico na democratização das oportunidades. Que faça do ensino público de qualidade sua obsessão. E que insista no compromisso de libertar a política da influência do dinheiro e de assegurar o espaço republicano indispensável ao enfrentamento de nossos problemas. Que, renegando desvios impostos por colonização mental, prossiga a obra interrompida do trabalhismo brasileiro. Que comece por atuar na classe média e nas organizações sociais para chegar, depois, à comunicação popular e às alianças partidárias. Que não se intimide com a dificuldade inicial de se fazer conhecer, na consciência de que pesquisas eleitorais distantes de eleição traduzem apenas reconhecimento de nome. E que confie na força da vontade nacional de abrir caminho. Candidatura que, intocada por salvacionismo personalista, dê voz à energia subterrânea que continua a sacudir um Brasil hoje entristecido.

Entre aqueles a que as injustiças de nossa sociedade dão o privilégio da ação pública, um não atua porque quer acumular riqueza; outro, porque prefere pensar e escrever. Mais fácil -- e quase sempre infeliz -- encontrar no pequeno rol dos políticos nacionalmente conhecidos alguém para executar a obra transformadora. Não se credencia tarefa sem sacrifício. Sacrifício de nosso único recurso importante, o tempo de nossas vidas. Sacrifício de expor-nos a incômodos e vexames. Sacrifício, disciplinado por inteligência e motivado por amor, que pagará nossas faltas para com o Brasil.

A centelha

Parece que não pode mudar. Mas tem tudo para mudar de repente. Uma combinação de dois acontecimentos pode resultar em reviravolta. Antes de identificar essa combinação transformadora, é preciso entender a que descabro chegamos.

Os trabalhadores, remediados ou pobres, continuam a aguardar soluções de um governo presidido por um ex-trabalhador, já angustiados com a convergência de desemprego e desordem que se vai instalando no país. Uma calma, de expectativa ansiosa, prenuncia a tempestade a começar quando a população compreender o quanto foi abandonada e traída. Os empresários desesperam: sem ânimo para aventurar-se no ambiente de um modelo econômico que representa a

A política brasileira e seus agentes

eutanásia dos produtores. É na classe média, onde sempre nascem as grandes mudanças da opinião brasileira, que surgem os primeiros sinais de resistência organizada contra um governo que ameaça nosso futuro nacional.

Uma demagogia de efeito decrescente tenta aquietar essas preocupações. Em nada é mais ostensiva essa demagogia do que na relação com os Estados Unidos: agressiva, no simbolismo espalhafatoso de constrangimentos impostos a visitantes ou no revide inconstitucional contra um jornalista; submissa, na entrega da política econômica aos interesses e aos dogmas dos mercados financeiros e no servilismo com que, no Conselho de Segurança, o Brasil faz a vontade dos americanos, a ponto de enviar nossos soldados para impor ao Haiti um governo de bandidos agradáveis a Washington.

Enquanto isso, desfaz-se, nas sombras, o pouco que tínhamos de império do direito. Um grupelho instalado no centro do Estado, com o beneplácito de um Presidente refugiado em fantasias, forja síntese de fisiologismo, dirigismo e hegemonismo. Nada que aconteceu até agora em nossa história republicana iguala a desfaçatez com que essa camarilha insiste em tudo comandar do Palácio: desde os partidos a que se filiam os políticos até os grandes negócios que os empresários facam ou deixem de fazer. Desfaçatez que coincide com a sem-cerminônia com que os mesmos comparsas abandonaram a promessa de reformar as normas que regem o financiamento das campanhas eleitorais e que propiciam acertos entre os poderosos e os endinheirados.

Tudo isso pode acabar de repente por conta da combinação do provável com o difícil. O acontecimento provável é o colapso da política econômica. Qualquer trauma externo exporá a fragilidade de uma política que sacrifica a nação ao pagamento de uma dívida que se torna, apesar do sacrifício, cada dia mais impagável. O êxito em exportar, baseado no estreitamento -- não no aprofundamento -- do mercado interno, apenas adiará o acerto penoso.

O acontecimento difícil -- difícil, necessário e possível -- é encarnar em proposta, em força e em pessoas a alternativa que o país continua a exigir: a alternativa pelo qual ele votou em 2002; a alternativa que as duas coalizões reinantes em nossa política -- a que governava antes e a que governa agora -- negaram e negam ao povo brasileiro. Difícil aparecer. Aparecendo, porém, não tão

A política brasileira e seus agentes

difícil triunfar. Uma disputa surpreendente pelo poder -- fora dos cálculos dos sabidos, porém dentro da imaginação dos brasileiros -- é a centelha que falta. Não faltará se houver cidadãos do Brasil.

Organizando uma surpresa

Como se organiza eleição presidencial no Brasil? As forças políticas recrutam em suas fileiras um membro da reduzida lista de políticos conhecidos em todo o país. O candidato adota alguma variante do discurso quase único: responsabilidade econômica com consciência social, social-democracia adaptada às condições existentes abaixo do equador. Finge ser espécie de Juscelino mais comprometido tanto com a justiça social quanto com a austeridade fiscal do que foi aquele suposto modelo. Coloca-se em mãos de marqueteiros que enfeitam suas promessas de mudança sem aventuras. Longe das câmaras, reúne-se com os grandes financiadores da campanha, entre os quais primavam antigamente os empreiteiros e primam agora os banqueiros e os magnatas da mídia. A preocupação é conquistar a confiança da massa popular sem causar sobressalto para a plutocracia. Os doadores dividem seus investimentos entre todos os candidatos principais, por um critério que tem a ver mais com o cálculo de probabilidades do que a lógica das afinidades. Ao eleitorado sobra penetrar, por exercício de intuição, a neblina dos enganos.

As premissas desse jogo são as seguintes. A primeira é que os partidos são fracos, embora o Congresso seja forte. Seguem o norte do poder e, durante campanhas eleitorais, os movimentos da opinião. A segunda é que candidatos presidenciais devem pertencer ao elenco de políticos já nacionalmente conhecidos. Quando, por exemplo, se diz faltarem nomes para contestar a pseudo-polarização entre o PT e o PSDB o que se quer dizer é que falta quem nessa lista possa, com credibilidade, representar alternativa. A terceira é que os que integram a lista ou não querem ver grandes mudanças realizadas no país ou não têm suficiente clareza a respeito de seu conteúdo para resistir aos envolvimento a que fica sujeito qualquer candidato presidencial que comece a subir. A quarta é que se surgirem, de fora da lista, nomes e forças que sirvam ao desejo de reorientar o rumo do país e

A política brasileira e seus agentes

consigam comover os eleitores, os partidos vêm atrás, em número bastante para viabilizar candidatura competitiva. Despido de preconceitos, o eleitorado busca saída. Difícil -- difícil, porém possível -- é romper o círculo vicioso do desconhecimento, sobretudo quando a mídia está cerceada pelo efeito duplo da dependência financeira e da desilusão política.

Nada disso difere muito de situações comuns nas democracias ricas do Atlântico norte. A diferença é que elas não estão no chão e nós estamos. E com essa agravante: que dadas a capacidade do povo de sobreviver, embora com sofrimento, na informalidade e a capacidade da economia de compensar a falta de mercado interno com a abertura de mercados externos, a crise ainda não é grande bastante para forçar reorientação. O castigo é a mediocridade perpétua.

O país não quer escolher em 2006 entre o presidente atual e o anterior -- entre duas correntes de opinião que se reuniram para frustrar-lhe, em nome de rendições travestidas de necessidades, a vontade repetidamente manifestada. Tratemos de ir ao encontro da nação, reunindo forças e construindo nomes. Antes de ser político e partidário, esse impulso é moral e intelectual: tem de começar nos espíritos de alguns indivíduos que reconheçam oportunidades onde outros só identifiquem constrangimentos. A solução, portanto, está naquilo que as regras do jogo não contemplam, mas não podem evitar: o diálogo entre o acaso e a grandeza.

Aparência e realidade

Parece que o Brasil ingressou em novo ciclo de crescimento, facultado pela rejeição de "aventuras". Em realidade, entramos em fase de alívio econômico estreito, frágil e superficial. Estreito, porque dependente das exportações do agronegócio e de demanda reprimida por consumo e por crédito. Frágil, porque sujeito a ser revertido pela interação entre choques externos e perda de confiança na capacidade do governo de honrar suas dívidas. Superficial, porque ocorrido numa economia que ainda vê a informalidade aumentar e a participação dos salários na renda nacional diminuir.

Parece que, aos trancos e barrancos, o país continua a desprivatizar o Estado.

A política brasileira e seus agentes

Em realidade, o descumprimento da promessa de reformar o financiamento eleitoral permite o achacamento de grandes empresários. Hegemonismo partidário, dirigismo industrial e fisiologismo predatório convergiram para criar, nas relações entre o poder e o dinheiro, clima de quarto mundo.

Parece que a imprensa exerce mais do que nunca seu papel de investigar, às vezes distorcido pelos excessos do denunciamento. Em realidade, as revelações são seletivas. Dependentes dos favores do governo e sujeitas à mesma mistura de interesses e preconceitos que aflige a plutocracia brasileira em geral, muitas empresas de mídia se deixam empurrar para cá e para lá com relativa facilidade.

Parece que o PT no governo substituiu o esquerdismo inconsequente pelo compromisso maduro com o social. Em realidade, a política das "redes de proteção social", já incapaz de enfrentar a exclusão e a desigualdade no Brasil, virou ramo de propaganda -- projeto apenas discursivo. É objeto de chacota entre os quadros dirigentes.

Parece que o Brasil avança, apesar de tudo, a partir daquilo que ele tem de melhor: as melhores empresas, escolas e comunidades. Em realidade, novo dualismo emerge. Por imperativo de sobrevivência, os setores dinâmicos cortam, em vez de multiplicar, vínculos com o resto da sociedade. Voltam-se para fora do país. O outro Brasil, cheio de energia frustrada, fica na mão. Alguns tentam escapar de qualquer jeito, ainda que correndo o risco de morrer nos desertos do Arizona.

Parece que a retomada de algum crescimento econômico diminui as chances, que já seriam pequenas, de virada na próxima sucessão presidencial. Em realidade, há mais oportunidade para grande surpresa e reorientação decisiva sem pânico do que com pânico.

Parece que a eleição presidencial de 2006 já está decidida. Lula será reeleito, e terá como seu opositor principal, na falta prudente do presidente anterior, figura previsível, como o atual governador de São Paulo. Em realidade, o povo brasileiro continua a querer mudança de verdade e a buscar quem o queira e quem o possa fazer. Organizados quase todos os partidos em duas coalizões que representam a mesma coisa e evenenada a mídia por um misto de dependência e de cinismo, não será fácil ao eleitorado encontrar quem procura. Iniciativas políticas arrojadas podem, entretanto, mudar radicalmente esse quadro. A pasmaceira de agora pode

A política brasileira e seus agentes

parecer eterna -- até o momento em que ela comece a parecer, a milhões de desesperançados -- de todas as classes sociais --, desnecessária.

Bonapartismo negociata

A proposta de instituir conselho para "orientar" os jornalistas faz parte de longa lista de iniciativas convergentes: o esforço para cercear o Ministério Público; a intimidação do Judiciário sob o disfarce de controle externo; a humilhação dos funcionários públicos; a desmoralização dos partidos políticos, sobretudo dos que integram a base do governo, inchados ou desfalcados de acordo com estrategmas urdidos no Palácio; a politização das agências reguladoras, tratadas como correias de transmissão de decisões palacianas; a intromissão do núcleo do governo em todos os grandes negócios de que ele tem notícia e portanto também a convocação dos grandes empresários para contribuir e calar.

O que é isso? Não é nem autoritarismo sério, a serviço de concepção meditada de transformação do aparelho de Estado, nem mera repetição de atitudes impensadas e ineptas. É Bonapartismo negociata; a ênfase recái no adjetivo, não no substantivo. A esse Bonapartismo de bazar parece faltar substância: seu conteúdo seria a falta de conteúdo. Compreendamo-lo, porém, a partir da identificação de seus agentes e de seus elementos constitutivos.

Os agentes são dois. O primeiro é o pequeno grupo que, ao lado do Presidente, ocupa o centro do poder, com o afastamento crescente do próprio PT. O segundo é um bando de aparelhistas que, dentro e fora do PT e do movimento sindical, fizeram carreira, como emergentes, nos tratos entre os fundos de pensão, os bancos públicos, a arrecadação dos fundos de campanha e o mundo dos negócios. Para esse grupo, há relação digamos dialética entre medidas protetoras, como as que listei no início desse texto, e medidas facilitadoras, como a lei Delúbio -- a lei das parcerias público-privadas.

Os componentes são três. O primeiro é o hegemonismo: o salvamento do Brasil dependeria da perpetuação dos atuais governantes. Hegemonismo carente de referência, dada a concentração de poder numa camarilha palaciana. O segundo é o

A política brasileira e seus agentes

dirigismo: caberia ao governo determinar as diretrizes de tudo o que de importante ocorra no país. Dirigismo vazio de orientação, já que a única estratégia econômica oficial é manter a confiança financeira e acumular superávits comerciais.

Hegemonismo e dirigismo servem apenas para respaldar o terceiro elemento, esse sim fundamental: o negociismo. E a condição essencial das práticas negociistas é o descumprimento da promessa de reformar as regras do financiamento eleitoral: a coleta de fundos para a política fornece as ocasiões para o negociismo.

O Bonapartismo negociista exige três respostas. A primeira resposta é unir-nos na resistência contra as investidas antirepublicanas. Não são, por exemplo, apenas os jornalistas que devem defender a liberdade de imprensa. São todos os cidadãos. A segunda resposta é intensificar o contra-ataque. Seria erro fatal deixar a discussão no plano das lamentações republicanas. Procuradores, juízes, parlamentares, jornalistas e militantes da sociedade civil devem juntar-se para expor as práticas negociistas, trazendo à luz os fluxos de dinheiro que as evidenciem. O soco no estômago mudaria radicalmente o quadro. A terceira resposta é preparar projeto político para 2006 que demonstre e encarne o vínculo entre o compromisso de dar primazia aos interesses do trabalho e da produção e a causa republicana.

Como cortar um nó górdio

Dá-se por favas contadas a reeleição do atual Presidente. Engano. Se o eleitorado encontrar quem encarne com credibilidade a alternativa pela qual ele votou em vão em 2002, abandonará, sem cerimônia, tanto os governantes de hoje quanto os governantes de ontem. Romper a alternância postiça entre o PT e o PSDB é difícil, mas não é impossível. Exige a convergência de três acontecimentos.

O primeiro acontecimento tem de ocorrer no plano das idéias. O debate no Brasil segue trilha convencional. De um lado, estão os que insistem na diretriz dominante, de privilegiar a confiança financeira e de fazer as "reformas". De outro lado, levantam-se os que propõem dar prioridade ao desenvolvimento e ao aumento das exportações, a serem alcançados graças a parcerias entre o Estado --

A política brasileira e seus agentes

seus bancos e agências de fomento -- e grandes empresas nacionais ou estrangeiras. Estes querem ver o Brasil transformado na Coreia da década de 1970. É visão passadista e obtusa. Ignora o que o mundo e o país são hoje. Após o pleito de outubro, o governo coroará essa falsa discussão com a falsa síntese que ela merece: o desenvolvimentismo da década de 70 será simplesmente agregado, com maior ênfase do que já recebe, à pseudo-ortodoxia da década de 90.

Tanto o falso debate quanto seu falso desfecho devem ir para o lixo. Importante no Brasil hoje é nova classe média -- laboriosa, empreendedora e frustrada, comprometida com ideal de iniciativa e de auto-ajuda, porém carente de meios para qualificar-se e para avançar. É essa classe, da qual os prebendários do PT representam vertente pervertida, que dá o tom no Brasil agora, abrindo caminhos e definindo aspirações para a massa de trabalhadores. A tarefa é dar vez a esses emergentes, e, por meio deles, à maioria. Tarefa que se executa democratizando oportunidades de ensino e de emprego e liquidando o regime de troca de favores entre governantes e endinheirados. Um governo corruptor e chantagista levou esse regime ao auge.

O segundo acontecimento precisa dar-se no domínio das alianças partidárias. Esse choque de oportunidade e de lei só encontrará instrumento político se as correntes esquerdizantes que já romperam -- ou que romperão -- com o governo Lula se aliarem a forças tidas por conservadoras para ganhar o poder central e mudar o rumo do país. O PDT, o PPS e os inconformados do PMDB, do PSB, do PC do B e do próprio PT precisam decidir se querem fazer figura ou fazer diferença. E o PFL precisa decidir se, em vez de ser confederação de chefias regionais, sem outra proposta que não seja encolher e baratear o Estado, representará idéia nacional de efetivação e de popularização das liberdades políticas e econômicas. Idéia que só se viabilizará por meio de inovações institucionais e de alianças arrojadas. São requisitos para poder arrancar a política brasileira da alternância entre o PT e o PSDB. E para libertar a sociedade brasileira do controle dos grandes interesses organizados que a sufocam.

O terceiro acontecimento há de transcorrer no campo dos indivíduos e das emoções. Nada disso se tornará realidade se não surgirem homens e mulheres que se façam conhecer como agentes da alternativa negada ao país. Penoso furar o bloqueio do desconhecimento. Sensacional o resultado possível se ele começar a ser furado. É um problema de imaginação -- e de grandeza.

A política brasileira e seus agentes

Momento e missão

Propaga-se interpretação enganosa do momento atual. Essa abordagem está sediada em São Paulo. Ela é produto de convergência entre atitudes correntes no mundo e circunstâncias brasileiras.

O Brasil, segundo essa maneira de encarar a situação, amadurece. Descarta os devaneios da juventude: o sonho de caminhos diferentes. A realidade chegou na forma dos mercados e da globalização. Nada de caciquismo ou de aventuras. Dois partidos --o PSDB e o PT -- organizaram-se, profissional e intelectualmente, como representantes desse realismo modernizante. Com o abandono pelo PT da pretensão confusa de oferecer alternativa, estreitaram-se as opções. O pleito municipal de agora marca uma etapa desse clareamento, polarizando o voto nas grandes cidades entre os dois partidos da modernidade desiludida.

Essa visão é plausível. Como muitas coisas plausíveis, é, porém, falsa. Há duas objeções elementares.

A primeira objeção é que, embora essa leitura dos fatos seja proposta em nome do realismo, o projeto abraçado tanto pelo PSDB quanto pelo neo-PT não funciona. Ou funciona muito mal. Dá ao país crescimento medíocre, bem inferior ao dos outros países continentais em desenvolvimento, e avanço medíocre na solução de seus problemas sociais. Está marcada em sua testa um estigma que o marca para morrer: a queda lenta e constante da renda popular. Que realistas são esses que não conseguem recolher as lições da realidade?

A segunda objeção é que confunde fenômeno de superfície com constrangimento profundo. O PSDB foi o centro da coalização que governou o país por oito anos. O PT palaciano é o centro da coalização que o governa agora. As forças governantes de ontem e de hoje atraíram hordas de políticos e, com elas, o tempo oficial de televisão. Institucionalizou-se a troca de favores públicos por dinheiro privado, regime que já existia, desorganizadamente, sob o governo anterior: por cada grande negócio realizado no país que dependa direta ou indiretamente de aprovação oficial, cobra-se dos empresários contribuição

A política brasileira e seus agentes

partidária. Com tudo isso, tornou-se ainda mais difícil levar alternativas, de nome e de mensagem, ao conhecimento do eleitorado. Este, porém, dá repetidas demonstrações de que se interessa por outro rumo e por outros agentes. Só não pode escolher quem não aparece.

Por um paradoxo feliz, a eleição presidencial é no Brasil a menos controlada pelo jogo do poder e do dinheiro. É ali que há a melhor oportunidade para afrouxar a corda com que os pseudo-realistas estrangulam, aos poucos, a vitalidade brasileira. Como? Juntando os elementos mais sérios da oposição. Lançando candidatura presidencial que evite extremismos e sectarismos, mas que seja inequívoca e intransigente na determinação de dar primazia aos interesses do trabalho e da produção e de acabar com a corrupção da política pelo dinheiro. Causando, desse jeito, susto e esperança, que acabarão por agregar apoios, primeiro da sociedade e depois de outros partidos. Quando começar a transparecer que temos como traduzir a idéia de uma alternativa produtivista, educadora e democratizante em projeto de poder, tudo mudará, de repente, na política brasileira.

Plano sucessório

No dia seguinte ao segundo turno do pleito municipal começa a sucessão presidencial. Projeto, base e agentes -- essas as três exigências para produzir reviravolta em 2006. Reviravolta significa derrota das duas coalizões partidárias dominantes -- a que governa agora e a que governava antes -- e portanto da orientação -- a mesma orientação -- que ambas impuseram ao país. As dificuldades para produzir a reviravolta são imensas. Contrabalança-as, porém, circunstância que pode vir a ser decisiva se os adversários do rumo atual nos conduzirmos com audácia, sabedoria e despreendimento: o que está aí não é o que o país quer.

O projeto, ao contrário do que se diz todos os dias, já existe: esses anos de frustração e de mentira revelaram suas diretrizes. É preciso defini-las com simplicidade em torno de alguns grandes temas.

Deixar de organizar a economia brasileira como máquina para transferir

A política brasileira e seus agentes

dinheiro de quem trabalha e produz para quem empresta dinheiro ao Estado. O governo deve usar seus poderes para enquadrar os interesses financeiros e para dar primazia aos interesses do trabalho e da produção. E pode fazê-lo sem violentar o império do direito.

Resgatar mais da metade dos trabalhadores brasileiros da informalidade e do subemprego, abolindo os encargos sobre a folha salarial e oferecendo às empresas concessões tributárias e regulatórias em troca de emprego e de qualificação para trabalhador pobre. Quer dizer: usar as forças de mercado para valorizar o trabalho e o trabalhador.

Fixar como prioridade da política social a construção de ensino público de qualidade capaz de atrair a classe média para a escola pública em proveito de todos. Ensino de século 21 que nos salve do destino de vender ao mundo trabalho desqualificado e barato.

Acabar com a causa principal da corrupção na política, o regime existente de financiamento eleitoral. E preparar a nação para o aprofundamento da democracia, baseado em partidos fortes e em sociedade civil organizada.

Não representa esse projeto o paraíso sobre a terra; apenas o início daquilo pelo qual o país votou em vão em 2002. E não exige muito dinheiro; só o que mais tem faltado aos que vem governando o Brasil: clareza e coragem.

A base partidária indispensável para oferecer essa alternativa ao país nasce sem ser percebida. É a convergência entre o PDT e o PPS: base que tem em integridade o que lhe falta em tamanho. Basta para lançar proposta e candidatura. Sensibilizado pouco a pouco o eleitorado, outros apoios, políticos e sociais, virão.

O candidato à presidência ainda não apareceu, mas aparecerá. Não se reconhece a dualidade de nosso presidencialismo plebiscitário. Em país ao mesmo tempo tão grande e tão desigual quanto o Brasil, com empresas de mídia mendigando do governo e com eleitorado obrigado a intuir o que se lhe não informa, é extraordinariamente difícil tornar mensagens e mensageiros novos conhecidos em toda a parte. Quando se começa, porém, a furar o bloqueio do desconhecimento, as muralhas caem com rapidez igualmente surpreendente: a covardia dos governantes contrasta com o arrojo dos eleitores -- com sua abertura de espírito e com sua sofreguidão para encontrar saída. Que grande momento se

A política brasileira e seus agentes

aproxima!

Classe média e futuro nacional

Quem sinaliza no Brasil o rumo que o país tomará é a classe média. Todas as renovações brasileiras ocorreram quando a classe média se desgarrou da plutocracia neocolonial e passou a propugnar, em nome de todos, outra idéia do futuro da nação. Assim foi com o abolicionismo e a república no século 19 e com os movimentos democratizantes e desenvolvimentistas no século 20. Tais momentos de insubordinação ocorreram quando a classe média viu seu avanço bloqueado não apenas pela frustração de seus interesses econômicos mas também pela negação de seus interesses morais. Ela sempre quis escapar das humilhações de uma sociedade carente de direito e de respeito.

A primazia da classe média como sinalizadora do futuro só fez aumentar no Brasil de nossos dias. Isso porque ao lado da classe média tradicional surgiu classe média de emergentes, feita na base do estudo à noite, da cultura de auto-ajuda e do empreendimento teimoso, sem crédito nem favor. E grande parte da massa de trabalhadores vê nesses emergentes seu arauto e seu modelo.

Diz-se que a classe média abandona a coalizão que governa hoje. É verdade. Diz-se também que reflui para a coalizão que governava antes. Só será verdade, por processo de exclusão e de desesperança, se não surgir força alternativa que encarne com mais autenticidade o que querem a classe média e a massa de candidatos a emergentes.

Sejamos claros por que razão a classe média tende a abandonar o PT e seus aliados, ainda que continue a reconhecer exemplos isolados de competência no petismo. A política do governo atual se resume a assegurar confiança financeira e a prometer -- sem cumprir -- assistencialismo social. É política para rentistas e -- se fossem cumpridas as promessas -- para famintos. Não para produtores e para trabalhadores. Não para a classe média, antiga ou emergente, com que grande parte da nação se identifica. Não se trata de defeito que se possa sanar com iniciativas tiradas de bolso de marqueteiro. Exige reorientação da política econômica. E requer política social que liberte a classe média do pesadelo da mensalidade ecolar

A política brasileira e seus agentes

e do plano privado de saúde, construindo escola pública e saúde pública de qualidade. O sacrifício das práticas republicanas ao bonapartismo negociata completa o quadro de afronta à classe média. Um projeto de poder desse tipo no Brasil pode sustentar-se por anos. Pode até conseguir reeleição. Está, porém, marcado para morrer. Ninguém governa o Brasil por muito tempo apoiado em aliança entre os bancos e os grotões.

Por que, diante dessa desilusão, se voltaria a classe média para uma força política -- como a do PSDB e de seus aliados -- que, em seus oito anos de poder central recente, fizeram o mesmo, embora, às vezes, com menor radicalismo e maior habilidade? Pode até resignar-se a isso, mas só por falta de opção, se identificar no rodízio entre os dois agrupamentos rivais e paralelos um mal menor.

A moral da história é claríssima. O caminho da classe média e portanto do Brasil depende do surgimento de forças, de agentes e de propostas capazes de oferecer a alternativa genuína que a falsa rivalidade das duas coalizões partidárias dominantes sonega ao país. É a essa tarefa -- difícil, exigente, indispensável, apaixonante, engrandecedora -- que devemos agora nos dedicar.

Candidaturas supérfluas e necessárias

Contra a tentativa de oferecer ao país em 2006 alternativa, de proposta e de candidatura, ao projeto para o qual convergiram o PSDB e o PT levantam-se duas objeções. Ambas são falsas. Compreender por que são falsas ajuda a definir a tarefa que temos nós os adversários do rumo atual.

A primeira objeção é que não adianta: o presidente estaria quase reeleito. A recuperação cíclica em curso tornaria irresistíveis as vantagens, já imensas, do mandatário em exercício. Se isso fosse verdade, o único sentido de candidatura oposta ao eixo PT-PSDB seria marcar posição. Mas não é verdade. Assim como o sentimento de perigo econômico pode inspirar medo de alternativa, o desafio econômico -- ainda que superficial -- pode aguçar fome de alternativa. No Brasil o problema não é falta de vontade de mudar. É falta de opção política que encarne essa vontade.

A segunda objeção é que os progressistas não devem abandonar o "governo

A política brasileira e seus agentes

popular" e fazer o jogo dos governavam o país antes. É evidente sofisma, já que não há entre os que governam agora e os que governavam antes qualquer diferença importante de programa ou de prática. Quem julga que a trajetória tem de ser essa mesma e que só cabe escolher quem a possa trilhar com mais honestidade e eficiência, que trate de trabalhar pela vitória de uma dessas duas forças. Quem crê que o país precisa tomar outro rumo, que trate de ajudar a desbravá-lo. Do contrário, as palavras perdem o sentido. E a política se reduz a amontoado de imposturas.

A natureza da candidatura a construir resulta dessas constatações. Em primeiro lugar, não deve ser apenas gesto, protesto, denúncia. Cômico seria apresentar à nação elenco de chavões esquerdistas. O único efeito seria agradar ao pequeno eleitorado que se compraz com a linguagem tradicional da esquerda terceiro-mundista e que desacredita em sua própria capacidade de ganhar o poder, e de exercê-lo, por meio dos políticos bravos porém sectários com que simpatiza. Cômico e irresponsável. A missão não é celebrar o culto de uma seita dissidente. É transformar o Brasil em nome de uma maioria potencial de brasileiros.

Em segundo lugar, não deve essa candidatura representar a ideia de que basta fazer melhor a política social sem mexer na política econômica ou no modelo de desenvolvimento. Para propor isso, não precisa haver terceiro candidato; cada um dos dois outros -- o do PT e o do PSDB -- já estará reivindicando para si o título de humanizador do inevitável. Entre os países continentais em desenvolvimento, o Brasil é hoje o único cujos quadros dirigentes abraçam uma pseudo-ortodoxia que subordina as exigências da economia real aos interesses do capital financeiro e que nos deixa indefesos diante dos ciclos de liquidez na economia mundial. Por isso mesmo, é o que menos cresce e o que continua a ser mais desigual. A tarefa do candidato da oposição de verdade é mostrar ao país que há alternativa, sim. Que sem ela jamais se honrará o compromisso social. Que os brasileiros não precisamos escolher entre caos e rendição. E que o caminho do desenvolvimento com justiça não passa pela surpreendente entrega do Brasil do século 21 ao papel de exportador de grãos, de metais e de gente. Haja coragem, clareza e ardor para executar essa obra, que se pode sem exagero chamar sagrada.

A política brasileira e seus agentes

Oportunidade para mudar

Em 2002 o eleitorado brasileiro votou para mudar o país. Desenvolvimento com justiça era, e é, a vontade da nação. Por anos a fio, assistimos a campanha para caracterizar qualquer mudança de rumo como aventura irresponsável, de consequências calamitosas. Campanha que jamais converteu a maioria. Por isso mesmo, os principais candidatos a presidente em 2002, inclusive o candidato situacionista, apresentaram-se como agentes da reorientação desejada. O novo governo, porém, logo adotou como sua a tentativa de intimidar o desejo mudancista, desmerecendo como mirabolantes todas as propostas para iniciar ciclo de desenvolvimento fundado na democratização das oportunidades econômicas e educativas, por mais modestas e gradualistas que fossem essas propostas e por mais abalizadas pela experiência de outros países.

Esses fatos dramáticos definem a agenda da futura sucessão presidencial. Em 2006 o assunto só pode ser como construir na prática a alternativa pela qual votamos em vão em 2002. O país não está à busca de sectarismo de esquerda. Mas também não se conforma com a ideia de que a única tarefa a cumprir seja humanizar o inevitável, atenuando, por meio de políticas sociais compensatórias, os extremos de desigualdade e de exclusão que nos afligem. E, apesar da simpatia despertada pelo atual presidente numa nação que se orgulha, como deve, de ser presidida por um operário, resistirá a ter de escolher entre a reeleição dele e a recondução ao poder das mesmas forças cuja política ele passivamente continua. Resistência que, começando na classe média, tem tudo para difundir-se por toda a população, como costuma acontecer no Brasil. Desde que se construa opção.

Nesse "desde" mora o problema. É generalizada entre os comentaristas a convicção de que seria quase impossível criar tal opção dado o duopólio da política brasileira por dois agrupamentos partidários -- o que governa agora e o que governava antes -- que representam a mesma diretriz. Esse ceticismo não leva em conta duas particularidades da política brasileira: uma, objetiva; a outra, subjetiva.

O traço objetivo é a dinâmica do conhecimento em nossas eleições presidenciais. Pesquisas de opinião há muito tempo de eleição traduzem reconhecimento de nome, não apoio. As únicas figuras nacionalmente conhecidas

A política brasileira e seus agentes

são as que foram presidentes ou candidatas à presidência. Mesmo os governadores dos maiores Estados são conhecidos por menos eleitores do que há eleitores em seus próprios Estados. Em poucas semanas de campanha presidencial, contudo, um candidato torna-se conhecido. Mostra, queira ou não, quem é. Daí a principal razão para a volatilidade de nossas campanhas presidenciais: as tendências de apoio oscilam à medida que o conhecimento avança. Nem os truques de marqueteiro nem o peso do dinheiro conseguem desfazer o efeito esclarecedor de ver e ouvir o candidato na televisão.

A característica subjetiva, repetidamente confirmada em nossa história política recente, é a extraordinária falta de preconceito do eleitor brasileiro: sua abertura para o novo, em matéria de proposta e de pessoa. Caso quase singular no mundo, é eleitorado que erra mais por excesso do que por falta de audácia.

Não menosprezemos os obstáculos. As razões para ter esperança são, entretanto, muitas e fortes.

O outro Brasil

Longe dos embates de nossa política nasce outro Brasil. Vir ao encontro dele é a tarefa prioritária da alternativa a construir na sucessão presidencial de 2006.

A acreditar nos termos em que se dá o debate brasileiro, tanto à direita quanto à esquerda, o Brasil é país que se constituiria de elite internacionalizada e de massa miserável. Entre essas duas forças, mal se sustentaria classe média economicamente fragilizada e culturalmente desorientada. Essa visão desconhece o que de mais importante acontece no país hoje. E ajuda a explicar como as duas coalizões partidárias que dominam a política brasileira -- a que governa agora e a que governava antes -- entendem sua obra: agradar a elite internacionalizada e seus sócios estrangeiros e atenuar, com as sobras produzidas pelo crescimento que o acerto com os endinheirados possibilitaria, os sofrimentos da massa miserável.

Há, entretanto, classe média emergente e dezenas de milhões de candidatos a ingressar nela. Compõe-se essa classe de trabalhador subindo, não de burguês caindo. Não reconstrói o Brasil estabelecido; para isso lhe faltam os meios de

A política brasileira e seus agentes

representação política. Constrói Brasil paralelo. Saída da escola pública, estuda à noite em faculdade particular. Esforça-se para abrir empreendimento, para prestar serviço profissional ou para iniciar, de baixo, carreira em grande empresa. Envolve-se em vida associativa. Abraça ideal de auto-ajuda. Seu projeto de vida é o dos esforçados; sua moral, a de cumprir a promessa dada e exigir a responsabilidade individual. Serve como sustentáculo de muitas das igrejas evangélicas, erigidas por seus fiéis como baluartes contra os desmandos da sociedade em volta.

Em todas nossas grandes cidades há bairros inteiros ocupados por essa classe e moldados a sua imagem. E há centenas de cidades médias dominadas por ela. Proliferam no país micro-regiões agrárias em que ela desenvolve lavoura relativamente avançada, de escala familiar. E quando ela não encontra oportunidade suficiente no Brasil -- já que esse muito ela tem de fazer com pouco -- vai trabalhar no estrangeiro. O quadro crescente de trabalhadores brasileiros nos Estados Unidos, por exemplo, é constituído quase exclusivamente por ela.

Essa classe ainda é pequena minoria no Brasil. Exerce, porém, influência desproporcional a seu tamanho. Isso porque em vez de prestar atenção ao que se diz na política e na mídia, a maioria popular presta atenção ao que se faz nessa classe: sua ambição é pertencer a ela. Excluídos de acesso privilegiado ao poder, aos canais de difusão de idéias, ao crédito, à tecnologia e à alta cultura, os emergentes já comandam o imaginário nacional.

O destino dessa classe não está predeterminada; depende das opções que lhe sejam oferecidas. Desde o século 19 o pior erro da esquerda mundial foi eleger a pequena burguesia como inimiga. Em toda a parte predomina a aspiração pequeno-burguesa para conseguir modesta prosperidade e independência. A tarefa é fornecer-lhe repertório de instrumentos institucionais mais amplos do que a pequena propriedade tradicional e o egoísmo familiar.

Entre nós essa tarefa é urgente e decisiva. A força que souber dar braços de oportunidade econômica e asas de oportunidade educativa a esse movimento da nação será abraçada pelo povo brasileiro. E transformará o Brasil.

A política brasileira e seus agentes

Favas descontadas

Parece que não pode mudar. Parece que a única alternativa politicamente viável é a recondução ao poder dos mesmos que governavam o país antes, em nome do mesmo projeto dos que governam agora. Parece que o declarado contentamento da maioria dos eleitores com o presidente desmente a força do desejo mudancista. Parece que a possibilidade de mudar acabou quando a economia voltou a crescer. Parece que o continuísmo encontra reforço definitivo na ausência de agentes políticos, nacionalmente visíveis, que representem outro rumo com a moderação, o realismo e a competência que os cidadãos têm o direito de exigir.

Parece mas não é: entre todos esses "pareces" e a realidade há espaço para a vontade transformadora atuar.

Para começo de conversa, quando foi a última vez que os fatos aconteceram em nossa política de acordo com o roteiro anunciado nos jornais? É para jogar roteiros fora e para escrever outros que se faz política. A recente eleição na Câmara dos Deputados é pequeno exemplo: só não acontece o surpreendente quando o sentimento de sua impossibilidade inspira as omissões que acabam por tornar o surpreendente impossível.

Vencida essa preliminar, importa entender como o eleitor encarna eleição. Ele não precisa de crise econômica para repudiar um governo. A história da política moderna em qualquer país demonstra que opções eleitorais por mudanças de rumo ocorrem com mais frequência em situações de desafogo econômico do que em momentos de descalabro econômico: o pânico desestimula reorientações decisivas. Mais perigoso para o poder numa democracia do que reveses na economia é a disposição popular de partir para novas tarefas e a convicção popular de que elas exigem novos executores.

O eleitor pode avaliar bem um governo e, contudo, despedi-lo, como aconteceu na última eleição paulistana. Voto não é distribuição de medalha em concurso de prêmios; é decisão a respeito do futuro. Há duas indagações em eleição: qual a tarefa da próxima etapa e quem, entre os concorrentes, pode melhor

A política brasileira e seus agentes

executá-la? Quem cumpriu bem uma missão na vida nacional raramente será o mais capaz de cumprir a missão seguinte. A obra de estabilização econômica está feita; ninguém que seja responsável quererá revertê-la. A obra seguinte é botar o país para trabalhar e para estudar.

É verdade que a bagunça partidária e os acertos entre o governo e os oligopólios de mídia dificultam o aparecimento de novas mensagens e de novos mensageiros. Entretanto, os brasileiros sabem defender-se: anulam essas dificuldades excepcionais com facilidades igualmente extraordinárias: despidos de preconceitos em política e afeitos a opções eleitorais audaciosas, buscam saída sob qualquer rótulo e agente sob qualquer roupagem. Candidato presidencial desconhecido no Brasil se faz conhecido em um mês de campanha. Basta um mês para produzir reviravolta no quadro sucessório.

Resumo da história. É muito difícil desmontar a máquina que se apoderou do Brasil, feita de dinheiro que compra consciências, de temores que corrompem esperanças e de dogmas que substituem pensamentos. Quem diz, porém, que a eleição presidencial de 2006 são favas contadas não entende de política. E não entende de Brasil.

A revolução das propostas modestas

O que devemos propor ao país os que queremos construir uma alternativa em 2006 e salvar a nação de ter de escolher entre os governam agora e os que governavam antes? Nossa proposta deve ser simples e factível. Precisa demonstrar que podemos mudar decisivamente de rumo, no caminho do desenvolvimento com justiça, sem cair em aventura ou em fantasia. E sem solapar a estabilidade da moeda, tão duramente conquistada, nem virar as costas para o mundo e para seus mercados. Tem de evitar de oferecer soluções para todos os problemas. Nossa tarefa não é produzir receituário para todos os males brasileiros; é mostrar como a nação pode começar a levantar-se com os instrumentos de que dispõe e diante das limitações que enfrenta. A direção e os próximos passos. A profecia e a prática.

Três são as prioridades por onde devemos iniciar esse trabalho de auto-

A política brasileira e seus agentes

resgate nacional. Não as enumero em ordem de importância. São todas imprescindíveis. Cada uma estimula as outras duas.

A primeira prioridade é deixar claro que o Brasil não continuará a ser governado para o proveito de banqueiro e de credor da dívida pública. Não vamos dar calote e seguir o exemplo da Argentina. Mas também não ficaremos de joelhos. Reforçaremos o poder de barganha do Estado. Usaremos esse poder para negociar uma maneira de honrar nossos compromissos que não sacrifique a produção. No meio tempo, vamos ter de continuar a pagar muito imposto. O sacrifício, entretanto, servirá para nos libertar, não para nos acorrentar com correntes de ouro.

A segunda prioridade é fazer justiça ao trabalho e ao trabalhador. Depois de educação, a política social mais importante no Brasil é emprego com carteira assinada e com salário decente. Não iremos a lugar algum avançando na base do aviltamento salarial e do trabalho sem carteira, a que está condenada mais da metade de nossos trabalhadores. A solução é abolir todos os encargos sobre a folha de salários e passar a financiar os direitos por meio dos impostos gerais, subsidiar o emprego e a qualificação dos trabalhadores mais pobres, fortalecer o direito dos trabalhadores organizados de representar interesses dos não organizados e pôr em prática o princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

A terceira prioridade é educar. A escola pública tem de ganhar qualidade suficiente para atrair a classe média, em proveito de todos. O governo federal precisa atuar junto com os Estados e os Municípios para assegurar mínimos de investimentos por aluno e de desempenho por escola em todo o país. Decoreba há de ceder lugar ao ensino de capacitações conceituais e práticas -- um ensino de século 21. Aluno pobre e aplicado deve contar com oportunidades extraordinárias e com apoio abrangente.

Fora isso, é mostrar determinação de acabar com a confusão de negocismo e de política que corrompe nossa vida pública. Reorganizar o financiamento eleitoral. Construir regime de partidos fortes. E manejar o poder sob holofotes. Até que se restabeleça entre nós a confiança em políticos e em política, segredo deve ser encarado como indício de crime.

Tudo modesto, viável, quase comezinho. No Brasil será revolucionário.

A política brasileira e seus agentes

Adianta?

A tentativa de oferecer alternativa ao Brasil na sucessão presidencial de 2006 enfrenta toda a ordem de percalços. Há, porém, duas concepções da natureza da dificuldade. A primeira é convencional, facilmente inteligível e quase inteiramente falsa. A segunda é menos acessível e mais verdadeira.

Ambas as concepções concordam em registrar o peso de constrangimentos inegáveis. Partidos fragilizados. Mídia em boa parte comprada. Intelectuais acumpliciados com um tipo de estratégia antinacional que outros países continentais em desenvolvimento já abandonaram -- ou nunca adotaram. Acobertamento de empresários por governantes e compra de governantes por empresários. Classe média enojada de política. Trabalhadores que já trocaram esperança por enganação e que se comprazem com as falas chorosas e brincalhonas do Presidente, transmitidas toda a noite por uma televisão obediente.

As duas visões da natureza dos impedimentos à presença de uma alternativa em 2006 divergem, porém, na interpretação do significado desse rol de obstáculos conhecidos. A primeira interpretação diz que a mudança é difícil porque o país amadureceu e a realidade se impôs. Acostumou-se o Brasil a procurar suas lideranças entre as duas forças sediadas em São Paulo -- a chefiada pelo PT e a capitaneada pelo PSDB -- que representariam a modernidade desencantada e realista. Só crise econômica ou escândolo moral modificaria o curso dos acontecimentos. E, mesmo assim, os beneficiários prováveis dos embaraços dos que governam agora seriam os que governavam antes. O atraso do país -- sua dificuldade em organizar-se em forças reais contrastantes -- funcionaria paradoxalmente como fator de modernização, levando-o a aceitar a alternância entre as duas vertentes, petista e tucana, do mesmo projeto supostamente modernizador.

A segunda interpretação parte de outras premissas. Vê o que se costuma apresentar como moderno na política brasileira como causa de retrocesso, impedindo-nos de reconciliar justiça social com desenvolvimento econômico,

A política brasileira e seus agentes

sobre a base da democratização de oportunidades econômicas e educativas. Vê um país que, no apogeu de um ciclo de liquidez na economia mundial, cresce mediocrementemente, correndo o risco de declinar antes de haver ascendido. Vê um eleitorado descrente porém inconformado que costuma errar mais por excesso do que falta de audácia. Vê o paradoxo de uma política em que é difícil tornar famosos novas mensagens e novos mensageiros mas em que é fácil virar o jogo quando eles se fazem conhecer. Vê um processo eleitoral que permite, apesar de tudo, aos que propõem alternativa se fazerem conhecidos dos que querem alternativa, em poucas semanas de campanha presidencial, ensejando as reviravoltas dramáticas que têm marcado nossas sucessões presidenciais. Vê o pânico que acompanha qualquer crise como complicador, não como facilitador, de tais reviravoltas. Confia no casamento da indignação com a esperança, dispensando a crise como condição da mudança.

Quem acredita, como eu, que a verdade está muito mais com o segundo do que com o primeiro desses dois entendimentos tem de tratar o esforço para construir alternativa nacional em 2006 como luta real pelo poder, não como mero ritual de gestos cívicos. Tudo na política brasileira de hoje parecerá imutável até que mude.

Para além da corrupção

O Brasil é hoje um país cheio de energia, mas sem governo sério ou estratégia consequente. A anti-estratégia compartilhada pelo governo atual e pelo governo anterior resume-se a inspirar confiança aos mercados financeiros, mesmo à custa de estrangular nossa produção e de empobrecer nosso trabalhador. No auge de ciclo de liquidez na economia mundial, essa não estratégia rende estagnação. Quando o ciclo apontar para baixo, ela renderá retrocesso e ruína.

Há vazio crescente na política brasileira, de idéias e de pessoas. Escândalos preenchem esse vazio. Se essa experiência desmoralizadora fôr corretamente entendida, pode fortalecer-nos no cumprimento da tarefa maior de oferecer alternativa ao país. Para que tenha essa utilidade, porém, precisa ser interpretada à luz de três constatações.

A política brasileira e seus agentes

A primeira constatação é que a corrupção mora no centro, não na periferia, de nosso sistema político. A imprensa e o Congresso ocupam-se com o negociismo corriqueiro facilitado pela partilha política de cargos públicos. É variante miúda de algo mais básico e mais grave: governantes achacam grandes empresários e grandes empresários compram governantes. Todos os maiores negócios realizados no país dependem do beneplácito do governo. Ora sob o disfarce do interesse público, ora sem ele, o governo exige contribuições partidárias para deixar que tais negócios se consumam. Os grandes empresários pagam, reclamando, à boca pequena, de estarem sendo achacados. Enganam-se: a metade deles quebraria sob regime de concorrência aberta e de direito para valer: a metade cujo talento se resume a comprar e a vender consciências e a usar acessos e informações privilegiados. Não são empreendedores; são agenciadores. Foi assim no governo anterior. É assim, mais ainda, no governo atual.

A segunda constatação é que a causa imediata dessa putrefação está no financiamento eleitoral. Se se assegurasse o financiamento público das campanhas eleitorais e se se obrigasse todo candidato a falar na televisão diante de fundo branco, sem truque milionário de marqueteiro, a política brasileira não se transformaria, de noite para o dia, em limpa. Contaria, contudo, com antídoto de emergência contra veneno que paralisa nossa democracia. Tanto o governo atual quanto o governo anterior elegeram-se prometendo reformar o financiamento eleitoral. Foi uma das primeiras promessas que ambos traíram. Enfraqueceram-se porque se acomodaram à corrupção sistêmica, tentando aproveitá-la como instrumento de poder.

A terceira constatação é que, suprimida a causa mais premente da corrupção, o critério para reorganizar nossa vida pública é criar uma democracia mais mudancista e experimentalista do que aquelas que existem no Atlântico norte, democracia própria para um povo como o nosso que tem tudo por fazer. Não uma democracia fria e arrumadinha, pautada pelo tipo de "reforma política", boa para a Dinamarca, que se discute entre nós. Isso, porém, já não é preliminar; é incidente e consequência da luta para reorientar o rumo do país. Para avançar, não precisamos reordenar, antes, toda a vida política da nação. Só precisamos acender as luzes, revelar as dimensões da podridão e preencher o vazio que avança sobre o Brasil não com moralismo estéril mas com alternativa factível, inteligência clara e vontade forte.

A política brasileira e seus agentes

Nove teses sobre a crise

Primeira tese. O pior ainda não apareceu. O centro da podridão nesse governo da mala preta repousa sobre duas pernas ocultas. Uma perna é a troca de favores entre o núcleo do poder e os maiores empresários e banqueiros do país. Sistematizou-se prática que antes vigia de forma desorganizada: a intervenção do governo em disputas entre interesses privados em troca de dinheiro para o partido governante. A outra perna são os fundos de pensão, administrados por operadores do aparelho partidário-sindical e usados como instrumentos de arrecadação partidária.

Segunda tese. A idéia de que essa corrupção seja mais aceitável por estar a serviço de projeto de poder, não de enriquecimento pessoal, é idiota, tanto jurídica quanto politicamente. É muito pior a corrupção impessoal e sistêmica: esvazia as instituições republicanas.

Terceira tese. Devemos, sim, adotar o financiamento público. O financiamento público não é solução mágica. A experiência mundial, porém, demonstra que ele diminui a importância relativa do dinheiro privado na política, independentemente do êxito que se tiver em banir de fato o uso de recursos particulares. Permite que se candidatem pessoas que nenhum grande interesse privado quer patrocinar. Exige controles para funcionar bem. O gasto para o país é irrisório em comparação com o benefício.

Quarta tese. Para começar a sanear a política brasileira, porém, não precisa mudar qualquer lei. Basta que o Presidente e seus colaboradores só conversem com ricos em audiências abertas a jornalistas e a outros observadores da sociedade civil. Aí podem conversar o que quiserem.

Quinta tese. A preferência das elites é manter o Presidente no poder, de pernas quebradas e substituí-lo em 2006 (se ele insistir em candidatar-se à reeleição) por um candidato do PSDB, julgado tão confiável quanto ele, porém mais capaz. Há razões para crer que o Presidente não estava tão desligado assim. Aos que mandam no país, entretanto, convém apertar-lhe o cabresto em vez de

A política brasileira e seus agentes

removê-lo.

Sexta tese. Para executar o plano em marcha, falta convencer o povo brasileiro. O eleitorado continua à busca de saída: de outro rumo para a nação e de quem possa liderar o esforço para desbravá-lo. Nunca aceitou a idéia, difundida entre nós insistentemente, de que qualquer alternativa é aventura irresponsável.

Sétima tese. Ao contrário da maior parte da grande mídia nacional, a população não quer discutir só escândalo. Quer debater mudança de rumo. Compreende intuitivamente que o regime das trocas entre poderosos e endinheirados sonega ao país o espaço político para a virada econômica e social.

Oitava tese. É grotesca a redução do Presidente, eleito para reorientar o caminho do país, à condição de tutelado daqueles para quem a prioridade é reduzir o gasto público (inclusive o gasto social), diminuindo o tamanho do Estado (mas não o tamanho dos bancos), para poder, só então, baixar o juro. Idéia desdobrada nas mesmas conversas reservadas entre governantes infieis, políticos descarados e empresários aproveitadores que forneceram o ambiente propício à corrupção. Agora ficou patente: a falência moral tinha como um de seus pressupostos a falência intelectual.

Nona tese. Não ficará assim. Sem que se perceba, o país começa a se organizar para se livrar dessa gente. Para isso, usará em 2006 o muito que ainda lhe resta de espaço republicano e de resistência nacional.

Fugindo do que importa

Que rumo deve tomar o Brasil? Como aproveitar a sucessão presidencial de 2006 para tomá-lo? É isso o que importa. Em vez de obter respostas a essas perguntas, assistimos a um desfile das ilusões dos últimos trinta anos: construir consenso político para blindar a economia, fazer reforma política antes de discutir a direção do país e convocar assembléia constituinte para apressar blindagens e reformas. Cada uma dessas idéias representa a vitória do medo conservador sobre a inteligência transformadora.

A política brasileira e seus agentes

O problema do Brasil não é falta de consenso; é falta de dissenso. O país precisa mudar de rumo. Quer mudar de rumo. Resiste à tentativa de intimidá-lo com o refrão incessante dos inimigos da mudança: qualquer alternativa seria aventura irresponsável, destinada a acabar em caos. Mas não sabe precisar a alternativa. Só a definirá quando pensamento e ação se juntarem em meio à luta pelo poder.

A ameaça que paira sobre a economia brasileira não é que o modelo econômico atual se fragilize; é que ele persista. Foi ele que deixou 60% dos trabalhadores brasileiros condenados à informalidade; gerou queda continuada da participação dos salários na renda nacional; tornou o aviltamento salarial a âncora da estabilidade monetária; perverteu aumento das exportações em compensação pelo estreitamento do mercado interno e transformou um dos países grandes que, por cem anos, mais cresciam no mundo num dos que menos crescem. E é ele hoje que faria do Brasil a primeira vítima de qualquer turbulência na economia mundial.

Temos de mudar nossas instituições políticas. As nações, entretanto, refazem suas instituições políticas no curso de luta para mudar de trajetória, não antes de saber para onde querem ir. As propostas de reforma política em evidência no Brasil reduzem-se a chavões que refletem a mania de copiar outros países, com cópias mal pensadas e mal feitas. A idéia-força que as dirige é a intenção velada de instituir o regime parlamentar, cuja adoção precoce, representaria, como o povo intuiu, tentativa de confisco do que nos resta de soberania popular, em favor da concentração do poder em partidos acertados com endinheirados. A única reforma política urgente é a do financiamento eleitoral.

Se assembleia constituinte fôr para legislar a agenda de falsas reformas que os quadros dirigentes do país abraçam, porque precisam dela? Eles já gozam de maioria no Congresso. Se fôr para criar outra agenda de reformas, constituinte é inútil. Não se geram tais alternativas em assembleias; geram-se em disputas pela conquista do poder e pela reorientação do país. Como se animam os defensores de constituinte a oferecer mais uma dose do mesmo remédio inócua que vinte anos atrás apresentaram como cura de todos nossos males e que agora reciclam como antídoto contra o veneno que eles mesmos atribuem à dose anterior?

Fora com todas essas enganos: alguns, bem intencionados; outros, filhos do

A política brasileira e seus agentes

casamento entre o instinto reacionário e a ignorância emplumada. A nação quer descobrir como fazer prevalecer os interesses do trabalho e da produção e a eles subordinar os interesses financeiros, como capacitar os brasileiros melhorando a qualidade do ensino público e como romper os arranjos entre o poder e o dinheiro. Quer encontrar líderes que, ao tomarem posse em janeiro de 2007, não se deixem cooptar pelas forças contra as quais se haverão insurgido. Miremos na tarefa. Aproxima-se a oportunidade para cumpri-la.

Deve o Presidente ser impedido?

Deve o Presidente da República ser impedido?

Há dois preconceitos a afastar. O primeiro preconceito é que impedimento equivale a golpe. No presidencialismo, a perspectiva de derrotar o Presidente em eleição subsequente não basta para responsabilizá-lo. A faculdade de impedi-lo serve de contrapeso ao perigo que ele abuse da oportunidade para favorecer os amigos, desfavorecer os adversários e confundir negócio com governo. Sem esse contrapeso, cai o regime em sorvedouro de negociismo e de intimidação. Inevitável que a oposição clame mais forte pelo uso do contrapeso. Impedimento presidencial, porém, não é plebiscito informal; é escudo da integridade do regime.

O segundo preconceito é que basta comprovar crime de responsabilidade do Presidente para justificar seu impedimento. Não basta: o juízo também tem de ser de conveniência, mas num sentido que subordine as pequenas conveniências e que pense grande pelo país.

Ainda não são suficientes os elementos para concluir que o Presidente haja incorrido em crimes de responsabilidade contra "o livre exercício do Poder Legislativo", "o exercício dos direitos políticos" (especialmente o direito de voto), "a probidade na administração" e "o cumprimento das leis". Falta pouco, porém, para que sejam suficientes. Há indícios fragmentários de que ele se envolveu, diretamente ou por meio de agentes, em tratativas com grandes interesses privados em troca de financiamentos políticos ilegais. E que radicalizou em entendimento bruto das regras do jogo, justamente quando a nação, nisso estimulada por sua

A política brasileira e seus agentes

pregação, começava a cobrar maior rigor ético de seus mandatários. Por isso, não vale a desculpa de que outros também fizeram.

Numa democracia mais enraizada do que a nossa, haveria razões para não reivindicar o impedimento, a começar pela proximidade das eleições de 2006. Entre nós, contudo, tais razões abrem espaço para o estadismo maroto que vê na manutenção do Presidente o mal menor: por não se confiar no sucessor, ou por não se querer incomodar os "mercados", aliados, no incômodo, aos movimentos sociais aparelhados.

No Brasil de agora, duas conveniências republicanas sobrepõem-se a todas as conveniências politiquieiras: responsabilizar os políticos, afirmando o primado inflexível da lei. (Não conquistamos ainda o direito à flexibilidade confiável.) E evitar que a sucessão presidencial degenera em luta sobre o passado, em vez de tornar-se luta sobre o futuro.

Confirmados os indícios de que o Presidente haja cometido crimes de responsabilidade, deve o Congresso acelerar seu impedimento. Se o Presidente e o Vice-Presidente forem impedidos juntos, deve o Congresso, expurgado dos que se alugaram ao governo, eleger novo Presidente da República para completar o mandato, como manda a Constituição. O Congresso demonstrará sabedoria e grandeza se eleger, nesse caso, um cidadão fora de seus quadros: um jurista sereno, com autoridade moral, e afinado com os compromissos em nome dos quais se elegera o Presidente impedido -- como Dr. Fábio Konder Comparato --, que presidirá, como magistrado, as eleições de 2006. Com isso, afastará o Congresso a sombra do golpismo e da usurpação. Em seguida, deve voltar-se a nação, sem medo e sem rancor, com o espírito inspirado pela reafirmação do ideário republicano, para a escolha de novo rumo e de novos líderes.

Com que forças podemos contar?

Com que forças podemos contar os que queremos ver o país salvo, na próxima sucessão presidencial, da falsa alternância entre petistas e tucanos?

A política brasileira e seus agentes

Quem define escolha de presidente no Brasil é o povão. Em eleição presidencial, o povão tenta penetrar a neblina das enganações e perceber quem é quem. Na falta de alternativa real, guia-se pela lógica do mal menor. Muito teria ainda de acontecer -- a título de comprometimento do presidente nos escândalos e de revés econômico -- antes que o eleitorado popular viesse a preferir um tucano que se apresente com o discurso careta do "choque de gestão" a um ex-operário que distribui ajuda a pobres ao mesmo tempo que distribui juros a endinheirados.

O povão, porém, não está contente. E não hesita em correr riscos na busca, penosa e frustrada, de uma saída. No exercício desse esforço, procura informação e referência nas duas classes médias do país: a tradicional e a dos emergentes e, sobretudo, nas minorias mais informadas, organizadas e atuantes de cada uma delas. Muitos nessas duas classes médias estão hoje despolitizados pelo desalento. Alguns, porém, já passaram do nojo para a inconformidade e da inconformidade para a militância.

Há, na classe média tradicional, minoria com imensa influência: a do aparato de segurança do Estado -- juízes, procuradores, promotores, policiais federais e oficiais das Forças Armadas. Pequena parte dessa minoria se deixou corromper. O resto, íntegro e exasperado, insiste em juntar a afirmação do princípio republicano -- a defesa de um Estado que não atue a serviço de interesses privados -- com a construção de outro rumo nacional. Rumo que ponha o país para trabalhar, subordinando os interesses financeiros aos interesses do trabalho e da produção, e que capacite os brasileiros, efetivando uma revolução no ensino público. Em torno desse grupo central está o círculo concêntrico maior dos funcionários públicos e do professorado, também inconformados com o ataque que os governos tucano e petista desferiram contra o Estado e contra a universalidade de sua prestação social.

Há, na nova classe média -- a dos emergentes --, uma minoria com influência potencial até maior: a dos movimentos sindicais que surgem fora das centrais estabelecidas, a dos movimentos religiosos, evangélicos ou católicos, que querem politizar seus filiados e resguardá-los do egoísmo familiar e a dos clubes e associações que formam o ambiente desconhecido em que se constrói nova cultura popular brasileira de auto-ajuda, iniciativa e cooperação.

A política brasileira e seus agentes

Essas duas minorias, com papel liderante em uma de nossas duas classes médias, não compartilham o cinismo comodista dos que desesperam da política. Não aceitam que o país tenha de optar entre duas vertentes do mesmo projeto anti-republicano, anti-nacional, anti-produtivista, anti-trabalhista e anti-capacitador. E se dispõem a lutar para que o Brasil tenha, já, alternativa, de projeto e de poder.

Aí estão as bases sobre as quais temos de construir. Aí está o caminho para dar à maioria popular o sinal que ela procura. Aí está a condição para providenciar em 2006 uma surpresa libertadora.

A hora dos tribunais

Diz o artigo 28 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995: "O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto de partido contra o qual fique provado:

I -- ter recebido ou estar recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira;..." A regra desdobra o preceito do artigo 17 da Constituição de 1988, que proíbe aos partidos políticos receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros. No direito constitucional e no direito eleitoral brasileiros, não há razão mais forte do que essa para dissolver, por ordem judicial, partido político.

As alegações a respeito do recebimento de dinheiro cubano pelo PT na campanha de 2002 podem ser falsas; estão ainda longe de terem sido provadas com a solidez necessária para justificar a dissolução judicial daquele partido. São, porém, mais do que suficientes para que se inicie averiguação urgente, dentro da esfera da Judiciário e do Ministério Público. Dissolvido o PT, ficariam inelegíveis em 2006, por falta de tempo e de partido, todos os petistas, a começar pelo atual presidente da República. Severo? Sim. Excessivo? Não; afirma-se o princípio residual da responsabilidade coletiva por falta gravíssima. Do contrário, o que valem as regras?

A política brasileira e seus agentes

Há diferença radical entre impedir o presidente e dissolver um partido. O impedimento tem teor político, não apenas constitucional. Nele valem considerações práticas, como a proximidade do fim do mandato presidencial. Quanto menos a dissolução tiver de político, melhor. Por isso mesmo, o impedimento pertence ao Congresso e a dissolução ao Judiciário. Não há integridade republicana, nem esperança de impor limites aos partidos, sem que o país consiga fazer valer essa distinção.

A necessidade de decisão jurídica, tomada dentro do mundo jurídico e segundo seus critérios, tem duas implicações: uma, para os políticos; outra, para os juízes e os procuradores. Para os políticos: que fiquem longe desse assunto. É ruim para todos e venenoso para a República contaminar, com interesses e ambições, uma iniciativa capaz de surtir efeito drástico sobre a luta pelo poder. O país não precisa de golpismo; precisa do império da lei. Para os juízes e procuradores: que cerrem fileiras contra pressões vindas de fora de seu terreno. E que se esforcem para suprir, com a ajuda da cidadania e da imprensa, as falhas de seus instrumentos investigativos. Se for verdade que o "Poder Judiciário foi o que mais faltou a República", nunca a República precisou mais dele do que agora.

Quando, entretanto, surgiram essas alegações, já tramativa discreta e celeremente no Congresso Nacional projeto de lei que, ao aumentar a idade de aposentadoria compulsória dos servidores públicos, dá efeito imediato a essa mudança só para a aposentadoria dos presidentes dos tribunais superiores. O que se diz à boca pequena na elite jurídica é que a estranhíssima exceção tem por motivo evitar que o Tribunal Superior Eleitoral caia sob a presidência de um Ministro julgado menos confiável pelos detentores do poder, embora ambos os Ministros envolvidos sejam homens de bem. No quadro instaurado com as novas alegações, a exceção casuística, já suspeita, ganha cores de conspiração antirepublicana. Tratemos todos de desmascará-la. Dentro dos casuísmos, não há lei. Fora da lei, não há salvação.

Rebelar-se

A política brasileira e seus agentes

A sucessão presidencial de 2006 focaliza o contraste entre a vitalidade do Brasil e a mumificação de sua política. Nenhum país no mundo conta com maiores oportunidades para desbravar caminho de tripla revolta contra a pobreza, a injustiça e a mediocridade. E nenhum está tão vergado sob o peso de uma submissão -- à pobreza, à injustiça e à mediocridade -- que nós mesmos nos impusemos, por falta de idéias e por falta de coragem.

Partamos de duas constatações. A primeira constatação é que há alternativa nacional produtivista, capacitadora e republicana. Não se reduz a correção de rumo --- dissidência da política atual -- que se comprometa a baixar o juro, a diminuir o sacrifício fiscal e a mexer no câmbio. Também não se confunde com esquerdismo que prometa redistribuir a renda e a riqueza sem mostrar como organizar o desenvolvimento do Brasil e a capacitação dos brasileiros. O eixo da alternativa necessária é a construção de novo ciclo de desenvolvimento fundado na democratização de oportunidades econômicas e educativas. Uma de suas preliminares é o enquadramento dos interesses dos rentistas por meio da reorganização da dívida pública interna, sem ruptura de contratos. Outra preliminar é a abolição das práticas pelas quais os endinheirados financiam os políticos e deles recebem a contraprestação do favor oficial.

A segunda constatação é que a luta pelo poder no Brasil se trava sob a sombra de um paradoxo. Normalmente quem se proponha a liderar a mudança do rumo de um país precisa transpor duas muralhas distintas. O sistema partidário tem de permitir o surgimento de candidatura que represente a reorientação. E maioria potencial do eleitorado, confrontada com a proposta de troca de rumo, tem de sentir mais esperança ou inconformidade do que medo e resignação. No Brasil, a primeira dessas muralhas é muita alta, mas a segunda é muita baixa. Difícil é conseguir que nossa vida partidária permita candidatura que encarne o que a nação busca: aquilo pelo qual ela votou em vão em 2002. Transposta essa barreira, porém, é relativamente fácil produzir em outubro de 2006 uma surpresa libertadora: a maioria quer. Por isso, enganam-se os comentaristas quando apresentam a sucessão presidencial vindoura como predestinada a ficar encuralada em falsa escolha entre tucanos e petistas -- os dois lados da camisa-de-força que a nação tenta romper.

Há de fato imenso perigo de que a política brasileira deixe de oferecer ao país a opção que ela procura: que o PMDB se perca em suas vacilações e divisões;

A política brasileira e seus agentes

que, mantida a verticalização, os partidos médios abdicuem de candidaturas presidenciais; e que o PSDB se limite a escolher entre um candidato comprometido em persistir no rumo ruinoso e outro interessado apenas em aplainá-lo com menos arrocho. Vejam, porém, como esse deserto pode de repente ficar verde: basta que comece a se tornar visível uma alternativa real, de rumo e de candidatura, e que a nação comece a se interessar por ela, para que novas alianças partidárias se viabilizem e a sucessão presidencial fique de cabeça para baixo. É que, na escuridão, o povo brasileiro aguarda, do outro lado da muralha levantada pelos partidos e pelos políticos, a oportunidade para derrubá-la. Grande hora, hora de grandeza, a que se aproxima. Entreguemo-nos a ela, como Davis sem funda, na esperança de que nos dêem a funda depois.

O tema da eleição

Convém ao Brasil que a campanha presidencial de 2006 tenha por assunto a seguinte escolha: seguir o Brasil no rumo em que está e, em caso afirmativo, fazê-lo em mãos tucanas ou petistas, ou mudar de rumo e decidir para onde andar e sob qual liderança. É escolha que o país não terá como fazer se não se apresentarem os representantes de uma alternativa de rumo. Ou se a tarefa de representá-la ficar delegada a um sectarismo de esquerda. Atentem os descrentes para o imenso bem que o aparecimento dessa opção eleitoral faria ao Brasil: no mínimo, qualificaria o debate nacional e ajudaria a trazer milhares e talvez milhões de jovens idealistas para a vida pública.

Para cumprirem essa tarefa, os proponentes da alternativa precisam demonstrar serenidade ardente. O Brasil não quer grito, truque e esperteza. Quer ouvir a verdade, sem rodeios ou floreios: a verdade, ainda que incômoda. Quer sentir que os agentes da alternativa reconheçam os obstáculos a uma reorientação de rumo, que se comprometam a trazer para o governo os melhores quadros técnicos do país, que compreendam a necessidade de trabalhar, honesta e humildemente, com o Congresso Nacional, que tenham a mania de obedecer as leis e que se disponham a investir toda sua energia em algumas poucas prioridades transformadoras.

O eixo da alternativa há de ser a construção de um modelo de

A política brasileira e seus agentes

desenvolvimento duradouro, baseado na democratização de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir. É compromisso que se expressa em quatro diretrizes, a serem traduzidas em iniciativas práticas, descritas e orçadas com precisão.

A causa da produção e do crescimento significa trazer o Brasil para o mesmo caminho que os outros países em desenvolvimento bem sucedidos vem trilhando: juro baixo e câmbio desvalorizado. Nada de calote: torcer braços e enfrentar pressões na convicção de que, se vierem a receber metade do que recebem hoje pelo seu dinheiro, ainda estariam os credores do governo ganhando mais do que poderiam obter em qualquer outro lugar.

A causa do trabalho exige apostar na qualificação do trabalhador, não apenas em trabalho barato e em exportação de grãos e minérios. Acabar com os encargos sobre a folha salarial, que castigam quem emprega e qualifica o trabalhador. Assegurar incentivos tributários para o emprego e a qualificação dos trabalhadores mais pobres. Difundir, com apoio do governo, tecnologias que aumentem a produtividade do trabalho no Brasil.

A causa da educação implica preferir política social de orientação capacitadora a política social de orientação compensatória. Priorizar a melhora da qualidade do ensino público para todos e a criação de oportunidades extraordinárias para os alunos pobres mais talentosos e esforçados. E dizer, sem mentir, que priorizar isso significa não priorizar outras necessidades sociais -- urgentes e comovedoras -- do povo brasileiro.

A causa republicana tem como primeiro requisito cortar os laços entre os endinheirados e os governantes: as conversas secretas em que o Presidente e seus colaboradores acertam trocar favor de governo para empresário por dinheiro de empresário para partido e campanha. Rompidos esses laços, podemos começar a reconstruir nossas instituições políticas. Antes disso, não adianta.

Dirão alguns que tudo isso é muito pouco. Eu digo que seria uma revolução. E sustento ser essa a revolução que o Brasil quer.

A política brasileira e seus agentes

Desconstruindo a sucessão

Para garantir que a sucessão presidencial deixe de ameaçar os interesses dominantes no Brasil basta que os dois candidatos principais sejam o atual presidente da República e o governador de São Paulo. E que o único outro candidato represente o esquerdismo tradicional -- sectário, carente de proposta e incapaz de ganhar o apoio da maioria. Aí fica tudo resolvido: o Brasil continuará governado para o benefício dos rentistas. A mediocridade -- protegida pela falta de imaginação e de coragem -- continuará imperando.

Todas as outras hipóteses sucessórias são mais perigosas -- algumas muito mais do que outras -- para os interesses que comandam o país. Basta reconhecê-lo para entender que a sucessão está imensamente mais suscetível de reviravoltas do que se supõe.

Parto dos seguintes princípios. Em primeiro lugar, existe, sim, alternativa produtivista, trabalhista, capacitadora e republicana: alternativa que faça os interesses da produção e do trabalho prevalecer sobre os interesses financeiros, que transforme a construção de um ensino público de qualidade -- de uma educação de século 21 -- na cruzada de nossa geração e que livre a política da sombra do dinheiro. A estagnação a que os governos tucano e petista condenaram o Brasil é simplesmente desnecessária, como demonstra a experiência de todos os outros países continentais em desenvolvimento.

Em segundo lugar, conquistado, no curso da campanha, apoio majoritário para tal alternativa, sua base partidária e parlamentar virá como consequência. Entre nós, o presidente eleito conta, nos meses iniciais do mandato, com vasta margem de iniciativa. Para aproveitá-la, precisa saber negociar e mobilizar ao mesmo tempo: se negocia com os interesses organizados no Congresso e no empresariado sem mobilizar as maiores desorganizadas de assalariados, vira refém dos acordos oligárquicos. Se mobiliza sem negociar, vira agitador, condenado ao malogro. O avanço do projeto transformador serve de fulcro para a reorganização radical do quadro partidário.

Em terceiro lugar, o caminho a percorrer para que a sucessão resulte na

A política brasileira e seus agentes

alternativa é claro, embora ele não seja fácil. As pesquisas de opinião de agora só mostram quem é conhecido e como se distribuem os apoios entre os conhecidos. Numa campanha presidencial brasileira, desconhecidos se fazem conhecidos em poucas semanas. Nosso eleitorado já demonstrou ter pouco preconceito e muita audácia. Que se apresentem os nomes. Que se dissolva, no curso do debate, a mentira de não existir alternativa. E que as classes médias liderem, como costumam fazer, o processo de descobrir o caminho e os agentes da saída. A televisão é indispensável. O convencimento, contudo, se dá de boca a boca, nos pequenos mundos de amizade e de trabalho que cada eleitor habita.

Agora, tudo parece estar predeterminado. De repente, tudo pode começar a parecer aberto, como de fato está. Chegou a hora de atuar para que o povo brasileiro obtenha o necessário por meio do imprevisto. O que ainda falta é o recurso mais raro e mais importante: a determinação inquebrantável, por parte de alguns, de ir fundo e de ir até o fim, para cumprir tarefa que não seria exagero chamar sagrada. Em Esparta, um jovem reclamou com a mãe que a lança que lhe deram para a guerra era curta demais. A mãe respondeu: dê um passo adiante na linha de frente e sua lança será cumprida bastante.

O veneno

Sempre pensei e debati alternativa de caminho e de organização para nosso país. Engajei-me na vida pública brasileira determinado a lutar por uma alternativa. Nada arrefeceu minha fé na viabilidade e na necessidade dela. Descobri, porém, que nosso imenso potencial está inibido e ameaçado pelos efeitos de um veneno: os acordos entre o dinheiro e o poder. Se não extirparmos esse veneno, não construiremos modelo de desenvolvimento calcado na democratização de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir. A mediocridade, o medo e a injustiça continuarão a imperar no Brasil.

No círculo íntimo do dinheiro e do poder, todo o mundo sabe como funciona o sistema. Quase todos calam. A classe média, que acompanha a política pelos jornais, não compreende a dimensão do problema. A maioria trabalhadora está por fora das causas, embora enfrente a consequência: nunca contar com governo que esteja de seu lado.

A política brasileira e seus agentes

As grandes empresas e os grandes empresários, a começar pelos bancos e pelas empreiteiras, financiam a política, na maior parte por caixa dois -- portanto, criminosamente. Costumam dividir as fichas: apoio para todos os candidatos competitivos; apoio maior para os preferidos. Nas campanhas presidenciais os ricos se reúnem com os candidatos como se fossem acionistas interrogando os dirigentes das empresas em que investem. No poder, os eleitos achacam os endinheirados. E distribuem em troca proteção do governo para os negócios dos achacados.

As forças que governavam o Brasil antes de Lula burilaram esse sistema. O governo Lula o radicalizou. O presidente ex-operário, que nunca quis saber de confusão, amarelou desde o primeiro dia de seu mandato. Teve medo da luta pela mudança; a falta de idéias deu cobertura para a falta de coragem. A corrupção sistêmica, expressa no regime de trocas de dinheiro privado por proteção oficial, alargou um segundo canal de negociadismo, que o governo anterior já havia aberto: o uso dos fundos de pensão para trocar financiamentos eleitorais por investimentos perdedores.

E agora? As 30 mil famílias que recebem o grosso dos juros pagos pelos Estado e que são as beneficiárias de um modelo econômico que mata a produção e arrocha o trabalho estão subornadas por governo que elas, por sua vez, subornam. Esse governo procura calar a boca dos pobres com a distribuição em massa das migalhas de seus programas sociais. A classe média, estrangulada e aflita, não vislumbra opção, de rumo ou de agente. A elite empresarial comenta as licitações manipuladas, os mega-negócios feitos e desfeitos com favor oficial, o custo em reais e em truques de levar a população a acreditar num ou noutro candidato. A corrupção campeia. E o Brasil sangra.

O que devo fazer? Não sou juiz, promotor, policial ou sequer jornalista investigativo. Constato, porém, a visão generalizada dentro da elite brasileira de como funciona o sistema. Minha posição é privilegiada e protegida, professor vitalício que sou em universidade estrangeira. Se eu, que carrego esse escudo, encontro dificuldade em montar a reação, como posso cobrá-la de meus concidadãos mais vulneráveis? Encontremos, todos nós, os inconformados, força em nós mesmos para liderar insurreição nacional contra esse amesquinamento de nosso futuro. Já somos muitos. Levantemo-nos para levantar o país.

A política brasileira e seus agentes

Depois da cartilha

Dois processos de entendimento e de desentendimento da situação nacional ocorrem em paralelo no Brasil: um, entre os endinheirados; outro, entre os assalariados. Para encontrar a saída da encalacrada em que o país se encontra, é preciso saber o que cada um desses processos tem a ver o outro.

Nossas elites descobriram que o Brasil, e com ele a maior parte da América latina, vivem 25 anos de estagnação, sofrendo declínio lento, porém progressivo e constante, de sua posição relativa no mundo. Uma nação que se destaca pela vitalidade veste camisa de força. Esses fatos, universalmente conhecidos, só convenceram quando trazidos como notícias de Davos e registrados na imprensa estrangeira.

E a reação a essa descoberta tardia? A mesma de sempre: precisamos de mais "flexibilidade", menos gasto, mais paciência. Não falta proposta. Só falta eficiência na execução. Interpretam-se as experiências -- tão contrastantes com a nossa -- da Índia e da China de maneira a resguardar a fé na cartilha. Desconsidera-se o ponto essencial: a libertação de forças de mercado foi combinada na China com a mobilização maciça de recursos nacionais, na Índia com a formação de milhões de técnicos e cientistas e em ambos aqueles países com ousadia despreconceituosa na maneira de organizar a economia de mercado e de associar o poder público com a iniciativa privada.

Nossos privilegiados não mudarão de idéia. Morrerão convencidos de que fizeram tudo certo; culparão o país. A confiar no que se diz e se pensa entre eles, será preciso esperar que a geração seguinte traga das universidades estrangeiras a notícia de que lá ninguém mais leva a sério as idéias por que nos pautamos aqui. Não dá para aguardar esse desdobramento: o Brasil terá continuado ladeira abaixo, desperdiçando milhões de vidas e de talentos.

A solução está num segundo processo de entendimento e de desentendimento da realidade brasileira: o que ocorre entre os assalariados. Intuitivamente, em meio à escuridão, buscam saída. A partir de suas vanguardas na

A política brasileira e seus agentes

classe média -- a tradicional e a dos emergentes -- rejeitam a fórmula financista-assistencialista que o governo Lula herdou e abraçou. Repudiam os acertos sujos entre o poder e o dinheiro que representam o lado obscuro dessa fórmula. Não sabem o que é pior: entregar o governo aos que, em nome da mesma fórmula e com base nos mesmos acertos, governavam antes ou confiar que Lula 2 demonstraria a coragem e a clareza que faltaram a Lula 1.

O que desejam mesmo é encontrar outra opção, com um mínimo de consistência, ainda que surgida no meio dessa confusão que é a política brasileira. Ainda não a encontraram. Só quando a encontrarem é que teremos como deixar os endinheirados e seus doutrinadores conversando sozinhos sobre a necessidade de maior eficiência na execução de seu modelo malogrado. Nessa hora, conseguiremos centrar o debate nacional na demarcação de outro rumo para o Brasil.

Que os partidos fora do eixo tucano-petista apresentem, portanto, suas propostas e seus candidatos. Que a sociedade brasileira, por meio de suas organizações, sinalize seu desejo de ver o país reorientado. E que os fatos subsequentes a essa apresentação e a esse sinal revelem o caminho da convergência entre os muitos que queremos saída para o Brasil. Reconheço que o que falta para isso acontecer é muito: um pouco de grandeza.

A obra do próximo presidente

Esses meses aparentemente frustrantes e perdidos revelaram duas verdades preciosas. A primeira verdade é que já há base para amplo consenso em torno da obra que o futuro presidente precisa executar. Dele se exige que lidere mudança de rumo, de conteúdo definido, que nos resgate de uma mediocridade duradoura, ruínosa e desnecessária. A segunda verdade é que o descompasso entre partidos políticos e compromissos programáticos chegou a tal ponto que se tornou impossível distinguir quem possa ou deva ser o agente da mudança indispensável. Pode ser qualquer um, ou ninguém, qualquer partido ou nenhum, independentemente dos rótulos que hoje ostentam.

É muito claro o que o novo governo tem de fazer para que o Brasil se possa

A política brasileira e seus agentes

levantar. 1. Usar a persistência no sacrifício fiscal, a força de pressão do governo e a falta de opção dos rentistas para forçar baixa dramática do juro, sem romper nenhum contrato. 2. Acelerar, por iniciativas pontuais no mercado, a desvalorização cambial que esse rebaixamento do juro provocará. 3. Cercar os meses iniciais de tensionamento com controles mais fortes sobre as entradas e saídas de dinheiro, deixando, entretanto, claro que, superadas as dificuldades iniciais, o objetivo é caminhar em direção a uma moeda conversível -- liberdade para o dinheiro ir e vir. 4. Eleger como a reforma tributária mais urgente a supressão de todos os encargos e impostos sobre a folha de salários, pagos os direitos trabalhistas com os impostos gerais, para golpear a informalidade a que continuam condenados 60 % de nossos trabalhadores. 5. Usar os órgãos para-estatais existentes, e criar outros, para adaptar e transferir tecnologias e práticas avançadas à multidão empreendedora que surge de baixo, proporcionando-lhes, com isso, meios para dar enorme salto de eficiência, inovação e produtividade. 6. Organizar investimento público e privado em fomento de energia de base hídrica e biológica, usando esse projeto energético para ocupar e soerguer a Amazônia brasileira. 7. Definir como prioridade da política social a melhora da qualidade do ensino público: a começar, pela universalização do segundo ciclo; pela construção de sistema de transferências, de recursos e de quadros, que assegure mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola em todo o país; pela formação dos instrumentos humanos e materiais de um ensino analítico e capacitador e pela multiplicação de oportunidades e de apoios extraordinários em favor dos alunos pobres mais talentosos e esforçados. 8. Acabar com as práticas, de financiamento eleitoral e de entendimento sorrateiro, por meio das quais endinheirados compram governantes e governantes achacam endinheirados.

Esse projeto não é revolucionário, nem sequer de esquerda. Mas é aquilo de que o Brasil precisa agora. Quem pode torná-lo realidade? Qualquer um, desde que tenha suficientes clareza e coragem. Maioria esmagadora de brasileiros o apoiaria. Dizer, porém, que pode ser qualquer um é a mesma coisa que dizer que nenhum dos visíveis é hoje o agente natural e incontestado dessa reorientação do caminho brasileiro. Precisamos de partido, sim. Dentro da anarquia programática e partidária a chegamos, contudo, os instrumentos partidários dessa obra terão de ser a consequência, não a condição, da luta pela mudança de rumo. É um convite à mais absoluta falta de preconceito e à mais inquebrantável determinação.

A política brasileira e seus agentes

A tarefa agora

Ameaça paira sobre o futuro de nossa nação. Ameaça de ver desperdiçado o conjunto extraordinário de oportunidades de que dispomos para desbravar novo caminho. Ameaça de não iniciar estratégia nacional que dê braços e asas à energia do povo brasileiro e que com isso traga, além de alívio e avanço para nós, luz e alento para a humanidade.

A lógica da sucessão presidencial dá a esse risco feição definida e dramática. Sucessivas mentiras e traições repetidas levaram o eleitorado a esperar muito pouco dos governos. Basta indício de competência sem compaixão, ou de compaixão sem competência, para satisfazer hoje multidões de brasileiros de todas as classes sociais. Desenganada de obter transformação do país que democratize o acesso ao trabalho e ao ensino, grande parte dos eleitores pobres conclui que a Bolsa-Família e seu séquito de políticas compensatórias são melhores do que nada. Melhores do que nada, ainda que os recursos que se lhes dedicam sejam pequenos em comparação com as fortunas que se transferem de trabalhadores e de produtores a rentistas por conta da política econômica do governo. A perspectiva da volta ao poder do grupo que governava antes -- antinacional, antirepublicano, antidesenvolvimentista e antisocial -- causa a dezenas de milhões de nossos concidadãos justificado dissabor.

Ah, como seria bom mudar, de governo e de rumo. Mas para colocar no lugar dos governantes de agora aquela gente de antes, que seguiria, com ainda menos compromisso social, o mesmo caminho que o país já trilha, não dá. Talvez seja esse hoje o sentimento da maioria dos brasileiros.

Formular o problema é antecipar a natureza da solução: oferecer ao eleitorado alternativa, de proposta de rumo e de projeto de poder, sem cair no esquerdismo vazio ou no moralismo vazio. Por que não temos, todos nós que atuamos nessa direção, conseguido até agora providenciar a solução necessária? É porque depois que o regime militar destruiu um sistema partidário que começava a enraizar-se, nunca mais tivemos partidos políticos que representassem mais do que si mesmos. O único era o PT, que se revelou ser um longo desvio em nossa história. Nossos partidos atuais raramente resistem ao curto-prazismo eleitoral

A política brasileira e seus agentes

dos políticos profissionais que os compõem. Muitos primam por confirmar a tese de que no Brasil nem os oportunistas têm senso de oportunidade.

Proponho a seguinte resposta, em duas partes, a essa situação. Por meio de uma vertente de ação cívica, insistamos na tentativa de construir candidatura e proposta alternativas, a partir de grande ou de pequeno partido, não com os materiais que gostaríamos que existissem mas com os materiais que existem de fato. A impriscindível reorganização do quadro partidário não será antecedente da luta em torno da reorientação do país; será consequência dessa luta.

Por meio de segunda vertente de iniciativa cívica, comecemos nós, os inconformados e os esperançosos, a nos reunir, a convergir, a colaborar, fora dos partidos. Insistamos no conteúdo da alternativa produtivista, capacitadora e republicana. Busquemos aliados entre as organizações e os movimentos da sociedade. Defendamos a alternativa, sobretudo perante os jovens. Cobremo-la dos partidos e do futuro governo, sem rancor, sem preconceito e sem esmorecimento. Ousemos falar em nome da nação. Sejamos nós o partido que falta ao Brasil.

Rebelam-se os cristãos

Um dos aspectos mais importantes da eleição de 2006, seja qual for seu desfecho, será mudança na maneira de os cristãos brasileiros -- sobretudo dos mais conscientes e atuantes -- entenderem sua tarefa na política brasileira. Sem que se tenha percebido, ocorre convergência política entre as duas maiores comunidades cristãs do Brasil -- católicos e evangélicos (os protestantes não evangélicos são muito menos numerosos). Essa convergência é rica de significado para o futuro do país.

A elite pensante e politizada dos dois grupos -- inclusive a hierarquia da Igreja Católica e os formadores de opinião entre os evangélicos -- conscientizou-se de que o rumo seguido pelo governos Lula e Fernando Henrique representa assalto contra os valores dos cristãos. Desferiu-se esse assalto em nome de um fatalismo supersticioso, adornado com falsa ciência econômica e com falsa prudência tática. A esse fatalismo pagão não se renderam os cristãos brasileiros. Suas figuras mais admiráveis denunciam a transformação do Brasil estagnado em paraíso do dinheiro

A política brasileira e seus agentes

vadio e a redução do compromisso social a assistencialismo de migalhas, menos humilhante do que inconsequente. Não se conformam em ver a nação tratada como massa de otários e de mendigos. Não se satisfazem com a oposição simbólica oferecida por um esquerdismo fossilizado e carente de proposta. Procuram quem os represente na sucessão presidencial. Não precisa sequer ser cristão o candidato. Precisa ser sério, capaz e inquebrantável na determinação de oferecer alternativa ao povo brasileiro.

Imaginem o que acontecerá se políticos ligados às igrejas cristãs desrespeitarem essas convicções e se oferecerem como aliados de Lula (ou da pseudo-oposição tucana), vendendo herança sagrada pelo prato de lentilhas das conveniências eleitorais e procurando refúgio no pretexto inacreditável de que Lula 2 será diferente de Lula 1. Enfrentarão a rebelião de seus supostos seguidores. A união dos cristãos na ação pública transformadora não se deixará inibir; pelo contrário, será aprofundada sob a liderança de homens e de mulheres que darão voz a um sentimento que se tornou avassalador. Mesmo se não conseguirem eleger agora Presidente comprometido com a reorientação do Brasil, os rebeldes conseguirão construir força que mudará de vez a política brasileira.

República leiga, sim; privatização da religião e tabu contra o direito de lutar pelas exigências sociais da fé, num país em que a grande maioria crê em Deus e se identifica como cristã, jamais. Se nossas elites descrentes e refesteladas se incomodam de ser a relação entre religião e política no Brasil diferente do que ela é na França, tanto pior para elas.

As divergências entre católicos e evangélicos em matéria de atuação social e política são insignificantes quando comparadas com o imperativo de resistência e de reconstrução nacionais para o qual convergem hoje evangélicos e católicos. Os que tentarem recrutá-los para o culto ao bezerro de ouro, travestido de seu oposto, podem, num primeiro momento, levar consigo os menos informados e os mais desesperados. Não prevalecerão, porém, contra a força das verdades incômodas e libertadoras. Estas serão ouvidas, ainda que ditas por bocas que não falam direito.

A política brasileira e seus agentes

Atalhos e caminhos

Duas calamidades abatem-se sobre o país. O Brasil não cresce e, não crescendo, não tem como fazer justiça aos seus: o desenvolvimento é quase sempre requisito para o avanço social. As instituições republicanas perdem, em vez de ganhar, substância: os acontecimentos recentes apenas confirmam o que já se temia -- que o direito, entre nós, não resiste ao conluio entre o poder e o dinheiro.

Nenhum desses dois males começou com o governo atual. O governo anterior já deu impulso aos dois. Por isso mesmo, grande parte do eleitorado reluta em se desfazer dos que governam agora para entregar o poder aos que governavam antes. Ambos os males, porém, persistiram sob o presente governo. A política de dar tudo pela confiança financeira chegou a extremos raramente vistos no mundo desde a década de 1920. E setores do Estado foram, mais uma vez, tomados de assalto por traficantes de influência e de dinheiro enquanto a Justiça -- último anteparo contra os assaltantes -- foi, mais uma vez, desmoralizada por juízes politiqueros sentados nos mais altos tribunais. A maioria pobre teve de contentar-se com as migalhas -- melhor do que nada -- da Bolsa-Família. Só minoria de trabalhadores, porém, goza de emprego dentro da lei, com carteira assinada. A parte que cabe aos salários na renda nacional está num dos pontos mais baixos de nossa história. E as centenas de corpos de trucidados que aparecem todos os dias em nossas cidades lembram o Haiti que nos prestamos a ocupar (para fazer média com os Estados Unidos) e com cuja estagnação econômica já estamos quase empatados.

E agora? Será o país obrigado, na eleição presidencial vindoura, a escolher entre dois candidatos dos banqueiros e dos rentistas, ambos representantes das forças que colaboraram no esvaziamento das instituições republicanas? Nossa primeira obrigação é lutar, ainda, para construir, nessa sucessão presidencial, alternativa de rumo e de poder: nacional, produtivista, capacitadora e legalista, comprometida em botar o Brasil para trabalhar e para aprender e em separar a política e os negócios. Não importa quão pequena for a base partidária inicial. Se a mensagem for correta e os mensageiros forem sérios e capazes, a nação

A política brasileira e seus agentes

transformará o pequeno em grande. As alianças partidárias e sociais necessárias virão por consequência.

Pode o próprio Presidente, por força das circunstâncias, abraçar, em segundo mandato, a alternativa de que o Brasil precisa? Afinal, não foi por convicção -- foi por medo (agravado por falta de idéias sobre outro rumo) -- que ele se rendeu. Pode, mas é improvável: a rendição já foi muito longe. Está inscrita naquilo que é mais difícil de mudar: a personalidade. Pode o interesse da oposição tucana em falar, ainda que com pouca credibilidade, em nome da reação republicana servir como ponto de partida para propor nova trajetória aos brasileiros? Pode, mas é improvável: foi por convicção (reforçada por falta de idéias sobre outro rumo) -- não por medo -- que os tucanos e seus aliados prepararam a ruína do país.

E se não conseguirmos providenciar a candidatura desejada ou transformar a natureza das candidaturas postas, nem por isso esmoreceremos. Fechados os atalhos, trilharemos, os inconformados e os esperançosos, o caminho longo e penoso: construindo ideário, movimento e partido para dar alternativa ao Brasil. Quando menos se espera, a nação fará do caminho atalho.

O enigma e a solução

São os seguintes os elementos do quebra-cabeças que o Brasil enfrenta para a definição de seu futuro nacional.

Em primeiro lugar, o país precisa de alternativa que funde novo ciclo de desenvolvimento sobre a base da democratização de oportunidades de ensino e de trabalho. Para isso, a dívida pública interna tem de ser reordenada, estancando a transferência maciça de recursos de trabalhadores e produtores para rentistas. Os poderes e os recursos do Estado têm de ser empenhados para abrir caminho -- acesso a crédito, tecnologia e conhecimento -- em favor da multidão de empreendedores emergentes e desequipados. O Brasil tem de parar de apostar em força de trabalho barata e desqualificada. A melhora do ensino público tem de virar a prioridade da política social. E a troca de financiamento eleitoral por proteção pública de interesses privados tem de acabar. Nada de milagreiro: o mínimo para que a nação se possa soerguer.

A política brasileira e seus agentes

Em segundo lugar, as duas agremiações partidárias que, a partir de São Paulo, dominam a política brasileira -- a que governava antes e a que governa agora, capitaneadas, pelo PSDB e pelo PT palaciano, fazem parte do problema, não da solução. Mentalmente colonizadas, aceitaram receituário ruinoso, fornecido pelas autoridades políticas, econômicas e acadêmicas da potência dominante. Esse comportamento, de tutelado obediente, contrasta com a postura rebelde das elites de países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão nas épocas de sua ascensão.

Em terceiro lugar, há em nossa classe média -- tanto a tradicional quanto a dos emergentes -- vontade intensa e frustrada de encontrar saída. Maior vítima da política estabelecida, ela continua a ser o centro de gravidade de nossa vida pública: é dela que sempre saíram os movimentos de reorientação nacional. Se ela virar as costas para a política, o campo fica aberto para o continuísmo desesperado. E o Presidente -- isolado e enfraquecido, determinado menos a chegar a qualquer porto do que a não sacudir o barco -- tenderá a ser reeleito.

Em quarto lugar, estão praticamente neutralizados os partidos que teriam como reagir: o PMDB por falta de rumo e de estofo, o PSOL por falta de vínculo entre o que o esquerdismo tradicional tem a oferecer e o que o país tem a exigir e quase todos os outros partidos médios e pequenos por falta de vigor para resistir às consequências da verticalização e da cláusula de barreira.

A solução desse quebra-cabeças é a seguinte. Antes da eleição, insistir em construir alternativa, de proposta e de candidatura, com os instrumentos partidários e humanos que existem, não com os que gostaríamos que existissem. E dialogar, sem preconceitos e sem ilusões, com todas as forças e com todos os candidatos, na tentativa de encontrar aliados e oportunidades inesperados. Persiste a possibilidade de surpresa e de reviravolta na sucessão presidencial. Depois da eleição, quando a operação da cláusula da barreira forçar fusões partidárias, reunir num mesmo partido, sob nova liderança, os que não se conformam em ver o Brasil entregue à soma da política da confiança financeira com a política das compensações sociais, paga esta com as migalhas concedidas por aquela. E fazer com que esse partido se torne o que o PMDB e PT deixaram, há tempo, de ser. Muito do trabalho de antes da eleição ajudará a cumprir a tarefa de depois da eleição. Começemos.

A política brasileira e seus agentes

Saídas

Saídas na sucessão presidencial de 2006? Defino como saídas as soluções sucessórias que resultem na tomada do poder por projeto que bote o Brasil para trabalhar e para aprender, fazendo os interesses do trabalho e da produção prevalecer sobre os interesses financeiros, baseiando novo ciclo de desenvolvimento em democratização de oportunidades de ensino e de trabalho e livrando a política da sombra corruptora do dinheiro.

Enumero em seguida, sem paixão ou preconceito, as seis saídas que identifico. Pena que, sendo o mundo e o Brasil o que são, as mais promissoras não sejam as mais fáceis.

Entre as saídas não incluo a eleição do atual pré-candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Por maiores que sejam suas virtudes, guia-se ele por apoios, conselheiros e convicções comprometidos com a continuidade da trajetória que nos deu 25 anos de estagnação e mediocridade. Das saídas também excluo a simples reeleição de um Lula determinado a prosseguir na mesma direção. Há, contudo, uma diferença relevante entre Alckmin e Lula: aquele por crença não faria o que este só não fez por cautela e temperamento.

A primeira saída é que Lula seja reeleito e que mude de rumo. Nada nas circunstâncias brasileiras ou mundiais impede que se abra essa saída, a não ser aquilo que é sempre menos acessível: a mudança do indivíduo, de sua maneira de ver e de tratar o mundo em que atua. Há, porém, razões -- muitas razões -- que poderiam levar o presidente reeleito a tomar sua reeleição como oportunidade para dedicar novo mandato a novo caminho, resgatando os compromissos em nome dos quais foi eleito em 2002.

A segunda saída é que, em que algum momento durante eventual segundo mandato, Lula seja impedido ou que renuncie e que José Alencar, reeleito vice presidente, assuma a presidência. Como crítico do presidente e de seu governo desde o primeiro momento, quando crítica escasseava, devo dizer que considero o impedimento às vésperas de eleição remédio perigoso e de última instância. Depois, porém, tudo pode acontecer, como demonstra nossa história

A política brasileira e seus agentes

contemporânea.

A terceira saída é que Itamar Franco triunfe na convenção do PMDB e que se eleja presidente da República. Muito difícil que ganhe a convenção. Se a ganhasse, porém, teria potencial para ganhar a eleição. E condição e disposição para liderar reorientação do rumo nacional.

A quarta saída é que seja Anthony Garotinho vitorioso na convenção do PMDB e na eleição presidencial. Tem mais chance do que Itamar de ganhar a convenção e menos chance do que ele de ganhar a eleição. A bem da verdade, é preciso dizer que Garotinho é o único dos pré-candidatos de qualquer partido que já deu idéia clara de proposta transformadora, ainda que eu discorde de muitos elementos dela, tanto pelo que contém quanto pelo que exclui.

A quinta saída é que Alckmin venha a ser substituído por José Serra e que este se eleja, disposto a pôr fim à política antidesenvolvimentista que está há muito tempo no poder. Substituição penosa, exigiria que o substituto trocasse o relativamente seguro pelo muito inseguro.

A sexta saída é que as verdadeiras oposições se unam em torno de um candidato, conhecido ou desconhecido, contando com o dessassombro do país em encontrar caminho de salvamento. Saída difícil de viabilizar só por conta da pequenez dos homens, porém nobre e necessária.

Saídas não faltam. O que falta é clareza para vê-las. E despreendimento e audácia para desbravá-las.

Hora de epifania

Há 25 anos o Brasil parou de crescer. Começou a afundar em longa e triste mediocridade. Seus dirigentes e pensadores perderam a noção de qualquer rumo que não fosse o do formulário ruinoso recomendado aos governos de países pobres pelas autoridades acadêmicas, políticas e econômicas dos países ricos. Pela primeira vez, passamos a exportar gente. Nossas duas classes médias -- a tradicional e a emergente --, de onde poderíamos esperar sinal de reorientação, desesperaram da vida pública. Modernidade e globalização vieram a significar:

A política brasileira e seus agentes

salve-se quem puder.

Apesar de tudo isso, o Brasil está posicionado para iniciar ciclo de desenvolvimento diferente de todos os anteriores porque apoiado em democratização de oportunidades econômicas e educativas. Temos uma cultura empreendedora que é das mais vibrantes de todo o mundo. Nosso pendor para o improvisado, antes um defeito, agora pode revelar-se vantagem, uma vez disciplinado pelo estudo, à medida que as formas tradicionais de produção rígida, massificada e hierárquica perdem razão de ser em toda a parte. Continuamos a apostar em trabalho barato e desqualificado por engano, não por necessidade, como a China e a Índia. Combinamos a unidade nacional daquela com a abertura democrática desta. Com a exceção fatal dos constrangimentos que sofreremos por pagarmos desnecessariamente fortunas de juros aos compradores da dívida pública, temos margem para ousar.

É isso o que a nação quer hoje: ousar. Novo governo que ousasse sem abrir mão do realismo fiscal -- para fazer prevalecer no país os interesses do trabalho e da produção, para facultar a milhões o acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento, para revolucionar o ensino público, para usar a necessidade de ampliar nossa base de energia como maneira de tomar posse do nosso país e de aproveitar seus recursos naturais e para livrar a política da sombra corruptora do dinheiro -- contaria com o entusiasmo da grande maioria dos brasileiros. Faria base -- honesta -- no Congresso porque faria base -- ampla e arraigada -- no país. (As fusões partidárias previsíveis após a eleição de outubro forneceriam o ambiente propício para formar um grande Partido do Desenvolvimento que procurasse ser o que o PMDB e o PT acabaram não sendo.)

Não é verdade que faltem planos práticos e pormenorizados para traduzir em realidade a idéia do desenvolvimento com inclusão. O que falta, entre governantes e entre cidadãos, é uma epifania de clareza e de coragem.

Depois da eleição

Tudo pode acontecer em eleição ou nas semanas que que a antecedem. Afora

A política brasileira e seus agentes

imprevisto extremo, porém, a sucessão presidencial de 2006 está definida. O presidente será reeleito, por grande margem, no primeiro turno.

Essa eleição terá característica singular na história brasileira, mesmo quando comparada com a eleição de 1950, em que se elegeu Getúlio Vargas. O Brasil, embora não mais seja país pobre, ainda é país de pobres: pobre, por qualquer critério razoável, é a grande maioria dos brasileiros. E enquanto as duas classes médias -- a tradicional e a dos emergentes -- dividem-se entre os tres candidatos principais, tudo indica que os pobres se definem, como que com uma só voz, em favor do presidente-candidato.

Dessa circunstância resultam dois problemas para o futuro governo. O primeiro é que não se governa o Brasil de hoje contra as classes médias, mesmo quando se conta com o beneplácito dos endinheirados. O segundo é que a fórmula a que se resigna a massa pobre -- pequenas transferências compensatórias de recursos, na ausência de qualquer mudança de fundo na estrutura das oportunidades econômicas e educativas -- não basta nem para ela nem para o país.

Os dois problemas têm a mesma solução. A solução é que o novo governo Lula abrace projeto de desenvolvimento econômico com inclusão social que nossas duas classes médias possam compreender e apoiar. Projeto que, sem renegar o realismo fiscal ou a ajuda emergencial aos que penam na miséria, abra portas para a ascensão econômica e educativa de dezenas de milhões de brasileiros.

Reduzido a seus elementos mais básicos, esse projeto tem tres diretrizes. Oportunidade educativa: sacudir o ensino público de cima a baixo para melhorar-lhe dramaticamente a qualidade. Oportunidade econômica: fazer os interesses do trabalho e produção prevalecer sobre os do rentismo, acabar com a informalidade a que continuam condenados 60% dos trabalhadores e usar os poderes e os recursos do Estado para dar condição aos esforçados -- acesso a crédito, tecnologia, conhecimento e escala. Oportunidade política: separar a política dos negócios, tirando-a da sombra corruptora do dinheiro.

Para que se efetive tal projeto, duas coisas são necessárias. A primeira é o Presidente reeleito ouse, sabendo quando unir e quando dividir. A segunda é que alguns de seus adversários de ontem se disponham a lutar, como seus aliados de amanhã, para dar braços e asas à energia frustrada do país.

A política brasileira e seus agentes

Surge o agente

O Brasil passou nessas últimas décadas por mudança decisiva e desconhecida. Aproveitar o potencial dessa mudança deveria ser -- e ainda não é -- a pauta da política brasileira e a preocupação da cultura brasileira.

A mudança foi o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de nova classe média. Surgiu de baixo, "morena". Sua grande obra é a construção de cultura de auto-ajuda e de iniciativa. Estuda à noite na tentativa de aprimorar-se, ainda que com instrumentos rudes. Luta para abrir ou sustentar um pequeno negócio ou para subir dentro de uma empresa. Participa de novas igrejas e associações. Cultua o esforço, o merecimento, a palavra dada. É intolerante com os desvios. Entusiasma-se com a superação da pobreza e com todos os sinais do êxito. Descrê da vida pública. Tende a refugiar-se dentro de pequenos mundos sociais que contrastam com a cultura que seus construtores sentem predominar na sociedade à sua volta.

A importância do advento desse novo agente social resulta da combinação de duas circunstâncias. Rebelar-se ele contra o misto de troca, prepotência e lealdade -- a sentimentalização das trocas desiguais -- que foi sempre a fórmula característica das relações sociais no Brasil. E ele já está no comando do imaginário popular, porque é visto pela massa pobre como vanguarda a seguir.

Quem quiser mudar o Brasil no período que começa terá de responder às aspirações desses emergentes e da maioria que a elegeu como mentora. Por enquanto, a combinação do financismo com o assistencialismo é a fórmula do poder no Brasil: ganhar a confiança dos ricos e aliviar o sofrimento dos pobres. É, mas não será. O futuro pertencerá a quem trabalhar por modelo de desenvolvimento apoiado na democratização das oportunidades econômicas e educativas. Modelo que tenha por pressuposto uma política reconstruída para resistir à influência corruptora do dinheiro.

Nem tudo são rosas e reformas nesse caminho. Há, ao lado da tarefa institucional, tarefa espiritual a cumprir. A tentação que ronda a cultura protagonizada, em nome da maioria, pelo emergentes é a de contentar-se com a

A política brasileira e seus agentes

vitória dos esforçados e com os atrativos da riqueza, entregando-se ao egoísmo familiar e à auto-complacência materialista. Não prestará a transformação se não se reger por impulso profético em direção ao resgate de todos. E enquanto não tivermos feito de nossos corações de pedra corações de carne. Seremos república de cidadãos quando formos nação de profetas.

Voz ainda inaudível

Recebo de toda a parte a mesma indagação angustiada. Quem devemos apoiar?, perguntam-me os inconformados com nossa estratégia nacional malograda. Ainda que acreditem na viabilidade de outro rumo, não vislumbram quem possam ser seus agentes em nossa política. Hoje no Brasil, esses inconformados não são milhares; são milhões. E milhões capazes de representar a alavanca de uma reviravolta.

Não se ouve, entretanto, a voz deles. Duas outras vozes dominam a discussão.

A primeira voz se identifica com o ideário que está há muitos anos no poder. Vê o governo do PT como caudatário, embora mais inepto e envergonhado, do único caminho possível: o de aceitar a disciplina da globalização, adaptando ao Brasil as mesmas instituições que deram certo nos países ricos, preparando um Estado mais enxuto e menos gastador, fortalecendo as "redes de proteção social" que resgatariam os que penam na miséria e resolvendo os problemas de infraestrutura e de formação de capital humano que estrangulam nosso desenvolvimento.

A segunda voz prima pela superioridade irônica. Atribui a semelhança de idéias e de práticas entre os governos de FHC e de Lula à pobreza inescapável da política contemporânea e às limitações intrínsecas do Brasil. Se esbanja ceticismo a respeito da trajetória atual, também descarta como fantasiosas as supostas saídas. E apresenta sua própria desesperança como título de sagacidade desiludida. Propõe-se a monitorar os desmandos das duas coalizões que comandam a política brasileira e a reconhecer exemplos isolados de competência e de honestidade. O

A política brasileira e seus agentes

país se desenvolveria aos trancos e barrancos graças à combinação da energia persistente que vem de baixo com a capacidade ocasional que vem de cima. Esperar mais do que isso seria, de acordo com esses desenganados, devaneio perigoso.

Há, porém, uma terceira voz. É a voz dos muitos que levam a sério a pregação em favor de um modelo de desenvolvimento baseado na mobilização forçada dos recursos nacionais, na democratização das oportunidades de trabalho e de ensino e na quebra dos vínculos entre o poder e dinheiro. Estes brasileiros acreditam, sim, que existe alternativa à política vigente. E constatam que todos os outros países grandes de renda média estão engajados na construção de tais alternativas. Por isso mesmo, pensam, essas outras economias crescem no sol e na chuva enquanto que nós só crescemos quando o dinheiro fácil rola pelo mundo e quando nosso agronegócio se depara com novos mercados. Se acreditam, porém, haver outro rumo, não identificam quem o possa com credibilidade representar. Essa falta de agente confiável é hoje o bloqueio da política brasileira. E essa a origem da perplexidade que toma conta dos mais sérios e dos mais esperançosos.

E a solução? Persistir na crítica, na proposta, no recrutamento de quadros, na organização de forças. Essa voz ainda inaudível acabará por se fazer ouvir porque é ela que tem mensagem e autoridade. À medida que se fizer ouvir, encontrará, mesmo entre os partidos políticos existentes, os instrumentos de que precisa para disputar o poder. Ninguém pode saber se esse processo será rápido ou lento -- se demorará dois anos ou vinte. Exige o recurso que mais nos costuma faltar: fidelidade a uma tarefa de longo prazo. Entretanto e apesar de tudo, essa luta já começou. Dela, só dela, podemos esperar o soerguimento do Brasil.

29 de outubro

Há no país desejo intenso de ingressar em etapa nova de nossa vida nacional: etapa marcada por ampliação decisiva de oportunidades econômicas e educativas, por predominância dos interesses de trabalhadores e produtores sobre os interesses de rentistas e por reorganização da democracia brasileira para livrá-la da sombra corruptora do dinheiro. A reeleição do presidente tornou-se instrumento desse desejo.

Entre as forças políticas que se reúnem em torno dessa causa, começa a

A política brasileira e seus agentes

emergir consenso mudancista com feições próprias. Respeitar o imperativo do realismo fiscal, abandonando a ilusão de que haja maneira rápida e responsável de baixar a carga tributária ou o gasto público, a não a ser o gasto, tremendo, em juros. Reconhecer que as pequenas transferências de recursos aos mais pobres não bastam para libertar o povo brasileiro: é preciso tirar a camisa-de-força do juro alto e do câmbio baixo, pôr fim à dualidade de trabalho formal e informal e usar os poderes e recursos do Estado para abrir, em favor de dezenas de milhares de empreendimentos emergentes, o acesso a crédito, tecnologia e mercados. Tratar a melhora da qualidade do educação pública como prioridade da política social. Para isso, impor, sob responsabilidade federal, mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola em todo o país e substituir ensino enciclopédico por ensino analítico e capacitador. E tomar quatro iniciativas destinadas a assegurar o espaço republicano de que precisamos para enfrentar nossos problemas: financiamento público das campanhas, reorganização do processo orçamentário, mudança do regime eleitoral e substituição da maioria dos cargos comissionados por carreiras de Estado.

O Brasil está pronto para esse projeto. Está disposto a sacrificar desde que a construção de oportunidades para trabalhar, aprender e participar legitime o sacrifício. A provável degeneração do quadro internacional, com diminuição da liquidez e acirramento dos conflitos e das ameaças, o sentimento de que a fórmula das políticas emergenciais no econômico e no social se esgotou e a impaciência para crescer e para criar -- tudo aponta na mesma direção. Falta traduzir a tarefa em iniciativa.

Temos o recurso indispensável: vitalidade. Escreveu o poeta-profeta Hoelderlin: quem pensa mais profundamente ama o que tem mais vida. Quem por esse critério se pautar, terá paixão pelo Brasil. No 29 de outubro, o povo brasileiro reafirmará sua fé e si mesmo. E declarará sua intenção de exigir ímpeto transformador do governo da república.

Hora de projeto

Antes expectativa. Agora reivindicação. Que a nação cobre do governo eleito os quatro projetos capazes de dar braços, asas e olhos ao dinamismo frustrado do Brasil. Os brasileiros não devemos aguardar. Devemos colaborar e

A política brasileira e seus agentes

exigir.

O projeto desenvolvimentista começa na reafirmação do compromisso com o realismo fiscal e com a estabilidade monetária. O dinheiro para o investimento público só pode vir, a curto prazo, de duas fontes: da redução decisiva do juro e da fixação de idade mínima para a aposentadoria, legitimada por imposição de sacrifícios maiores aos que ganhem mais. A queda do juro tem por alvo assegurar que o custo do capital fique abaixo da rentabilidade média das atividades produtivas. E facilita a correção do câmbio. É preciso atacar de frente a dualidade de trabalho formal e informal, abolindo todos os encargos sobre a folha de salários. Abir em favor de milhares de empreendimentos emergentes, o acesso ao crédito, à tecnologia, às economias de escala e aos mercados mundiais. E começar a construir base de energia e de transporte que nos permita trabalhar. Eficiência do Estado tem de virar obsessão.

O projeto capacitador identifica a melhora da qualidade do ensino público como prioridade da política social. Afirma a responsabilidade federal por mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola no ensino básico em todo o país, com mecanismos para monitorar e para intervir corretivamente. O professorado precisa ser preparado e incentivado para ministrar ensino analítico, centrado nas operações conceituais decisivas. Os alunos pobres mais talentosos e esforçados devem contar com apoios econômicos abrangentes e oportunidades acadêmicas extraordinárias.

O projeto republicano tira a política da sombra corruptora do dinheiro. Estabelece o financiamento público das campanhas. Caminha em direção ao regime eleitoral de listas partidárias, garantindo, na primeira eleição, lugar nas listas para os mandatários atuais. Reorganiza o processo orçamentário. Substitui a maioria dos cargos comissionados por carreiras de Estado.

O projeto sul-americano trata o encontro de uma estratégia compartilhada de desenvolvimento incluyente como coração da unidade sul-americana. E a construção de instituições comuns e de vínculos físicos, de energia e de transporte, como braços dessa união.

É isso o que o Brasil exige do governo que acaba de eleger. E é para isso que deve agora lutar.

A política brasileira e seus agentes

O LONGO PRAZO A CURTO PRAZO

Modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas, para dar braços e asas ao dinamismo frustrado dos brasileiros -- é isso o que mais quer a nação. Ao começar a recuperar, por meio do PAC, o investimento público e o poder estratégico do Estado, o governo Lula criou base para tal reconstrução. Passarão muitos anos até que se repitam condições tão favoráveis como as que temos agora para essa obra libertadora.

Convidado a formular plano de longo prazo para o país, logo concluí que esse planejamento arriscaria ficar no papel -- palavras sem força -- se não se traduzisse em iniciativas tangíveis e prontas: primeiras prestações de outro futuro. Resolvi tratar do longo prazo a curto prazo. O que muda o mundo é a combinação de iniciativa com mensagem. Aquela sem esta é cega. Esta sem aquela é impotente.

Com isso, procurei transformar limitação em oportunidade. Minha pasta não tem poderes ou recursos para implementar qualquer política pública. Tem, contudo, o poder de propor e de cooperar. E idéias, quando reforçadas por uma lógica de co-autoria dentro do governo e da sociedade, constituem o primeiro requisito para mudar o país.

Organizei meu trabalho em torno de quatro grandes temas: oportunidade econômica, oportunidade educativa, Amazônia e defesa. Para cada um deles, comecei a formular, em colaboração com os ministros das respectivas áreas e com o apoio do presidente, um elenco de ações que encarnem e antecipem novo modelo de desenvolvimento.

Uma das iniciativas de oportunidade econômica é política industrial e agrícola voltada para as pequenas empresas e para os empreendimentos emergentes que constituem a maior força de nossa economia. Formação de práticas e de quadros, ampliação do crédito ao pequeno produtor e transferência de tecnologia (não temos Empraba industrial) são as diretrizes. Outra iniciativa é proposta para refazer nosso modelo institucional de relações entre o trabalho e o capital, como

A política brasileira e seus agentes

não se fêz desde Getúlio Vargas. O Brasil está ameaçado de ficar imprensado no mundo entre economias de trabalho barato e economias de produtividade alta. Precisamos escapar dessa prensa pelo lado alto, da valorização do trabalho e da escalada de produtividade. Não temos futuro como uma China com menos gente. É esta a preocupação que orienta o esforço de construir, junto às centrais sindicais e às lideranças do empresariado, plano para resgatar mais da metade de nossos trabalhadores da informalidade, para reverter a queda da participação dos salários na renda nacional e para reorganizar o regime sindical.

Em matéria de oportunidade educativa, são três os projetos a que me dedico, junto com meus colegas da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Cultura. Rede de escolas médias federais que, ao fortalecer o elo fraco de nossa rede escolar, também sirva de cunha para mudar nosso paradigma pedagógico, e ponha ensino analítico e capacitador no lugar de aprendizagem enciclopédica e informativa. Conjunto de procedimentos para reconciliar a gestão local das escolas pelos Estados e pelos Municípios com padrões nacionais de investimento e de qualidade. (A qualidade do ensino que uma criança brasileira recebe não deve depender do acaso do lugar onde ela nasce.) E programa de inclusão digital que organize infovia nacional e que fortaleça as capacitações populares de acesso à rede, estimule a produção de conteúdos nacionais e crie estrutura de governança capaz de dar voz à sociedade civil, não apenas aos governos e às empresas.

Na Amazônia, o Brasil pode revelar-se ao Brasil. É pelo menos um terço de nosso território nacional. E tem tudo para ser o lugar onde nós nos reinventaremos como nação. Zoneamento econômico ecológico, que tome por pressuposto a resolução das questões fundiárias, é ponto de partida para delinear estratégias econômicas distintas para diferentes partes da Amazônia. Uma estratégia para a Amazônia já desmatada, onde podemos deixar de repetir os erros de nossa formação econômica. E outra estratégia para a Amazônia com mata, que assegure que a floresta em pé, porém aproveitada de forma controlada e sustentável, valha mais do que a floresta derrubada.

Na defesa, começa esforço vital para nosso futuro. Não há estratégia de desenvolvimento nacional sem estratégia nacional de defesa. A diretriz é reorganizar as Forças Armadas em torno de vanguarda tecnológica e operacional, pautada por cultura de mobilidade e de flexibilidade e baseada em capacitações

A política brasileira e seus agentes

nacionais. Não seremos os mais poderosos. Sejam os mais inteligentes e ousados.

O bom do Brasil tem sido sua vitalidade. O ruim tem sido seu conformismo. Não basta nos rebelarmos contra a falta de justiça se não nos rebelarmos também contra a falta de imaginação. Vitalidade -- vibrante, anárquica, quase cega -- já temos. Quando a imaginação der olhos à rebeldia, teremos também grandeza.